



Cruzeiro do Sul
Educatcional

CSED
B3 LISTED NM



Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

**Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas para o exercício findo em 31
de dezembro de 2024**

Sumário

Relatório da Administração	2
Relatório do Comitê de Auditoria	26
Relatório do Auditor Independente.....	29
Balanços Patrimoniais	37
Demonstrações dos Resultados	39
Demonstrações dos Resultados Abrangentes	40
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	41
Demonstrações dos Fluxos de Caixa.....	42
1. Informações gerais.....	44
2. Políticas contábeis materiais.....	50
3. Avaliação das informações por segmento.....	65
4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas	65
5. Combinação de negócios.....	68
6. Caixa e equivalentes de caixa.....	70
7. Contas a receber	71
8. Tributos a recuperar.....	73
9. Outros créditos.....	73
10. Investimentos.....	74
11. Imobilizado.....	76
12. Intangível	78
13. Debêntures	82
14. Arrendamentos	84
15. Obrigações trabalhistas	88
16. Obrigações tributárias	88
17. Partes relacionadas	90
18. Adiantamentos de clientes	93
19. Provisão para demandas judiciais e depósitos judiciais	93
20. Obrigações por aquisições de participações societárias	98
21. Receita diferida.....	99
22. Patrimônio líquido	100
23. Resultado por ação.....	102
24. Instrumentos financeiros e gestão de riscos.....	102
25. Imposto de renda e contribuição social – Corrente e diferido	107
26. Receita líquida	110
27. Custos e despesas por natureza.....	110
28. Resultado financeiro	111
29. Transações que não afetam o caixa	112
30. Seguros	112
31. Eventos subsequentes.....	112

Relatório da Administração

Senhores Acionistas,

Atendendo às disposições legais, a Cruzeiro do Sul Educacional S.A. e suas controladas (“Cruzeiro do Sul”, “Grupo” ou “Companhia” ou “CSED”), listadas no Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), onde estão as empresas consideradas com o mais elevado padrão de governança corporativa, sob o código CSED3, apresentam aqui seu Relatório da Administração, expondo os resultados operacionais e financeiros do exercício social findo em 31 de dezembro de 2024. Este relatório é parte integrante das demonstrações financeiras da Companhia, elaboradas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil - incluindo a Lei das Sociedades por Ações, regras e regulamentos da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), os pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) - e em conformidade com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros - *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), aplicadas de forma consistente no decorrer dos exercícios abrangidos.

Mensagem da Administração e expectativas estratégicas

O ano de 2024 foi marcado por avanços relevantes na execução da estratégia de crescimento da Companhia, com entregas sólidas pautadas nos seguintes pilares: (i) crescimento da base e retenção dos nossos estudantes, (ii) maximização da receita, com assertividade na estratégia de volume e preço, (iii) ganhos de eficiência financeira e (iv) expansão por meio de operações de M&A.

Como principais pontos de evolução, se destacam:

Recorde de Lucro Líquido Ajustado e Dividendos, atingindo R\$ 187 milhões e R\$ 137 milhões, respectivamente

O lucro líquido ajustado atingiu o montante de R\$ 187 milhões, que é 72% superior ao auferido no ano passado, representando o maior valor já divulgado pela Companhia. Adicionalmente, a distribuição de dividendos proposta para o ano, no valor de R\$ 137 milhões (95% do lucro líquido contábil), será a maior já paga aos acionistas. A disciplina e a assertividade na condução dos negócios contribuíram para a evolução dos resultados. Além disso, enquanto a receita cresceu 12%, atingindo o montante de R\$ 2,6 bilhões, o EBITDA ajustado expandiu em 12%, chegando ao valor de R\$ 766 milhões, com margem de 29,8%, praticamente estável comparado a 2023.

Maior Fluxo de Caixa Livre da história da Companhia, atingindo R\$ 328 milhões (4,2 vezes superior a 2023)

Encerramos o ano de 2024 com o maior fluxo de caixa livre da história da Companhia, totalizando o montante de R\$ 328 milhões, que representa um crescimento de 323%, em relação ao ano de 2023, refletindo uma conversão do EBITDA ex IFRS-16 de 65%. O elevado fluxo de caixa livre mostra o foco da administração, não só na melhoria do resultado, mas, também, na geração de caixa para o acionista que alcançou o montante de R\$ 266 milhões, valor 10 vezes superior a 2023. Cabe destacar que, a Companhia foi capaz de realizar uma elevada distribuição de dividendos sem deixar de crescer por meio de aquisições, e de executar o investimento (Capex) necessário para as operações, sem aumentar sua alavancagem financeira.

Atingimento de base acima de 500 mil alunos, com altos índices de rematrícula e progressão nos tickets

Alcançamos o marco de 526 mil estudantes matriculados, o que representa uma expansão de 12% (+7% no Presencial; +15% no Digital), em relação ao ano de 2023, reforçando nossa capacidade de atrair e reter alunos. Na graduação presencial, registramos um crescimento de 7% na base de alunos, impulsionado por altos índices de rematrícula e pela nova estratégia de precificação dos cursos, resultando em uma expansão de 2% do ticket, em comparação ao ano de 2023. Na graduação digital, a base cresceu 15%, com destaque para o aumento da participação dos cursos semipresenciais, que perfazem 24% da base (+2,9 pontos percentuais *versus* 2023), além de um crescimento de 4% no ticket, no período. A capacidade de retenção dos alunos também evoluiu, positivamente, o que é um reflexo dos investimentos em tecnologia e automação de processos, voltados para facilitar e melhorar a experiência do estudante no dia a dia.

Gestão financeira sólida e alavancagem controlada

Encerramos o ano de 2024 com a alavancagem financeira, medida pela relação entre dívida líquida e EBITDA ex-IFRS 16, em 1,4x (*versus* 1,6x registrados em 2023), mesmo após o desembolso de caixa no valor de R\$ 158 milhões para a aquisição da FAPI (que passou a contribuir com EBITDA, apenas, a partir de 12/06/2024) e a distribuição de dividendos no montante de R\$ 60 milhões. Adicionalmente, o caixa disponível, ao final de 2024, é suficiente para amortizar o total da dívida que vencerá no ano de 2025 e quase metade das dívidas que vencerão no ano de 2026.

O Futuro é ter Estrela

Seguimos confiantes em nosso modelo de negócios e na capacidade de continuar crescendo de forma sustentável. A implementação das unidades de negócios por vertical de ensino tem cumprido seu papel estratégico, permitindo um crescimento consistente da base de estudantes e uma gestão mais eficiente dos recursos.

Na **BU Saúde**, adicionamos 334 novas vagas de Medicina em 2024, sendo: (i) 180 por meio de três liminares na FSG, Ceunsp e, Cesuca todas com nota 5 (nota máxima) na avaliação do MEC; e (ii) 154 vagas com a aquisição da FAPI, na região metropolitana de Curitiba/PR. Adicionalmente, avançamos com a modernização de nossas unidades existentes, considerando a mudança na dinâmica do mercado. Acreditamos que a reputação de nossas marcas, a qualidade do portfólio de cursos e de professores, somadas a uma infraestrutura de ponta, garantem à Companhia um diferencial competitivo relevante. Estreitamos nossa parceria com o MARC Institute, de Miami (EUA), marcando o início da nossa jornada na pós-graduação médica, um mercado estratégico. Na odontologia, a pós-graduação nacional já é uma realidade, e já começamos a colher frutos dessa iniciativa.

Na **BU Digital**, o relacionamento com os polos foi intensificado por meio de ferramentas de gestão 360, proporcionando aos parceiros um controle mais eficaz e acesso a indicadores estratégicos em tempo real, como captação e rematrícula. Foi criada uma "Academia de Polos", com reuniões temáticas específicas para o desenvolvimento do perfil dos parceiros e para a coleta de demandas que mais impactam na ponta. Além disso, ações de Trade Marketing foram implementadas para impulsionar a captação regional, e um plano de marketing estratégico foi aplicado em todas as BUs. A otimização do retorno sobre o investimento em mídia permitiu atender às demandas dos parceiros em áreas distantes, aumentando a exposição da marca e a captação de leads e matrículas.

Na **BU Presencial**, fortalecemos nosso relacionamento com os calouros por meio do projeto "**Primeiros Passos**", que insere o novo estudante no ambiente Cruzeiro do Sul Educacional desde o

primeiro dia após a realização da matrícula. O projeto visa estreitar os laços e minimizar a ansiedade do estudante em sua jornada no ensino superior, reduzindo a evasão. Também avançamos na otimização e padronização do processo de oferta, sempre com a premissa de eficiência e produtividade com qualidade, contribuindo não apenas para a maximização dos resultados operacionais, mas também para a disseminação das melhores práticas entre nossas Instituições de Ensino e o foco na experiência dos nossos alunos em sua jornada de realização de seus projetos de vida.

Avanços na Transformação Digital e na Experiência dos Alunos

Nossa plataforma digital evoluiu significativamente em 2024, reforçando nosso compromisso com a experiência dos estudantes. O aplicativo “Duda”, que completou um ano, tornou-se o principal canal de interação, atingindo mais de **450 mil usuários ativos**, o que representa cerca de **86% da nossa base de estudantes**, e mantendo uma avaliação elevada nas lojas de aplicativos. Esse crescimento reflete a ampliação das funcionalidades que agregam valor ao usuário e, que além de reduzir a estrutura de suporte em 30%, tornou o “Duda” um dos aplicativos mais relevantes do setor, tanto na “Apple Store” quanto no “Google Play”. Também investimos na modernização da jornada de compra online, com o suporte das principais empresas de e-commerce do Brasil, o que resultou em uma transformação significativa na experiência dos usuários.

Ainda em 2024, avançamos significativamente na parceria com a Google AI para desenvolver ferramentas que impactam nossa captação, rematrícula e a experiência do aluno em sua jornada conosco seja na Medicina, no Ensino Presencial ou no Digital. Acreditamos que essa evolução na inteligência artificial pode ser um game *changer* na educação, e estamos prontos para assumir um papel de protagonismo nesse cenário. As entregas realizadas foram relevantes e sustentáveis. Iniciamos 2025 com uma das melhores performances – senão a melhor – da história da Cruzeiro do Sul Educacional em termos de captação e rematrícula.

Cenário econômico

O ano de 2024 apresentou um crescimento econômico (PIB) de 3,4% (comparado a 2,9% em 2023), superando as expectativas, principalmente devido ao aumento do consumo das famílias combinado com o baixo nível de desemprego. Além disso, 2024 foi marcado por: (i) pressão inflacionária (IPCA) de 4,83% (em comparação com 4,62% em 2023), reflexo do aquecimento econômico; (ii) insegurança do mercado em relação à expansão dos gastos fiscais; e (iii) deterioração cambial em relação ao dólar americano de 28% (comparado a dezembro de 2023). A combinação desses fatores resultou em um aumento da taxa básica de juros (SELIC), que passou de 11,75% em dezembro de 2023 para 12,25% em dezembro de 2024.

Por outro lado, apesar dos movimentos econômicos adversos, a Cruzeiro do Sul Educacional apresentou um crescimento expressivo em sua base total de alunos, de 12,2%, com um aumento de 15% no segmento de Ensino Digital e de 7% no Ensino Presencial.

Propósito e valores corporativos

Seis pilares sustentam nossa abordagem de ensino e norteiam todos os nossos cursos, sejam presenciais ou a distância, abrangendo estudantes, docentes e a comunidade que nos cerca. Por meio deles, buscamos assegurar o sucesso do estudante, estimulando nele valores como inovação, empreendedorismo e pensamento crítico, para que se forme como cidadão preparado para vencer os desafios do mercado de trabalho.

Protagonismo do aluno – Idealizar e realizar ações com criatividade, liderança, empatia, autonomia e responsabilidade social. Mais que um profissional, nosso aluno é um agente de transformação.

Empreendedorismo – Potencializar as competências empreendedoras de nossos alunos, para que sejam capazes de desenvolver soluções inovadoras e gerar valor para a sociedade. Incentivamos projetos transversais e interdisciplinares, plataformas digitais e gamificadas.

Flexibilidade – Vivenciar a flexibilidade curricular – escolha das disciplinas on-line, montagem do horário presencial, tempo e local de estudo, permitindo melhor aproveitamento e envolvimento do aluno em atividades variadas.

Formação dos formadores – Proporcionar as melhores experiências no processo de aprendizagem, com o apoio de novas metodologias e ferramentas tecnológicas, tornando o aprendizado mais envolvente, desafiador, estimulante e transformador.

Inovação – Estimular a inovação por meio de pesquisas científicas, promovendo um *mindset* favorável à criatividade e à inovação como base de todas as nossas iniciativas acadêmicas e de formação de talentos.

Pensamento crítico – Oferecer suporte para a tomada de decisões equilibradas e assertivas. O pensamento crítico é essencial para a formação integral de um cidadão mais consciente (local e global).

Perfil corporativo e descrição geral do negócio

Com mais de 59 anos de história, o Grupo Cruzeiro do Sul Educacional atua em todos os estados brasileiros e no Distrito Federal, com 1.672 polos de educação a distância (EaD) e 28 campi de educação presencial. Atualmente, o Grupo tem mais de 526 mil alunos e 7.668 colaboradores. Também está presente no Japão, por meio de dois polos EaD. A Companhia oferece cursos presenciais e a distância em todos os níveis de ensino, da educação infantil ao ensino superior, incluindo pós-graduação (*lato sensu* e *stricto sensu*), cursos livres, de extensão e idiomas.

A estratégia de crescimento da Companhia está focada nas seguintes frentes: I) crescimento da base de alunos através da captação e retenção dos nossos estudantes; II) maximização da receita, com assertividade na estratégia de volume e preço; III) ganhos de eficiência financeira; e IV) expansão orgânica e inorgânica por meio de operações de M&A.

Com sede social na capital paulista, desde fevereiro de 2021 somos uma sociedade por ações de capital aberto, regida por estatuto social e pelas disposições legais aplicáveis pelo Regulamento do Novo Mercado da bolsa de valores nacional, a B3.

Estrutura societária

Posição acionária de 31 de dezembro de 2024

Acionistas	31/12/2024		31/12/2023	
	Ações	% Part.	Ações	% Part.
Archy LLC	132.707.280	36,40%	132.707.280	36,40%
D2HFP - Fundo de Investimento Financeiro em Ações	85.679.880	23,50%	85.679.880	23,50%
Gama 1 FIA	42.839.940	11,75%	42.839.940	11,75%
Redmond FIA	42.839.940	11,75%	42.839.940	11,75%
Government of Singapore	15.300.000	4,20%	15.300.000	4,20%
Ações em circulação	45.175.512	12,40%	45.175.512	12,40%
Total	364.542.552	100,00%	364.542.552	100,00%

Desempenho operacional e financeiro

Desempenho operacional

Base de alunos

Base de alunos (em milhares)	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023	% Var. 24/23
Ensino Presencial	159	149	6,6%
Ensino Digital	367	320	14,9%
Total	526	469	12,2%

Encerramos o ano com um aumento do ensino Presencial e continuidade na expansão do ensino Digital, com um crescimento de 6,6% na base de alunos do Presencial e de 4,9% na base do Digital. Isso viabilizou uma extensão de 12,2% da nossa base total de alunos, em comparação ao mesmo período de 2023.

Financiamento estudantil

Financiamentos estudantis (em milhares)	4T24	4T23	Var.% 24/23
Base de alunos graduação total	491	438	12,1%
Alunos CREDUCSUL (sistema próprio)	0,1	0,7	-85,1%
% de alunos CREDUCSUL	0,0%	0,2%	-0,1 p.p.
Alunos FIES (sistema público)	1,6	1,6	-1,8%
% de alunos FIES	0,3%	0,4%	-0,1 p.p.
Alunos PRAVALER (sistema parceiro)	12,2	2,7	358,7%
% de alunos PRAVALER	2,5%	0,6%	+1,9 p.p.
Total de alunos com financiamento	13,9	5,0	177,4%
% de alunos com financiamento	2,8%	1,1%	+1,7 p.p.

A Cruzeiro do Sul encerrou o 4T24 com 2,8% de alunos da graduação com financiamento estudantil (CREDUCSUL, FIES e PRAVALER), em comparação a 1,1% no 4T23.

Crescimento orgânico

A Companhia continuou sua estratégia de crescimento orgânico com a criação de 42 novos cursos em

2024, sendo 22 presenciais e 20 cursos a distância. Em relação à oferta total, encerramos o ano com 1.398 cursos em atividade, sendo 790 na modalidade a distância e 608 presenciais.

Desempenho Financeiro

Demonstração dos resultados consolidados da Cruzeiro do Sul Educacional

Demonstração do resultado (em milhares de reais, exceto %)	4T24	4T23	Var. %	2024	2023	Var. %
			24/23			24/23
Receita líquida	662.721	599.268	10,6%	2.568.352	2.297.787	11,8%
Custo dos serviços prestados	(357.660)	(319.635)	11,9%	(1.317.230)	(1.198.011)	10,0%
Lucro bruto	305.061	279.633	9,1%	1.251.122	1.099.776	13,8%
Margem bruta	46,0%	46,7%	-0,6 pp	48,7%	47,9%	0,8 pp
Receitas (Despesas) operacionais	(234.297)	(205.932)	13,8%	(781.207)	(687.637)	13,6%
Despesas gerais e administrativas	(128.653)	(129.188)	-0,4%	(512.387)	(451.097)	13,6%
Depreciação e amortização	(32.676)	(43.185)	-24,3%	(128.083)	(137.219)	-6,7%
PECLD (Perdas estimadas de crédito de liquidação duvidosa)	(83.596)	(43.240)	93,3%	(172.492)	(131.439)	31,2%
Outras receitas operacionais, líquidas	10.628	9.681	9,8%	31.755	32.118	-1,1%
Lucro operacional	70.764	73.701	-4,0%	469.915	412.139	14,0%
Margem operacional	10,7%	12,3%	-1,6 pp	18,3%	17,9%	0,4 pp
(+) Depreciação e amortização ¹	(64.652)	(75.029)	-13,8%	(254.123)	(264.400)	-3,9%
EBITDA	135.416	148.730	-9,0%	724.038	676.539	7,0%
Margem EBITDA	20,4%	24,8%	-4,4 pp	28,2%	29,4%	-1,2 pp
(+) Itens não recorrentes ²	26.853	4.376	512,7%	42.222	7.690	448,5%
EBITDA ajustado	162.269	153.106	6,0%	766.260	684.229	12,0%
Margem EBITDA ajustado	24,5%	25,5%	-1,0 pp	29,8%	29,8%	+0,0 pp
Resultado financeiro líquido	(80.753)	(64.692)	24,8%	(323.195)	(307.783)	5,0%
Receitas financeiras	19.974	20.744	-3,7%	75.896	103.862	-26,9%
Despesas financeiras	(100.727)	(85.436)	17,9%	(399.091)	(411.645)	-3,0%
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	(9.989)	9.009	-	146.720	104.356	40,6%
Imposto de renda e contribuição social	196	(2.090)	-	(2.414)	(3.901)	-38,1%
Lucro líquido (Prejuízo)	(9.793)	6.919	-	144.306	100.455	43,7%
Margem líquida	-1,5%	1,2%	-	5,6%	4,4%	1,2 pp

¹ No montante de "Depreciação e amortização", considerado para fins de EBITDA (R\$64.652 mil no 4T24 e R\$75.029 mil no 4T23; R\$254.123 mil em 2024 e R\$264.400 mil em 2023), constam, além dos valores dessa rubrica no grupo de "(Despesas) e receitas operacionais" (R\$32.676 mil no 4T24 e R\$43.185 mil no 4T23; R\$128.083 mil em 2024 e R\$137.219 mil em 2023), os efeitos de depreciação de direito de uso, alocados nas demonstrações dos resultados estão alocados no grupo de "Custos dos serviços prestados" (R\$31.976 mil no 4T24 e R\$31.844 mil no 4T23; R\$126.040 mil em 2024 e R\$127.181 mil em 2023).

² Itens não recorrentes: (i) Gastos com projetos, (ii) Gastos com M&As e (iii) Atualização nas estimativas de inadimplência.

Receita bruta e líquida

A Companhia encerrou ano de 2024 com uma receita líquida de R\$2.568,4 milhões, o que representa um aumento de 11,8% em comparação ao mesmo período do ano anterior, em razão do crescimento na base de alunos de 12,2%, comparado ao mesmo período do ano anterior.

Custo dos serviços prestados

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, os custos dos serviços prestados da Companhia aumentaram 10,0% ou R\$119,2 milhões, passando de R\$1.198,0 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, para R\$1.317,2 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Os principais impactos para o aumento dos custos foram em salários de docentes, técnicos administrativos e preceptores em virtude, principalmente, do reajuste salarial de 2024 (dissídio) de 3,9% para as IES

de SP e PB e 4,4% para as demais filiais. Também tivemos um crescimento nos custos pedagógicos, referente aos serviços de tecnologia contratados para apoio ao ensino presencial e a distância, aumento no consumo dos softwares de plataforma EAD e conteúdos digitais devido ao crescimento de alunos. Contudo, os custos apresentaram redução em relação a receita líquida em função das ações de eficiência operacional da Companhia.

Lucro bruto e margem bruta

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o lucro bruto da Companhia aumentou 13,8%, ou R\$151,3 milhões, passando de R\$1.099,8 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 para R\$1.251,1 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2024. A expansão da Margem Bruta no exercício é reflexo do ganho de alavancagem operacional, resultado das iniciativas de maximização de receita, bem como dos ganhos de eficiência.

Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas da Companhia aumentaram 13,6%, atingindo R\$512,4 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, em comparação com R\$451,1 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Esse aumento é resultado, principalmente, do avanço nos projetos de evolução digital tanto na área de front office quanto no backoffice, com a digitalização e automatização dos processos da Companhia iniciados no segundo semestre de 2023. Importante destacar que estes projetos impactaram pontualmente as despesas gerais e administrativas da Companhia, como parte do processo de transição de modelos. Além disso, o ano de 2024 foi marcado por maiores gastos com marketing, frente ao cenário mais competitivo de captação de estudantes.

Depreciação e amortização

A depreciação e amortização da Companhia diminuiu 6,7%, alcançando o valor de R\$128,1 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, em comparação aos R\$137,2 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Essa redução ocorreu, principalmente, pelo término da amortização de softwares que possuíam de vida útil um a três anos.

Provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (PECLD)

As despesas com provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa da Companhia aumentaram 31,2%, atingindo o valor de R\$172,5 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, em comparação aos R\$131,4 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Ao longo do ano de 2024, além de revisar processos, a Companhia atualizou o seu modelo de provisão da carteira de recebíveis realizando uma análise que considera um horizonte de 24 meses (Jan/23 – Dez/24). O trabalho foi realizado visando estabelecer maior aderência ao perfil da carteira no período pós-pandemia, quando ocorreu um movimento de expansão mais acelerado da base de estudantes do Digital, a qual partiu de 62%, em 2020, para 69%, em 2024, com relação à base total de alunos. Além disso, a Companhia revisitou sua política de baixa de títulos vencidos no contas a receber, reduzindo o prazo de 720 para 360 dias.

Assumindo a atualização das estimativas de inadimplência para 2024, registrou-se o montante de R\$ 39,5 milhões, dos quais, R\$ 23,5 milhões referentes à nova curva de provisão de PCLD (*one-off*) e R\$ 6,1 milhões referentes à atualização da carteira de recebíveis.

Adicionalmente, ao longo do ano, extinguímos a carteira de financiamento próprio e provisionamos 100% dos títulos a receber de uma parcela de clientes com baixa probabilidade de pagamento,

resultando em uma provisão adicional de R\$ 9,9 milhões (*one-off*).

EBITDA

Em 2024, a Companhia registrou um acréscimo no EBITDA de 7,0% em comparação com o ano anterior, atingindo R\$724,0 milhões, ante R\$676,5 milhões em 2023. Esse aumento é justificado principalmente pelo (i) crescimento da receita líquida (+11,8%) devido à expansão da base de alunos (+12,2%); e pela (ii) redução dos custos em relação a receita líquida, em função das ações de eficiência operacional da Companhia.

EBITDA ajustado

Demonstração do resultado (em milhares de reais, exceto %)	4T24	4T23	Var.%	2024	2023	Var.%
			24/23			24/23
EBITDA	135.416	148.730	-9,0%	724.038	676.539	7,0%
Margem EBITDA	20,4%	24,8%	-4,4 pp	28,2%	29,4%	-1,2 pp
(+) Atualização das estimativas de inadimplência (<i>one-off</i>)	23.491	-	-	23.491	-	-
(+) Despesas com projetos e M&A	3.362	4.376	-23,2%	18.731	7.690	143,6%
(=) Itens não recorrentes	26.853	4.376	513,6%	42.222	7.690	449,0%
EBITDA ajustado	162.269	153.106	6,0%	766.260	684.229	12,0%
Margem EBITDA ajustado	24,5%	25,5%	-1,1 pp	29,8%	29,8%	0,1 pp

O EBITDA ajustado de 2024 atingiu o montante de R\$766,3 milhões, que é 12,0% maior que 2023, com margem de 29,8% (equivalente ao ano anterior), impactado pelas despesas não recorrentes, sendo: (i) R\$ 23,5 milhões referentes à atualização da curva de provisão de PECLD (*one-off*) e (ii) R\$ 18,7 milhões advindos de despesas com projetos e M&A.

Resultado financeiro

Receita financeira

As receitas financeiras apresentaram queda de 26,9%, passando de R\$103,9 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023 para R\$75,9 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024. Essa queda deve-se substancialmente ao menor rendimento de aplicações financeiras devido à redução do saldo de caixa investido em 2024 comparado com 2023.

Despesa financeira

As despesas financeiras apresentaram uma redução 3,0%, passando de R\$411,6 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, para R\$399,1 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Essa variação ocorreu, principalmente, da liquidação antecipada da 1ª Emissão de debentures da SECID.

Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e contribuição social sobre o lucro ("IR/CS") corrente e diferido da Companhia apresentou queda de 38,1%, alcançando o valor de R\$2,4 milhões negativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, ante R\$3,9 milhões negativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 que se deve principalmente pela constituição de imposto diferido sobre a PECLD (revisão da matriz de PECLD em 31 de dezembro de 2024).

Lucro líquido

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o lucro líquido da Companhia aumentou 43,7%, ou R\$43,9 milhões, passando de R\$100,5 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 para R\$144,3 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, devido ao aumento do lucro bruto.

Balanço patrimonial

Balanços patrimoniais (em milhares de reais, exceto %)	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023	Var. %
			24/23
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	555.331	522.915	6,2%
Contas a receber	191.012	261.128	-26,9%
Tributos a recuperar	12.594	36.367	-65,4%
Outros ativos	88.582	41.463	113,6%
Total do ativo circulante	847.519	861.873	-1,7%
Não circulante			
Contas a receber	28.692	22.286	28,7%
Depósitos judiciais	24.933	24.571	1,5%
Outros créditos	27.425	80.073	-65,8%
Tributos diferidos	114.345	104.267	9,7%
Investimentos	146	146	0,0%
Imobilizado, líquido	585.068	583.297	0,3%
Direito de uso	1.002.601	1.129.737	-11,3%
Intangível, líquido	1.938.758	1.709.559	13,4%
Total do ativo não circulante	3.721.968	3.653.936	1,9%
Total do ativo	4.569.487	4.515.809	1,2%

Balancos patrimoniais (em milhares de reais, exceto %)	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023	Var. % 24/23
Passivo			
Circulante			
Debêntures	172.311	198.080	-13,0%
Fornecedores	80.765	77.870	3,7%
Obrigações com partes relacionadas	3.421	3.166	8,1%
Obrigações trabalhistas	121.815	127.201	-4,2%
Obrigações tributárias	63.221	57.434	10,1%
Adiantamentos de clientes	72.805	47.549	53,1%
Passivo de arrendamento	128.610	107.778	19,3%
Obrigações por aquisição de participações societárias	260.887	169.438	54,0%
Receita diferida	722	722	0,0%
Outras contas a pagar	7.605	7.166	6,1%
Total do passivo circulante	912.162	796.404	14,5%
Não circulante			
Debêntures	851.097	645.867	31,8%
Obrigações trabalhistas	3.159	10.963	-71,2%
Obrigações tributárias	105.625	115.874	-8,8%
Tributos diferidos	14.897	15.693	-5,1%
Provisão para demandas judiciais	56.291	60.922	-7,6%
Passivo de arrendamento	1.098.008	1.218.105	-9,9%
Obrigações por aquisição de participações societárias	45.078	251.953	-82,1%
Receita diferida	8.063	8.785	-8,2%
Outras contas a pagar	4.318	4.760	-9,3%
Total do passivo não circulante	2.186.536	2.332.922	-6,3%
Patrimônio líquido			
Capital social	1.203.576	1.203.576	0,0%
Reserva de capital	102.993	102.993	0,0%
Reserva de lucros	87.220	79.914	9,1%
Dividendos adicionais propostos	77.000	-	100,0%
Total do patrimônio líquido	1.470.789	1.386.483	6,1%
Total do passivo e patrimônio líquido	4.569.487	4.515.809	1,2%

Contas a receber e prazo médio de recebimento

Evolução de contas e prazo médio a receber (em milhares de reais, exceto %)	2024	2023
Mensalidades	273.579	431.751
Crédito universitário	115.088	87.959
Acordos em andamento	50.980	30.765
Cartões a receber	17.707	70.507
FIES a receber	14.945	18.314
Outras contas a receber	389	1.278
Contas a receber bruto	472.688	640.574
Provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	(234.726)	(344.323)
Ajuste a valor presente	(18.258)	(12.837)
Contas a receber líquido	219.704	283.414
Receita líquida	2.568.352	2.297.787
Prazo médio de recebimento líquido¹	31	45

¹ PMR UDM: Contas a Receber/Receita Líquida dos últimos 12 meses*365

A redução no prazo médio de recebimento foi influenciada, principalmente, pela antecipação de recebíveis em 31 de dezembro de 2024, no valor de R\$58.498.

Dívida bruta e dívida líquida

(em milhares de reais, exceto %)	31 de dezembro de	31 de dezembro de	Var. %
	2024	2023	24/23
Debêntures	1.023.408	843.947	21,3%
Aquisições	305.965	421.391	-27,4%
(=) Dívida bruta	1.329.373	1.265.338	5,1%
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(555.331)	(522.915)	6,2%
(=) Dívida líquida	774.042	742.423	4,3%

O aumento da dívida líquida da Cruzeiro do Sul está relacionado, principalmente, ao aumento do saldo de debêntures em virtude das captações da 3ª emissão da SECID e da 5ª emissão da ACEF, e pela utilização desses recursos para o resgate antecipado da 1ª Emissão de debêntures da SECID e aquisição da FAPI.

Investimentos (Capex)

Os investimentos em 2024 foram de aproximadamente R\$141,3 milhões, destinados, principalmente a infraestrutura de nossas unidades e com projetos de tecnologia, visando evolução digital da Companhia.

Geração de caixa operacional

O caixa líquido gerado pelas atividades operacionais apresentou um aumento de R\$156,1 milhões, ou 27,7%, no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, comparado ao mesmo período de 2023. Passando de um caixa gerado de R\$562,8 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 para R\$718,9 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Essa variação deu-se, principalmente, pelo crescimento operacional e pela melhor gestão do capital de giro.

Principais premiações, reconhecimentos e certificações

Em 2024, a CSED foi contemplada com prêmios e certificações que ratificam os investimentos de longo prazo na tríade ensino, pesquisa e extensão – refletidos na Constituição Federal e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Times Higher Education (THE)

Nossas instituições, Universidade de Franca (UNIFRAN), Centro Universitário Nossa Senhora do Patrocínio (CEUNSP) e Centro Universitário Braz Cubas, foram classificadas entre as instituições particulares brasileiras pelo Impact Ranking (IR), do grupo britânico *Times Higher Education* (THE), que avalia o desempenho no cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU).

SCImago Institutions Rankings (SIR)

Quatro de nossas universidades foram classificadas no ranking que avalia as instituições de ensino, bem como as evidências de seus desempenhos em pesquisa, inovação e impacto social. A Universidade Positivo (UP), a UNIFRAN, a Universidade Cidade de S. Paulo (UNICID) e a Universidade Cruzeiro do Sul se posicionaram entre as melhores da América Latina.

IES	Geral	América Latina (IES)	Brasil (IES)
Cruzeiro	5.222	113	50
UP	7.987	385	155
UNICID	7.771	367	147
UNIFRAN	8.176	396	159

Ranking dos investidores

A *Institutional Investor* é uma revista internacional, líder no fornecimento de *feedback* independente e qualitativo para toda a comunidade de investimentos (*Sell Side*¹, *Buy Side*² e Companhias). Em 2024 a pesquisa contou com a participação de mais de 1.140 analistas de mercado (*versus* 1.105 no ano passado).

Há mais de 30 anos, a revista reconhece profissionais e empresas de diversos setores nos Estados Unidos, Ásia, América Latina, Europa, Oriente Médio e África.

Em 2024, novamente fomos ranqueados e a grande novidade é que recebemos votos do *buy-side* (investidores), que são realmente quem compram as ações, reconhecendo o trabalho realizado pelo time CSED.

Em três anos como companhia de capital aberto, fomos ranqueados todos os anos, destacando-nos em um ambiente competitivo com outras 7 empresas do setor de educação.

Ficamos na 3ª colocação como: (i) 3º Melhor RI - Luis Felipe Bresaola e 3º Melhor Time de RI; 3º Melhor CEO - Fabio Fossen, 3º Melhor CFO - Felipe Negrão.

Ranking Web of Universities (webometrics)

O *Ranking Web of Universities* é publicado desde 2004 com dados de acesso público das universidades. A última edição inclui 32.000 instituições de ensino superior de todo o mundo. O *ranking* se baseia em indicadores bibliométricos. Os resultados das instituições de ensino da CSED foram:

IES	Mundo	América Latina	Brasil
Cruzeiro	3.770	280	111
UP	3.865	290	113
UNICID	4.244	350	137
UNIFRAN	6.158	689	242
UDF	6.979	790	275
UNIPE	7.495	845	292
FSG	7.935	883	309
Cesuca	17.698	1.628	530
CEUNSP	15.570	1.419	463
Módulo	19.495	1.856	607

World Directory of Medical Schools (WDOMS)

O curso de Medicina da Universidade de Franca conquistou o credenciamento no Diretório

Internacional de Escolas Médicas (WDOMS), agora com a presença de *Sponsor Notes*.

O WDOMS é referência para instituições de ensino médico nos Estados Unidos, Canadá, Austrália, Dinamarca e Coreia do Sul.

Isso traz múltiplos benefícios, como a revalidação do diploma nesses países, que requer que a universidade esteja no WDOMS, além do valor a mais agregado ao currículo dos egressos que queiram carreira no Brasil ou no exterior.

Para o curso, trata-se da consolidação de seu reconhecimento internacional, com padrões educacionais alinhados aos melhores do mundo.

Selo OAB recomenda

O Curso de Direito da Universidade Positivo conquistou o Selo “OAB Recomenda”, um reconhecimento da qualidade do ensino jurídico no país. Este selo é um indicativo importante da excelência do curso e da preparação dos alunos para a carreira jurídica.

Selo ODS Educação

Pelo segundo ano consecutivo, a Universidade Positivo (UP) conquistou o selo ODS Educação. A premiação é uma iniciativa realizada por meio de uma parceria entre o Instituto Selo Social, o Grupo de Trabalho da Sociedade da Sociedade Civil para a Agenda 2030 e a Organização das Nações Unidas.

A conquista atesta o empenho da UP no desenvolvimento de iniciativas que buscam atingir as metas estabelecidas pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Em 2024, 170 instituições foram inscritas no processo seletivo e apenas 74 conquistaram o selo.

Universidade Inovadora

A Cruzeiro do Sul Educacional recebeu o título de Universidade Inovadora 2024 pela revista “Ensino Superior”. Este reconhecimento destaca o compromisso da instituição com a inovação no ensino superior, promovendo a troca de informações e boas práticas.

Prêmio Melhores da Gastronomia

A professora Barbara Frazão recebeu o prêmio “Melhores da Gastronomia 2024”, demonstrando a excelência do corpo docente da instituição.

Premiação no VII Encontro Nacional de Patologia Clínica Veterinária

Um grupo de alunos do programa de pós-graduação em Ciência Animal da Universidade de Franca (UNFRAN) foi premiado durante o evento em Jaboticabal-SP. O trabalho coordenado pela professora doutora, Marcela Aldrovani Rodrigues, e apresentado pela mestrandia Maysa Barbosa de Almeida, investigou a densidade e as características nucleares de fibroblastos em carcinomas mamários caninos, propondo um novo parâmetro para a classificação desses tumores.

Projeto Universo Prematuro recebe sede

A Pastoral do Menor de Franca-SP disponibilizou um espaço para os atendimentos do Projeto Universo Prematuro, desenvolvido por pesquisadores da Universidade de Franca. O espaço poderá ser utilizado para os atendimentos das mães e prematuros. Isso reforça a relevância do projeto para a comunidade.

IDEATHON da Construtech Week 2024

Pelo terceiro ano consecutivo, o curso de Arquitetura e Urbanismo, do campus Londrina, alcançou resultados expressivos no *Construtech Week 2024*, o maior evento de inovação do setor no norte do Paraná, realizado nos dias 24 e 25 de setembro.

Durante o encontro ocorre o IDEATHON, uma maratona que desafia os participantes a desenvolverem soluções inovadoras para o setor, trouxe mais um grande resultado para a Universidade Positivo. Na edição de 2024, um grupo multidisciplinar de alunos dos cursos de Arquitetura e Urbanismo e Engenharia de *Software* conquistou o segundo lugar na competição, destacando-se pela criatividade e aplicação de tecnologia em seus projetos.

Moção de Louvor na Câmara Legislativa

A professora doutora, Maria Anastácia Ribeiro Maia Carbonesi, da UDF, compareceu à Câmara Legislativa do Distrito Federal, dia 17 de junho, para receber uma Moção de Louvor durante Sessão Solene em homenagem às mulheres que cuidam na saúde.

A moção foi proposta pela deputada Dayse Amarilio, procuradora Especial da Mulher e presidente da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) da Casa, com o objetivo de prestigiar o trabalho de profissionais femininas da saúde que contribuem para a humanização dos serviços médicos no Distrito Federal.

Santander TOP Espanha

Alunos da Unifran, Unipê, UP, Unicid, Cruzeiro e UDF foram contemplados com a Bolsa Santander TOP Espanha, para um intercâmbio de três semanas na Universidade de Salamanca, na Espanha, com todos os custos pagos.

Certificação para Hospital Simulado

O curso de Medicina da Universidade Cidade de São Paulo (UNICID) foi o primeiro centro de treinamento de simulação avançada do Brasil a ser acreditado pela Sociedade Brasileira de Simulação na Saúde (SOBRASSIM). Essa certificação reitera o compromisso com uma educação médica de qualidade.

AD Scientific Index

O *AD Scientific Index (Alper-Doger Scientific Index)* é um sistema de classificação e análise que avalia o desempenho científico e o valor agregado da produtividade científica de cientistas individuais.

Abaixo, os resultados da classificação:

IES	País	Mundo	Nº pesquisadores entre os 10% melhores	Nº pesquisadores entre os 30% melhores
Cruzeiro	63	2.830	2	31
UP	163	5.905	0	15
UNICID	104	4.041	1	10
UNIFRAN	93	3.731	1	22
UDF	263	9.643	0	2
UNIPE	358	13.189	0	1
FSG	427	16.154	0	1
Cesuca	528	19.764	0	0
CEUNSP	534	20.119	0	0
Módulo	440	16.476	0	0

Ranking de serviços prestados à Receita Federal

O Núcleo de Apoio Contábil e Fiscal (NAF) da UNICID ficou em terceiro lugar em um ranking de 30 colocados e em segundo lugar como ouro. As classificações foram determinadas pela soma de atendimentos prestados de janeiro até setembro de 2024.

Durante o período de apuração, o NAF somou 5.029 atendimentos em três trimestres, conquistando o título de ouro pela Receita Federal, sendo o 3º que mais realizou atendimentos no estado de São Paulo e o 8º em todo o Brasil.

Prêmio CAPES de tese

A egressa do programa de pós-graduação em fisioterapia doutora Verônica Sousa Santos, conquistou o Prêmio CAPES de Tese 2024.

O trabalho inovador da doutora Verônica, intitulado “Dor musculoesquelética em crianças e adolescentes: avaliação, epidemiologia e qualidade metodológica e de reporte de revisões sistemáticas”, foi orientado pela professora doutora Tie Parma e coorientado pela professora doutora, Lucíola Costa, e escolhido como a melhor tese da área de fisioterapia do Brasil.

Prêmio AFRAFEP de educação fiscal

A Unipê venceu o referido prêmio em 2024 na categoria “Instituições” com o projeto “Descomplicando Cupons”, coordenado por Ruan Vitor de Lacerda Ferreira. O prêmio é uma realização da Associação dos Auditores Fiscais do Estado da Paraíba (Afrafep), com patrocínio do Sindifisco-PB e da Loteria do Estado da Paraíba (Lotep-PB), tendo apoio institucional da Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz-PB) e da Associação Nacional das Associações de Fiscais de Tributos Estaduais (Febrafite). Os prêmios reconhecem o compromisso com a educação fiscal e a cidadania.

Programa Primeiros Passos

As instituições de ensino da CSED iniciaram o “Programa Primeiros Passos”, uma iniciativa abrangente e acolhedora, que visa proporcionar suporte e orientação personalizada aos novos alunos em sua jornada acadêmica. O programa busca facilitar a transição para o ambiente universitário, oferecendo um conjunto de atividades e recursos.

24º Congresso Nacional de Iniciação Científica

Nossos estudantes participaram do Congresso Nacional de Iniciação Científica promovido pelo SEMESP e obtivemos alguns resultados importantes:

- **Área de Ciências Biológicas e Saúde:** 3 alunos entre os 10 melhores trabalhos (Unifran, Unicid, Unicsul).
- **Área de Ciências Exatas e da Terra:** 1 aluno entre os 10 primeiros trabalhos (Unifran).
- **Área de Ciências Sociais Aplicadas:** 1 aluno entre os 10 primeiros trabalhos (Braz Cubas).

Regulação

Destaque nas avaliações do MEC

Em relação ao Índice Geral de Cursos (IGC), ainda não foram publicados os dados de 2023 nem de 2024. Portanto, permanecemos com os mesmos indicadores de IGC do ano de 2022: CESUCA, com IGC 5; CEUNSP, Positivo, UDF e UNIPÊ atingiram a faixa 4 do IGC. Assim, o percentual de IGC satisfatório é de 100%, considerando as instituições ativas da Cruzeiro do Sul Educacional.

Em relação ao Conceito Preliminar de Curso (CPC), em 2022, 95,5% dos cursos do Grupo foram avaliados com conceito satisfatório. Os CPC de 2023 ainda não foram publicados, em virtude de atraso do cronograma do Ministério da Educação (MEC).

Em relação ao conceito de curso (CC), em 2024, recebemos 264 avaliações de curso e obtivemos 91,2% de CC nas faixas 4 e 5. Destacam-se três cursos de autorização Medicina com conceito máximo 5 (FSG, CEUNSP e CESUCA)

Em 2024, não houve avaliação de credenciamento. Houve o protocolo de 4 processos, porém ainda sem avaliação.

A Cruzeiro do Sul acompanha sistematicamente os resultados das avaliações externas e internas a fim de garantir a qualidade dos seus serviços educacionais, bem como a melhoria contínua dos indicadores de suas instituições e cursos.

Pesquisa e desenvolvimento

Reconhecidos por sua excelência na produção de pesquisa, os docentes pesquisadores das IES do Grupo ministram aulas na pós-graduação, *stricto sensu* e na graduação, bem como orientam dissertações e teses.

Isso faz com que os discentes recebam, em sala de aula, um conhecimento sempre atualizado e com base no olhar crítico e científico do professor pesquisador. Também permite que os discentes dos cursos de graduação tenham a oportunidade de desenvolver projetos de iniciação científica. Essa integração aumenta a convivência dos alunos já nos primeiros anos de curso, construindo uma visão ampliada do mundo acadêmico e contribuindo para despertar seu interesse pela investigação científica e tecnológica. Os estudantes da graduação, assim como os da pós-graduação, são estimulados a participar de seminários semanais oferecidos pelos programas, das discussões semanais dos grupos de pesquisa e dos eventos científicos nacionais e internacionais (*workshops*, congressos e simpósios).

Conheça algumas das atividades desenvolvidas pelos docentes dos programas de pós-graduação stricto sensu – mestrado e doutorado – do Grupo Cruzeiro do Sul em 2024.

Item	Total
Teses e dissertações defendidas (titulação de mestres e doutores)	244
Grupos de pesquisa científica e tecnológica certificados pelo CNPq	119
Professores/pesquisadores bolsistas produtividade CNPq	39
Professores/pesquisadores entre os melhores e mais influentes cientistas (<i>AD Scientific Index</i> - Top 10.000 mundo)	1
Professores/pesquisadores entre os melhores e mais influentes cientistas (<i>AD Scientific Index</i> - Top 10.000 Brasil)	35

Foram publicados 3.236 trabalhos científicos em periódicos nacionais e internacionais no último quadriênio (2017 a 2020) na plataforma Sucupira, da Capes (o quadriênio 2021 – 2024 ainda não foi fechado).

Pós-graduação: formação de excelência

Temos o orgulho de promover a formação e a qualificação de profissionais, cientistas e professores que passam pelos nossos cursos de pós-graduação e se tornam multiplicadores na geração de conhecimento em outras instituições de ensino superior dentro e fora do Brasil, bem como no setor privado. Os professores pesquisadores da Cruzeiro do Sul formaram em 2024 um total de 136 mestres e 92 doutores. Apresentamos, a seguir, os dados por instituição.

Instituição de ensino	Mestres titulados	Doutores titulados
Universidade Cidade de São Paulo (UNICID)	34	16
Universidade Cruzeiro do Sul	21	20
Universidade de Franca (UNIFRAN)	41	19
Centro Universitário do Distrito Federal (UDF)	15	12
Centro Universitário de João Pessoa (UNIPÊ)	16	-
Universidade Positivo (UP)	25	25
Total	152	92

Governança corporativa

Desde 2021, quando abrimos o capital, as famílias fundadoras atuam de forma estratégica, integrando o Conselho de Administração e os comitês de assessoramento ao Conselho. Trimestralmente, e sempre que necessário, os conselheiros se reúnem com a Diretoria da Companhia para assegurar a preservação dos valores que norteiam os negócios, responsáveis pelo sucesso de nossa trajetória.

Com vistas ao aprimoramento contínuo da governança, criamos três unidades de negócios, a Presencial, Digital e de Saúde. Além disso, em 2024, foi criada a vice-presidência de Excelência Acadêmica e Relações Institucionais, adotando, assim, um modelo com lideranças especializadas e focadas em cada unidade de negócio, de forma a imprimir agilidade nas respostas às demandas do mercado e dos clientes.

Estão ainda estabelecidos núcleos de trabalho para a discussão de temas relacionados a sete pilares: Direitos Humanos e Inclusão; Responsabilidade Socioambiental; Empreendedorismo e

Trabalhabilidade; Saúde e Bem-Estar; Inovação Acadêmica e Práticas de Extensão; Internacionalização e Redes de Cooperação; Gestão de Produtos e Resíduos; Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid); Programa de Residência Pedagógica (PRP), e Comitê Institucional do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC). Os núcleos são compostos por professores representantes das IES e contam com apoio das áreas administrativas para a realização de projetos de impacto social.

São indicados para compor o Conselho de Administração, seus comitês e a Diretoria profissionais qualificados, com comprovada experiência técnica, profissional e acadêmica, e alinhados à nossa missão, visão, valores e cultura. A indicação considera critérios como complementaridade de experiências, formação acadêmica, disponibilidade de tempo para o desempenho da função e diversidade.

Há também processo de avaliação de desempenho dos membros do Conselho de Administração, dos seus comitês de assessoramento e da diretoria, conforme previsão do item 7.1 do Formulário de Referência da Companhia. As avaliações abrangem tanto avaliação do órgão quanto individual. Utilizamos avaliações objetivas e subjetivas: a primeira pode resultar do cumprimento de metas anuais e a segunda é realizada por superiores, pares e/ou subordinados, conforme determinado pelo Conselho de Administração. Essas avaliações ocorrem anualmente e, de acordo com os resultados, são implementados planos de ações para aprimorar o funcionamento dos órgãos.

Conselho de Administração

O Conselho de Administração é composto, atualmente, por nove membros, mas pode ser formado por, no mínimo, nove e, no máximo, 11 membros efetivos, pessoas naturais, residentes no Brasil ou no exterior, sendo um designado presidente do Conselho de Administração e os demais designados simplesmente conselheiros, todos eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral, observado o disposto no Acordo de Acionista. O mandato dos membros do Conselho será unificado, com prazo de dois anos, sendo permitida a reeleição. Ainda, poderão ser destituídos de seu cargo durante o seu mandato e substituídos a qualquer tempo pela Assembleia Geral, observado o disposto no Acordo de Acionista.

Dos membros do Conselho de Administração, no mínimo, dois ou 20% dos seus membros (o que for maior) deve ser composto por conselheiros independentes, de acordo com critérios e requisitos estabelecidos pelo Regulamento do Novo Mercado. Atualmente, temos três conselheiros independentes (33% dos membros). O Conselho se reúne ordinariamente uma vez a cada trimestre e, extraordinariamente, sempre que necessário.

Com o suporte da Diretoria e dos seus comitês de assessoramento, o Conselho de Administração é responsável pela fixação de nosso direcionamento estratégico no curto, médio e longo prazos e, por essa razão, também responde pela definição da missão, visão e valores internos, bem como pela aprovação de todas as políticas organizacionais, sempre zelando pela manutenção da ética e da transparência no relacionamento com todos os *stakeholders*.

Comitê de Auditoria

Órgão de assessoramento estatutário vinculado diretamente ao Conselho de Administração, tem autonomia operacional e orçamento próprio aprovado pelo Conselho. É composto, atualmente, por quatro membros, mas pode ser formado por, no mínimo, três, eleitos pelo Conselho de Administração para mandatos de dois anos, sendo permitida a reeleição. Pelo menos um dos seus membros deve ser independente e outro com reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária. O Comitê

de Auditoria se reúne ordinariamente uma vez a cada trimestre e, extraordinariamente, sempre que necessário. Em 2022, o Comitê de Ética e Conduta, antes vinculado à Presidência, passou a se reportar diretamente ao Comitê de Auditoria. Em 2023, foi criado o Comitê de Privacidade e Cibersegurança vinculado diretamente ao Diretor-Presidente, com reporte trimestral ao Comitê de Auditoria.

Tem como responsabilidades opinar sobre a contratação de auditoria independente; avaliar informações trimestrais e políticas internas; acompanhar o mapeamento e o gerenciamento de riscos; identificar conflitos de interesses e oportunidades de melhoria de controles internos; e garantir que a estrutura esteja dimensionada para cumprir o papel de uma boa governança corporativa, entre outras atribuições.

Comitê de Finanças e M&A

Órgão de assessoramento, não estatutário, vinculado diretamente ao Conselho de Administração, composto, atualmente, por quatro membros, podendo ser formado por até cinco membros efetivos, nomeados e destituídos pelo Conselho de Administração para mandatos de dois anos, sendo permitida a reeleição.

É responsável por supervisionar, analisar e opinar sobre operações e demais assuntos de natureza financeira e relativos ao mercado de capitais e acompanhar o planejamento e a gestão financeira interna. Outras atribuições incluem assessoria ao Conselho de Administração sobre o acompanhamento e a recomendação de aprovação de operações de combinação de negócios, das políticas financeiras internas (incluindo *hedge* e limites de crédito das aplicações de caixa), bem como dos descasamentos de moedas e do índice de endividamento (alavancagem); análise de proposta orçamentária anual e plurianual da Diretoria a ser aprovada pelo Conselho de Administração e outras propostas; acompanhamento do planejamento financeiro e do fluxo de caixa de curto, médio e longo prazo; e outros assuntos solicitados pelo Conselho de Administração.

Comitê de Ética e Conduta

Órgão de assessoramento, não estatutário, vinculado diretamente ao Comitê de Auditoria, composto por quatro membros fixos, os quais devem ser os ocupantes dos cargos de Diretor-Presidente, Diretor de Gente, Gestão e Sustentabilidade, Diretor Jurídico e de Compliance e Head de Auditoria interna. Pode ainda contar com membros convidados, de acordo com a natureza dos casos analisados.

É responsabilidade do órgão zelar para que o nosso compromisso de agir de forma ética, íntegra e transparente seja cumprido e que as atividades sejam conduzidas em conformidade com as leis nacionais e internacionais vigentes, com as melhores práticas de governança corporativa e em consonância com seus valores. Outra atribuição do comitê é analisar todas as preocupações cruciais e reportá-las ao Comitê de Auditoria estatutário, que se reporta diretamente ao Conselho de Administração. Os reportes são realizados por meio de reuniões ordinárias trimestrais, podendo ocorrer também em encontros extraordinários, a depender da criticidade do assunto tratado.

Comitê de Pessoas

Órgão de assessoramento, não estatutário, vinculado diretamente ao Conselho de Administração, composto, atualmente, por quatro membros, podendo ser formado por até cinco membros efetivos, nomeados e destituídos pelo Conselho de Administração para mandatos de dois anos, sendo permitida a reeleição.

É responsável por analisar e opinar sobre os assuntos relacionados ao desenvolvimento de seus

administradores e profissionais, cultura e ambiente de trabalho e processos relativos à gestão de pessoas, cultura organizacional, questões sindicais e governança corporativa.

Comitê de Privacidade e Cibersegurança

Órgão de assessoramento, não estatutário, vinculado diretamente à Diretoria Executiva (Presidência), que funcionará de modo permanente e com reportes, no mínimo, trimestrais, ao Comitê de Auditoria e ao Conselho de Administração. O comitê será composto por sete membros efetivos, que deverão ser os ocupantes dos cargos de, respectivamente, Diretor-Presidente, Diretor-Executivo de TI, Diretor-Executivo Jurídico & de Compliance, DPO (*Data Protection Officer*), Gerente de Cibersegurança, Gerente de Governança de Dados e Gerente de Auditoria Interna, sendo este último não votante.

É responsabilidade do órgão assessorar e apoiar o *Data Protection Officer* (“DPO”) em assuntos relacionados a definição e planejamento de estratégias, políticas e medidas voltadas para a adequada estruturação, manutenção e aprimoramento do Programa de Privacidade da Companhia e demais obrigações relacionadas à proteção de dados pessoais, conforme disposto nos artigos 46 e 50 da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (“LGPD”). Também deverá acompanhar e direcionar o adequado tratamento e mitigação de riscos, concretos ou potenciais, à proteção dos dados pessoais e de cibersegurança no ambiente dos processos da Companhia.

Programa de Integridade e Código de Conduta

A Cruzeiro do Sul Educacional possui o compromisso de conduzir os seus negócios com integridade, transparência, responsabilidade e em conformidade com a legislação aplicável. Visando honrar com este compromisso, a Companhia possui um Programa de Conformidade construído com base nas melhores práticas de mercado, e nas diretrizes e orientações previstas na Lei 12.846 (Lei Anticorrupção Brasileira) e no Decreto nº 8.420.

Além disso, o Programa não se limita ao atendimento à legislação, abrangendo também a disseminação e conscientização de colaboradores e terceiros quanto a princípios éticos, como integridade, transparência, respeito e responsabilidade.

Nesse sentido, a Companhia possui um Código de Conduta, devidamente atualizado e aprovado pelo Conselho de Administração. Tal documento possui como finalidade: (i) estabelecer e formalizar diretrizes que favoreçam decisões e condutas íntegras e alinhadas aos valores da Companhia e legislação vigente; (ii) reiterar e reforçar o compromisso da Companhia com a transparência, integridade e manutenção de um ambiente ético e saudável a seus colaboradores; e (iii) fornecer referência para a análise e definição de medidas disciplinares em casos de infração.

O Código de Conduta se aplica a todos os acionistas, diretores, administradores, conselheiros, colaboradores e terceiros que se relacionam ou atuam em nome da Companhia, os quais devem cumprir integralmente as diretrizes estabelecidas, independentemente de seu nível hierárquico ou área de atuação.

Canal Seguro

Com o objetivo de oferecer um canal de comunicação seguro, a Companhia disponibiliza um canal de denúncias, denominado Canal Seguro, aberto à utilização de todos os públicos com os quais a Companhia interage, sejam colaboradores, clientes, fornecedores ou parceiros de negócio.

Por este canal podem ser registrados relatos relacionados a suspeitas ou ciência de condutas

antiéticas, ilegais, e/ou contrárias às políticas internas e valores da Companhia.

Tal plataforma é gerenciada por uma consultoria externa, especializada e independente, e possui um fluxo que não permite qualquer tipo de edição ou exclusão dos relatos registrados, assegurando a integridade das informações.

O canal de denúncias da Cruzeiro do Sul Educacional, denominado Canal Seguro, é um meio de comunicação seguro e sigiloso, que pode ser acessado de forma anônima nos seguintes formatos:

- (i) on-line, no website: <https://www.contatoseguro.com.br/cruzeiroeducacional>; e
- (ii) *hotline*: 0800 900 9393 (ambos funcionam 24 horas por dia).

Combate à corrupção

A Companhia dispõe de documentos complementares ao Código de Conduta, especificamente no que se refere a integridade e combate a práticas de corrupção, tais como a Política Anticorrupção e o Manual de interação com o Poder Público.

Tais documentos dão ciência a todos os colaboradores, administradores e terceiros que se relacionam ou atuam em nome da Companhia, sobre as diretrizes previstas na Lei Brasileira Anticorrupção (Lei nº 12.846/2013), bem como apresentam diretrizes práticas sobre a conduta esperada na interação com Órgãos e Agentes Públicos.

As diretrizes são ainda reforçadas por meio de treinamentos, que visam aprofundar o entendimento e esclarecer possíveis dúvidas, favorecendo a adoção de condutas compatíveis às diretrizes institucionais.

Gestão de pessoas

A CSED encerrou 2024 com um total de 7.668 colaboradores, sendo 3.300 homens e 4.368 mulheres, ou seja, 57% da força de trabalho é composta pelo gênero identificado e declarado como feminino.

GPTW

A Cruzeiro do Sul Educacional em 2024 foi certificada como um Excelente Lugar para Trabalhar pelo instituto GPTW conquistando o selo. É uma iniciativa que busca entender as percepções colaboradores em relação a empresa e reconhecer aqueles que foram avaliadas como ótimos ambientes de trabalho.

Saúde e segurança

O objetivo da área de Saúde e Segurança do Trabalho é proteger a integridade física e mental dos colaboradores, prevenindo acidentes e doenças ocupacionais e promovendo um ambiente de trabalho seguro e saudável. Para isso, a área segue as normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho, monitora os riscos existentes e implementa ações preventivas e corretivas. Além disso, busca conscientizar e capacitar os colaboradores sobre a importância da saúde e segurança no trabalho, estimulando a participação e o comprometimento de todos. A área de Saúde e Segurança do Trabalho é essencial para garantir a qualidade de vida dos colaboradores, a produtividade da empresa e o cumprimento das leis.

Environmental, Social and Governance (ESG)

Acreditamos que a agenda ESG é inerente às empresas de educação, uma vez que os serviços prestados por elas impactam positiva e diretamente a sociedade via formação cidadã de milhares de estudantes.

Nossa gestão ESG tem como missão zelar pelo cumprimento da agenda de sustentabilidade e pelo bom andamento dos projetos e planos de ação relacionados aos pilares social, ambiental e de governança corporativa, atuando em parceria com o Comitê de Pessoas, a Comissão Interna de Sustentabilidade e os núcleos de trabalho, além de prestadores de serviço externos, gestores e colaboradores.

Nosso propósito é contribuir para a melhoria da qualidade de vida de todos os envolvidos direta e indiretamente com o nosso negócio, com vistas a uma sociedade mais sustentável e resiliente. Por meio da educação, é possível potencializar o desenvolvimento socioeconômico nos entornos das operações, sendo referência em impacto social positivo.

Questões ambientais

Nosso compromisso com o meio ambiente vai além da gestão eficiente dos recursos naturais. Envolve também pesquisas por parte das universidades e conscientização de estudantes e comunidades no entorno de nossos campi sobre a importância da preservação. Todos os nossos contratos com fornecedores e outros parceiros incluem cláusulas relacionadas a respeito ambiental, compromisso com a proteção e prevenção e erradicação de práticas danosas.

Nossas IES desenvolveram ainda projetos e campanhas alinhados às boas práticas de preservação, ecoeficiência nos processos e economia de recursos, com resultados promissores. Em 2024, todas as nossas instituições de ensino tiveram as suas licenças e dispensas ambientais atualizadas.

Questões Sociais

Apoio ao Rio Grande do Sul

As IES da Cruzeiro do Sul se mobilizaram em uma ação conjunta para auxiliar as vítimas do desastre no Rio Grande do Sul. Em uma demonstração de solidariedade e compromisso social, as IES se tornaram pontos de coleta de doações, recebendo itens essenciais como alimentos não perecíveis, água potável, roupas, produtos de higiene pessoal e materiais de limpeza. A iniciativa contou com a participação ativa de alunos, professores, funcionários e da comunidade em geral, que se uniram para arrecadar o maior número possível de doações. A ação visou minimizar o sofrimento das pessoas afetadas pelas fortes chuvas e enchentes no Rio Grande do Sul, demonstrando o poder da união e da empatia em momentos de crise.

Remuneração dos acionistas

O Estatuto da Companhia prevê dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado pela constituição da reserva legal, conforme a Lei das Sociedades por Ações.

Em 30 de abril de 2024, por meio de Assembleia Geral Ordinária, foi aprovada a distribuição de dividendos no montante de R\$60.000 (R\$23.858 de dividendos mínimos obrigatórios e R\$36.142 de

dividendos adicionais) referente ao exercício social encerrado de 2023, já declarados como dividendos intermediários em reunião do Conselho de Administração realizada em 09 de novembro de 2023 e integralmente pagos no dia 08 de dezembro de 2023.

Em 22 de agosto de 2024, por meio da Reunião do Conselho da Administração, *ad referendum* da Assembleia Geral Ordinária que deliberará sobre as demonstrações financeiras relativas ao exercício social de 2024, a ser realizada até o dia 30 de abril de 2025, foi aprovada a distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$60.000 cujo pagamento foi realizado no dia 04 de setembro de 2024.

(em milhares de reais, exceto %)	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	144.306	100.455
Base para reserva legal	144.306	100.455
Apropriação para reserva legal (Art.193 da Lei nº 6.404)	7.215	5.023
Base para dividendo mínimo obrigatório	137.091	95.432
Dividendo mínimo obrigatório – 25%	34.273	23.858
Dividendos adicionais	25.727	36.142
Dividendos adicionais propostos ¹	77.000	-
Destinação para reserva de retenção de lucros	91	35.432
Quantidade de ações em 31 de dezembro	364.542.552	364.542.552
Dividendo por ação – Em reais	0,3758	0,1646

¹ Os dividendos adicionais propostos declarados com montantes superiores aos dividendos mínimos obrigatórios após o exercício contábil a que se refere às demonstrações financeiras, por não se constituírem uma obrigação presente, são apresentados destacados no patrimônio líquido, não sendo constituído o respectivo passivo até sua efetiva aprovação, de acordo com as normas do ICPC-08, e serão pagos em data a ser definida em AGO em abril de 2025.

Essa proposta seguirá para aprovação na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em abril de 2025.

Audidores independentes

A política da Companhia na contratação de eventuais serviços não relacionados à auditoria externa junto ao auditor independente fundamenta-se nos princípios que preservam sua independência, em conformidade com a Resolução CVM nº 162/2022: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

Os honorários referem-se a serviços profissionais prestados na auditoria e nas revisões trimestrais das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, em auditorias societárias e nas revisões interinas de certas subsidiárias, conforme requerido pela legislação pertinente.

A PricewaterhouseCoopers foi contratada para as seguintes prestação de serviços: (i) auditoria anual com emissão de relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e suas controladas para o exercício a se encerrar em 31 de dezembro de 2023 e 2024; (ii) auditoria trimestral, com emissão de relatório sobre as informações financeiras intermediárias da Companhia em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2023 e 2024; e (iii) Asseguração limitada, das informações não financeiras, sobre os Relatórios de Sustentabilidade referentes aos anos base 2023 e 2024. Os honorários relativos a esses trabalhos foram de R\$ 2.354 mil, sendo R\$ 2.251 mil referente às revisões trimestrais e exame das demonstrações financeiras e R\$ 103 mil referentes à asseguração limitada sobre a compilação das informações não financeiras constantes no Relatório Anual de Sustentabilidade.

Declaração da Diretoria Executiva

A Diretoria da Cruzeiro do Sul declara, nos termos da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, que revisou, discutiu e concordou: (i) com o conteúdo e as opiniões expressas no parecer emitido, sem ressalvas, pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (PwC), emitido em 31 de março de 2025; e (ii) com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Declaração do Comitê de Auditoria

Os membros do Comitê de Auditoria da Cruzeiro do Sul, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme previsto no Regimento Interno do comitê e com base nos trabalhos realizados ao longo do exercício de 2024, procederam ao exame e à análise das demonstrações financeiras, acompanhadas do parecer dos auditores independentes e do Relatório da Administração relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

Considerando as informações prestadas pela Administração da Companhia e pelos auditores independentes, opinam, por unanimidade, que eles refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira da Cruzeiro do Sul Educacional e suas controladas e recomendam a aprovação dos documentos pelo Conselho de Administração e o seu encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária de Acionistas, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

Cláusula Compromissória

A Cruzeiro do Sul Educacional e controladas (“Cruzeiro do Sul” ou “Companhia”) estão vinculadas à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme descrito no Capítulo IX do Estatuto Social da Companhia.

Agradecimentos

A Companhia agradece seus alunos, professores, colaboradores, acionistas e prestadores de serviços por todo o comprometimento dispensado ao longo do ano de 2024. Os resultados aqui descritos só foram possíveis graças ao apoio e à confiança de todos.

A Administração

RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

Atendendo às disposições legais, o Comitê de Auditoria da Cruzeiro do Sul Educacional S.A. – “Cruzeiro do Sul” ou “Companhia”, listada no segmento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), órgão estatutário de assessoramento do Conselho de Administração, composto por 4 (quatro), sendo 3 (três) membros independentes, todos nomeados e eleitos pelo Conselho de Administração, considerando os requisitos definidos na legislação, regulamentação do Novo Mercado e nas melhores práticas de governança, apresentam o relatório para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024:

COMPOSIÇÃO DO COMITÊ

Nome	Cargo	Data da eleição	Mandato
Fernando Dal-ri Murcia	Coordenador	21/10/2024	21/10/2026
Renato Russo	Membro	21/10/2024	21/10/2026
Carlos Alberto Nogueira Pires da Silva	Membro	21/10/2024	21/10/2026
Silvio Jose Genesini Junior	Membro	21/10/2024	21/10/2026

ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES

Opinar sobre a contratação e destituição dos serviços de auditoria independente para auditorias externas ou outros serviços; supervisionar as atividades dos auditores independentes, avaliando sua independência, qualidade dos serviços e conformidade com as regras de rotatividade; monitorar a qualidade e integridade dos controles internos, informações financeiras e medições baseadas em dados contábeis e não contábeis; coordenar e supervisionar a auditoria interna, garantindo sua independência e qualidade das informações; coordenar e supervisionar a área de Compliance, garantindo a independência e qualidade das informações, além de tratar denúncias internas e externas; acompanhar e supervisionar as atividades da área de controles internos; avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia, incluindo políticas de remuneração, uso de ativos e despesas; supervisionar a elaboração das demonstrações financeiras da Companhia; avaliar, monitorar e recomendar correções ou aprimoramentos nas políticas internas da Companhia; avaliar e monitorar a adequação das transações com partes relacionadas e suas respectivas evidenciações; elaborar relatório anual resumido, descrevendo reuniões, atividades, principais assuntos discutidos, resultados, conclusões e recomendações; elaborar relatório circunstanciado anual, contendo descrição das atividades, resultados, conclusões e recomendações, disponível para a CVM por cinco anos; apreciar relatórios de órgãos reguladores que impactem a percepção sobre as matérias de competência do Comitê; cumprir e fazer cumprir o Regimento Interno, Estatuto Social, Código de Conduta e demais políticas e normas internas aplicáveis.

Para mais informações, consulte o Regimento Interno do Comitê de Auditoria, disponível para consulta em <https://ri.cruzeirodosuleducacional.com.br/governanca-corporativa/estatuto-e-politicas/>

PRINCIPAIS ATIVIDADES DO COMITÊ

O Comitê de Auditoria da Cruzeiro do Sul, instalado em outubro de 2020, realiza reuniões ordinárias bimestrais e, extraordinárias, sempre que convocada pelo Coordenador, pelo Presidente do Conselho de Administração ou por dois membros do Conselho de Administração agindo em conjunto, ou por solicitação escrita de qualquer membro do Comitê de Auditoria.

No exercício de 2024, o Comitê realizou 21 (vinte de uma) reuniões, sendo 6 (seis) ordinárias e 15

(quinze) extraordinárias. O Comitê reuniu-se com os diretores da Companhia, auditor interno, auditores independentes e assessores externos para aprofundar e monitorar processos de controles internos e compliance, riscos, possíveis deficiências e eventuais planos de melhoria, bem como para emitir suas recomendações ao Conselho de Administração e à Administração da Companhia.

Dentre os assuntos discutidos, destacam-se os seguintes:

Assunto	Função do Comitê Relacionada
Avaliação das Demonstrações Financeiras e do Relatório Anual da Administração do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024	Avaliar se as Demonstrações Financeiras e o Relatório Anual da Administração foram corretamente elaborados, se refletem adequadamente a situação da Companhia e se estão em consonância com as demais informações apresentadas pela organização.
Avaliação das Informações Trimestrais (ITR)	Discussão do escopo e principais conclusões obtidas nas revisões trimestrais do ITR; e Participações das discussões sobre temas técnicos com a diretoria financeira, bem como com os auditores independentes, para entender o processo de análise e as bases para a conclusão técnica.
Avaliação dos processos de Auditoria Interna e de Compliance	Avaliação e discussão dos relatórios dos trabalhos de Auditoria Interna e da área de Compliance emitidos, incluindo as eventuais deficiências, justificativas, ações corretivas e sua execução.
Contingências e Provisões judiciais	Discussão e acompanhamento das principais demandas judiciais e do julgamento da Administração sobre os prognósticos de desfecho.
Controles internos	Acompanhamento da evolução de projetos de melhoria dos controles internos e mitigação de riscos para a Companhia.
Governança Corporativa	Avaliação e monitoramento da adequação de transações realizadas com partes relacionadas; e Acompanhamento dos questionamentos, soluções adotadas e respostas da Administração às correspondências e interações da Companhia com os órgãos reguladores.

DAS COMUNICAÇÕES E RECOMENDAÇÕES AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Comitê de Auditoria reporta, trimestralmente, ao Conselho de Administração, os assuntos tratados em suas reuniões. Adicionalmente, o Comitê de Auditoria emite manifestações específicas ao Conselho de Administração, ou órgãos equivalentes, sobre os assuntos submetidos para a sua apreciação, além de apresentar o relatório resumido das suas atividades anuais, sendo o Relatório Anual de Atividades divulgado nas Demonstrações Financeiras, publicadas no endereço eletrônico da Companhia, na CVM e B3.

Os membros da Diretoria são convidados a participar das reuniões do Comitê de Auditoria que envolvam temas a eles afetos ou assuntos por eles submetidos para apreciação do Comitê e indicam, conforme o caso, a participação dos gestores das áreas responsáveis pelas matérias a serem tratadas.

Os membros do Comitê de Auditoria incentivam que o Conselho de Administração e os Diretores, implementem as manifestações por eles emitidas ao longo das reuniões realizadas, em especial, no tocante às oportunidades de melhorias vislumbradas nos processos que envolvam transações com partes relacionadas, gestão de riscos e aprimoramento contínuo das estruturas e processos de Auditoria Interna, Governança Corporativa e Conformidade.

PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA

Os membros do Comitê de Auditoria, no exercício de suas atribuições e responsabilidades, conforme previsto no seu Regimento Interno, procederam ao exame das demonstrações financeiras, acompanhadas do parecer dos auditores independentes e do relatório anual da Administração relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024 e, considerando que elas refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira da Companhia e de suas controladas, recomendaram, ao Conselho de Administração, sua aprovação e publicação.

São Paulo, 31 de março de 2025.

Fernando Dal-ri Murcia

Renato Russo

Carlos Alberto Nogueira Pires da Silva

Silvio Jose Genesini Junior



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Cruzeiro do Sul Educacional S.A. ("Companhia", "Individual" ou "Controladora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Cruzeiro do Sul Educacional S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

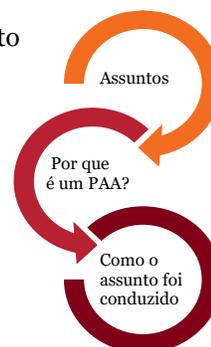
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cruzeiro do Sul Educacional S.A. e da Cruzeiro do Sul Educacional S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.





Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Reconhecimento de receita (Notas 2.17 e 26)

A principal fonte de receita da Companhia e de suas controladas advém da cobrança de mensalidades de pessoas físicas (alunos) matriculadas semestralmente nos cursos regulares de graduação, pós-graduação e colégio.

Essas receitas são decorrentes de um grande volume de transações, mas que, individualmente, são de baixo valor, aumentando a importância dos controles internos da Companhia e de suas controladas, incluindo controles e a adequada manutenção de um cadastro atualizado de alunos.

Consideramos que o reconhecimento de receita permanece como uma área de foco em nossa auditoria, especialmente quanto ao tema do registro adequado, existência e totalidade da carteira de alunos.

Como resposta de auditoria, efetuamos os seguintes principais procedimentos relativos a esse assunto:

- Efetuamos o entendimento dos controles internos relevantes implementados pela Companhia e suas controladas, para o processo de matrículas, definição de tabela de preços, emissão de cobranças e registro contábil das mensalidades.
- Inspecionamos, por amostragem, contratos firmados com alunos, comprovantes de recebimento, relatórios de frequência e de notas dos alunos, inclusive aqueles matriculados por meio do FIES, para análise das condições contratuais e documentos cadastrais dos alunos vinculados, assim como verificamos o recebimento subsequente das mensalidades selecionadas na amostra.
- Realizamos as reconciliações dos relatórios auxiliares de faturamento com os respectivos registros contábeis.

Os resultados dos nossos procedimentos indicam que os processos para o reconhecimento de receitas, estão suportados por documentação hábil e estão razoáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Avaliação da redução do valor recuperável (*impairment*) dos ágios e intangíveis de vida útil indefinida (Notas 2.1, 2.9, 2.10 e 12)

A Companhia tem registrado em seu ativo intangível no Consolidado, ágios fundamentados em expectativas de rentabilidade futuras e intangíveis de vida útil indefinida decorrentes de aquisição de negócios, no valor de R\$ 1.575.935 mil.

A Companhia realizou o teste anual de *impairment* dos ágios e dos intangíveis de vida útil indefinida, incluindo testes de recuperabilidade dos montantes

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Entendimento dos controles internos relevantes relacionados com a preparação dos fluxos de caixa descontados da unidade geradora de caixa à qual os ágios e os intangíveis de vida útil indefinida foram alocados.



Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Porque é um PAA

oriundos das combinações de negócios. A Companhia efetuou o referido teste utilizando o modelo de valor em uso, que consiste na determinação do valor presente líquido dos fluxos de caixa futuros de cada uma das Unidades Geradoras de Caixa (UGCs).

Consideramos que este assunto continua como uma área de foco de nossa auditoria pois, além da relevância do saldo, é uma área que envolve estimativas críticas e julgamentos por parte da administração da Companhia na determinação das premissas e projeções efetuadas que, se alteradas, podem modificar significativamente as perspectivas de recuperabilidade da UGC, com consequente impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

- Em conjunto com nossos especialistas em avaliação, analisamos a razoabilidade e consistência do modelo de cálculo utilizado pela administração para preparar as projeções, bem como os dados e premissas utilizados na preparação dos fluxos de caixa, tais como taxas de crescimento e estimativas de rentabilidade, por meio da comparação com previsões econômicas e setoriais, e taxas de desconto, considerando na nossa avaliação o custo de capital para a Companhia e organizações comparáveis.
- Testamos a precisão matemática dos cálculos e dados das principais premissas utilizadas nas projeções de fluxos de caixa.
- Efetuamos análise de sensibilidade para as principais premissas das projeções, para avaliar os resultados em diferentes cenários possíveis.
- Avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e premissas utilizados pela administração são razoáveis e as divulgações consistentes com dados e informações obtidas.

Recuperabilidade do saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos (Notas 2.3 e 25)

A Companhia apresenta registrado no ativo não circulante do Consolidado, saldo de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos provenientes de diferenças temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, no valor total de R\$ 110.166 mil, considerados recuperáveis com base em projeção de lucros tributáveis futuros.

A estimativa de lucros tributáveis futuros requer avaliação de estimativas e julgamentos da administração, bem como interpretação de leis específicas do negócio da Companhia e de suas

Nossos procedimentos de auditoria envolveram, entre outros:

- Revisão da base dos créditos tributários oriundos de prejuízos fiscais e da base negativa de contribuição social, e das diferenças temporárias.
- Em conjunto com nossos especialistas em avaliação e impostos, avaliamos as principais premissas adotadas pela administração contidas no estudo de projeções de lucros tributáveis futuros apresentadas, incluindo a evolução da



Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Porque é um PAA

controladas. O valor recuperável dos ativos fiscais diferidos reconhecidos pode variar significativamente se forem aplicadas diferentes premissas de projeção dos lucros tributáveis futuros, o que pode impactar o valor do ativo fiscal diferido reconhecido nas demonstrações financeiras consolidadas, como também o valor do investimento registrado pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras da Controladora.

Por esses motivos, mantivemos este assunto como um principal assunto em nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

receita, custos e despesas, a consistência dessas variáveis com o plano de negócio, as projeções de realização das diferenças temporárias, bem como as projeções de fluxo de caixa.

- Testamos os prazos de realização considerados nas análises e os dados históricos das controladas cujos créditos tributários diferidos ativos foram registrados, para corroborar a adequação e a consistência dessas estimativas de realização em relação àquelas utilizadas em exercícios anteriores.

Como resultado desses procedimentos, não identificamos aspectos relevantes que nos levassem a considerar ser necessário modificações nos valores registrados e informações divulgadas nas demonstrações financeiras.

Combinação de negócios (Notas 2.1, e 5)

Em 12 de junho de 2024, a empresa controlada Centro de Estudos Superiores Positivo Ltda. ("Positivo"), finalizou o processo de aquisição de 100% do capital do Centro de Ensino Superior de Pinhais Ltda. ("Fapi").

A determinação da existência e valores materiais de ajuste ao valor justo de ativos adquiridos, passivos assumidos e bem como da determinação do ágio, envolveu julgamentos e estimativas da administração. Tais julgamentos e Estimativas, quando aplicável, utilizam dados e premissas subjetivas, como previsões de fluxos de caixa futuros, taxas de desconto, dentre outras.

Os valores envolvidos na transação, assim como uso de estimativas e julgamentos relevantes na mensuração dos ativos adquiridos, podem ter impacto relevante na determinação da contabilização da compra que contemplou a identificação e registro ao valor justo do ativo intangível da Licenças Ministério da Educação e Cultura ("MEC") e, por isso, nos levou a manter como uma área de foco em nossa auditoria.

Efetuamos, entre outros procedimentos, a leitura dos principais documentos relacionados com a aquisição, análise dos atos societários relevantes e os principais eventos que levaram a administração a concluir sobre a data efetiva de aquisição.

Efetuamos também, o entendimento dos processos estabelecidos pela administração, incluindo a contratação de especialista, uso de modelos de cálculo e premissas utilizadas na determinação da alocação do preço de compra.

Obtivemos as informações financeiras da adquirida e efetuamos também, revisão da avaliação da administração das possíveis diferenças de práticas contábeis.

Avaliamos a competência e a objetividade do especialista externo contratado pela administração para a emissão do laudo de alocação do preço de compra na combinação de negócios e, com o apoio de nossos especialistas, avaliamos a razoabilidade da metodologia e discutimos as principais premissas adotadas na identificação do ativo



Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Licenças MEC, como por exemplo o impacto da contribuição da licença para geração de caixa no fluxo projetado e a mensuração do valor justo na aquisição, comparando-as com informações históricas disponíveis ou com dados observáveis de mercado e/ou do segmento de atuação.

Checamos, ainda, os principais impactos contábeis e fiscais da mensuração a valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos na combinação de negócios, bem como examinamos as divulgações realizadas pela administração nas demonstrações financeiras.

Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e as premissas utilizados no processo de identificação e mensuração do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos na aquisição e na determinação do valor justo do ativo Licença MEC, são razoáveis e as divulgações são consistentes com os dados e informações obtidas.

Provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (Notas 2.5.1, 7 e 27)

A determinação do montante destinado à provisão para perdas esperadas em créditos de contas a receber é uma tarefa que envolve um elevado grau de subjetividade e requer julgamentos consideráveis por parte da administração da Companhia. Esse processo abrange diversas premissas e fatores, como a renegociação de dívidas, histórico de inadimplência e a análise do ambiente macroeconômico e setorial.

A administração da Companhia exerce julgamento sobre a probabilidade de receber as mensalidades futuras dos alunos matriculados. Além disso, devido ao ciclo semestral de matrícula, os alunos que permanecem inadimplentes ao final de cada semestre ou que não renovam suas matrículas representam um maior risco de perdas nas contas a receber. Nesse contexto, é necessário estabelecer acordos para recuperar créditos vencidos, exigindo julgamentos para determinar a provisão para

Como resposta de auditoria, efetuamos os seguintes principais procedimentos relativos a esse assunto:

- Efetuamos o entendimento do ambiente de controles internos relevantes ao processo de mensuração da provisão para créditos de contas a receber de clientes.
- Em conjunto com nossos especialistas em modelagem financeira para carteira de crédito, avaliamos a razoabilidade dos julgamentos e estimativas críticas adotadas no modelo utilizado pela administração para a determinação da provisão registrada.
- Efetuamos, também, testes da integridade da base histórica de recebíveis utilizada para determinação do histórico real de perdas, bem como avaliamos a razoabilidade das taxas de perdas esperadas estimadas pela administração,



Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Porque é um PAA

perdas esperadas. Essa avaliação não se limita apenas aos alunos inadimplentes, abrangendo também aqueles que concordaram com acordos para quitar parcelas vencidas, os quais podem não ser integralmente cumpridos.

Consideramos esse tema como área de foco para a auditoria, pois o uso de julgamentos, premissas e fatores na determinação da provisão para perdas esperadas em créditos de contas a receber pode resultar em variações substanciais entre essa estimativa e as perdas reais.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

por meio do reprocessamento dos dados por ela utilizados, por faixa de vencimento, incluindo a comparação com o efetivamente verificado em períodos anteriores.

- Confrontamos, por meio de amostragem, as datas de vencimento dos recebíveis informadas na posição dos recebíveis em aberto, por faixa de vencimento com a correspondente documentação-suporte.

Consideramos que as informações divulgadas nas demonstrações financeiras estão consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de normas contábeis IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.



Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.



Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 31 de março de 2025

PricewaterhouseCoopers
Audidores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

DocuSigned by
@ViniciusCy
Signed By: VINICIUS FERREIRA BRITTO REGO 9293810015
CPF: 8303810015
Spring Time: 31 de março de 2025 | 20:36 BRT
© ICP-Brasil. Ou: Certificado Digital PF A1
C-SE
Issuer: AC Syntaxis® Matriz
ICP-Brasil

Vinicius Ferreira Britto Rego
Contador CRC 1BA024501/O-9

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	58.930	1.360	555.331	522.915
Contas a receber	7	55.665	70.753	191.012	261.128
Tributos a recuperar	8	464	24.229	12.594	36.367
Outros créditos	9	60.666	77.295	88.582	41.463
Total do ativo circulante		175.725	173.637	847.519	861.873
Não circulante					
Contas a receber	7	3.470	2.652	28.692	22.286
Adiantamentos para futuro aumento de capital	17	20.330	225.835	-	-
Depósitos judiciais	19	10.371	9.653	24.933	24.571
Outros créditos	9	1.339	2.831	27.425	80.073
Tributos diferidos	25	-	-	114.345	104.267
Investimentos	10	1.322.514	1.033.754	146	146
Imobilizado, líquido	11	112.854	114.819	585.068	583.297
Direito de uso	14	299.438	334.150	1.002.601	1.129.737
Intangível, líquido	12	45.629	34.716	1.938.758	1.709.559
Total do ativo não circulante		1.815.945	1.758.410	3.721.968	3.653.936
Total do ativo		1.991.670	1.932.047	4.569.487	4.515.809

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Passivo					
Circulante					
Fornecedores		41.795	33.589	80.765	77.870
Obrigações com partes relacionadas	17	1.466	1.334	3.421	3.166
Obrigações trabalhistas	15	47.391	53.430	121.815	127.201
Obrigações tributárias	16	16.183	15.374	63.221	57.434
Adiantamentos de clientes	18	13.767	10.577	72.805	47.549
Passivo de arrendamento	14	39.053	30.403	128.610	107.778
Debêntures	13	-	-	172.311	198.080
Obrigações por aquisição de participações societárias	20	-	-	260.887	169.438
Receita diferida	21	-	-	722	722
Outras contas a pagar		1.384	1.303	7.605	7.166
Total do passivo circulante		161.039	146.010	912.162	796.404
Não circulante					
Passivo de arrendamento	14	348.197	379.327	1.098.008	1.218.105
Obrigações tributárias	16	-	-	105.625	115.874
Obrigações trabalhistas	15	3.159	10.963	3.159	10.963
Debêntures	13	-	-	851.097	645.867
Obrigações por aquisição de participações societárias	20	-	-	45.078	251.953
Tributos diferidos	25	17	55	14.897	15.693
Provisão para demandas judiciais	19	7.981	7.989	56.291	60.922
Receita diferida	21	-	-	8.063	8.785
Outras contas a pagar		488	1.220	4.318	4.760
Total do passivo não circulante		359.842	399.554	2.186.536	2.332.922
Patrimônio líquido					
Capital social	22	1.203.576	1.203.576	1.203.576	1.203.576
Reserva de capital	22	102.993	102.993	102.993	102.993
Reservas de lucros	22	87.220	79.914	87.220	79.914
Dividendos adicionais propostos	22	77.000	-	77.000	-
Total do patrimônio líquido		1.470.789	1.386.483	1.470.789	1.386.483
Total do passivo e patrimônio líquido		1.991.670	1.932.047	4.569.487	4.515.809

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Receita líquida	26	669.949	583.269	2.568.352	2.297.787
Custo dos serviços prestados	27	(363.642)	(334.581)	(1.317.230)	(1.198.011)
Lucro bruto		306.307	248.688	1.251.122	1.099.776
(Despesas) e receitas operacionais:					
Despesas gerais, administrativas e comerciais	27	(427.536)	(347.262)	(812.962)	(719.755)
Resultado de equivalência patrimonial	10	320.403	220.429	-	-
Outras receitas, líquidas	27	3.412	6.475	31.755	32.118
Lucro antes das despesas e receitas financeiras		202.586	128.330	469.915	412.139
Receitas financeiras	28.1	8.041	33.328	75.896	103.862
Despesas financeiras	28.2	(66.323)	(61.195)	(399.091)	(411.645)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		144.304	100.463	146.720	104.356
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	25	(36)	(46)	(13.288)	(4.872)
Diferido	25	38	38	10.874	971
Lucro líquido do exercício		144.306	100.455	144.306	100.455
Média ponderada das ações no exercício	23	364.542.552	365.978.906		
Lucro básico e diluído por ações em reais	23	0,3959	0,2745		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Lucro líquido do exercício	144.306	100.455	144.306	100.455
Total do resultado abrangente do exercício	144.306	100.455	144.306	100.455

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

Notas	Capital social	Ações em tesouraria	Reserva de capital		Reservas de lucros			Lucros acumulados	Dividendos adicionais propostos	Total
			Emissão de ações	Total da reserva de capital	Retenção de lucros	Reserva legal	Total das reservas de lucros			
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.203.576	(23.133)	161.978	161.978	33.514	29.459	62.973	-	-	1.405.394
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	100.455	-	100.455
Ações em tesouraria	22.5	(35.852)	-	-	-	-	-	-	-	(35.852)
Cancelamento de ações ordinárias	22.5	58.985	(58.985)	(58.985)	-	-	-	-	-	-
Dividendos adicionais propostos	22.4	-	-	-	(23.514)	-	(23.514)	-	-	(23.514)
Destinação do resultado do exercício										
Constituição da reserva legal	22.2	-	-	-	-	5.023	5.023	(5.023)	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	22.4	-	-	-	-	-	-	(23.858)	-	(23.858)
Dividendos adicionais	22.4	-	-	-	-	-	-	(36.142)	-	(36.142)
Retenção de lucros	22.3	-	-	-	35.432	-	35.432	(35.432)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.203.576	-	102.993	102.993	45.432	34.482	79.914	-	-	1.386.483
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	144.306	-	144.306
Destinação do resultado do exercício										
Constituição da reserva legal	22.2	-	-	-	-	7.215	7.215	(7.215)	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	22.4	-	-	-	-	-	-	(34.273)	-	(34.273)
Dividendos adicionais	22.4	-	-	-	-	-	-	(25.727)	-	(25.727)
Dividendos adicionais propostos	22.4	-	-	-	-	-	-	(77.000)	77.000	-
Retenção de lucros	22.3	-	-	-	91	-	91	(91)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	1.203.576	-	102.993	102.993	45.523	41.697	87.220	-	77.000	1.470.789

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

Notas	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Das atividades operacionais				
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	144.304	100.463	146.720	104.356
Resultado de equivalência patrimonial	10 (320.403)	(220.429)	-	-
Depreciação e amortização	11 e 12 31.176	34.949	126.673	137.219
Depreciação do direito de uso	14 38.324	38.334	127.450	127.181
Amortização do custo de captação	13 -	-	1.190	676
Encargos financeiros sobre financiamentos	-	-	-	85
Juros incorridos sobre aquisição de controladas	20 -	-	40.051	48.635
Juros de debêntures	13 -	-	111.199	132.199
Juros sobre passivo de arrendamento	14 39.695	40.789	122.763	127.614
Ajuste a valor presente de ativos e passivos	7 754	76	5.421	(543)
Provisão para demandas judiciais	19 (8)	1.731	(6.415)	3.245
Provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	7 47.120	45.916	172.492	131.439
Baixa de imobilizado	11 e 12 352	495	5.952	965
Receita diferida sobre venda de imóvel	21 -	-	(722)	(723)
Baixa por descontinuidade de arrendamento	14 -	-	(6.907)	(324)
Ajuste para reconciliar o lucro antes do imposto de renda e contribuição social com o fluxo de caixa	(18.686)	42.324	845.867	812.024
Decréscimo (acréscimo) em ativos				
Contas a receber	(33.604)	(64.137)	(112.971)	(176.922)
Depósitos judiciais	(718)	(3.402)	(325)	(631)
Tributos a recuperar	23.765	(6.459)	16.180	(7.419)
Outros créditos	(3.570)	(9.047)	5.380	(32.136)
(Decréscimo) acréscimo em passivos				
Fornecedores	6.713	(4.565)	(3.054)	(10.835)
Obrigações trabalhistas	(13.843)	(217)	(13.855)	(13.742)
Obrigações tributárias	773	3.497	(9.653)	(11.125)
Obrigações com partes relacionadas	132	19	(12.711)	218
Adiantamentos de clientes	3.190	3.069	23.563	6.729
Outras contas a pagar	(651)	(626)	(15.028)	333
	(36.499)	(39.544)	723.393	566.494
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	(4.491)	(3.685)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	(36.499)	(39.544)	718.902	562.809
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Dividendos recebidos de controladas	10 279.169	71.897	-	-
Recebimento pela venda de controlada	1.8 -	-	375	-
Pagamento obrigações por aquisições de participações societárias	20 -	-	(179.311)	-
Aquisição FAPI, líquido de caixa adquirido	5 -	-	(157.916)	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	17 (20.330)	(225.835)	-	-
Aquisição de imobilizado	11 (16.520)	(37.091)	(73.498)	(121.659)
Aquisição de intangível	12 (22.463)	(28.945)	(67.773)	(81.239)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	219.856	(219.974)	(478.123)	(202.898)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Dividendos pagos	22 (60.000)	(85.083)	(60.000)	(85.083)
Pagamento de empréstimos e financiamentos	-	-	-	(3.855)
Custo de reperfilamento de debêntures	-	-	-	(937)
Captação de debêntures	13 -	-	469.574	-
Pagamento de debêntures (principal e juros)	13 -	-	(402.502)	(351.387)
Pagamento de arrendamento	14 (65.787)	(65.587)	(215.435)	(212.625)
Ações em tesouraria	22 -	(35.852)	-	(35.852)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(125.787)	(186.522)	(208.363)	(689.739)
Acréscimo (decréscimo) líquido de caixa e equivalentes de caixa	57.570	(446.040)	32.416	(329.828)
Caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício	1.360	447.400	522.915	852.743
No fim do exercício	58.930	1.360	555.331	522.915
Acréscimo (decréscimo) no caixa e equivalentes de caixa	57.570	(446.040)	32.416	(329.828)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Receitas	2.750.799	2.179.458	8.393.469	6.903.303
Receitas de serviços	2.796.184	2.221.282	8.541.980	7.013.272
Provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	(47.120)	(45.916)	(172.492)	(131.439)
Resultados não operacionais	1.735	4.089	23.974	21.428
Outras receitas	-	3	7	42
Insumos adquiridos de terceiros	(378.742)	(285.953)	(734.492)	(613.169)
Materiais consumidos	(763)	(2.129)	(4.012)	(6.731)
Outros custos de produtos e serviços vendidos	(316.718)	(256.042)	(632.392)	(546.646)
Energia, serviços de terceiros e outras despesas operacionais	(60.909)	(27.287)	(92.136)	(58.827)
Perda na realização de ativos	(352)	(495)	(5.952)	(965)
Retenções	(69.500)	(73.283)	(254.123)	(264.400)
Depreciação e amortização e depreciação do direito de uso	(69.500)	(73.283)	(254.123)	(264.400)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	2.302.557	1.820.222	7.404.854	6.025.734
Valor adicionado recebido em transferência	329.700	255.450	85.955	112.054
Receitas financeiras	8.041	33.328	75.896	103.862
Aluguéis	1.256	1.693	10.059	8.192
Resultado de equivalência patrimonial	320.403	220.429	-	-
Valor adicionado a distribuir	2.632.257	2.075.672	7.490.809	6.137.788
Distribuição do valor adicionado	2.632.257	2.075.672	7.490.809	6.137.788
Empregados	246.102	222.547	819.106	738.117
Remuneração direta e encargos	208.753	194.214	709.875	649.858
Benefícios	25.236	16.705	65.430	45.910
FGTS	12.113	11.628	43.801	42.349
Impostos, taxas e contribuições	73.482	76.038	244.806	251.383
Federais	42.259	44.749	144.902	157.636
Estaduais	101	136	124	166
Municipais	31.122	31.153	99.780	93.581
Remuneração de capitais de terceiros	66.987	61.461	400.140	413.898
Despesas financeiras	66.323	61.195	399.091	411.645
Aluguéis	664	266	1.049	2.253
Bolsa de estudo	2.101.380	1.615.171	5.882.451	4.633.935
Bolsa de estudos e descontos	2.101.380	1.615.171	5.882.451	4.633.935
Lucro líquido do exercício	144.306	100.455	144.306	100.455
Lucro líquido do exercício	144.306	100.455	144.306	100.455

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais

1.1. Contexto operacional

A Cruzeiro do Sul Educacional S.A. (“Cruzeiro do Sul Educacional” ou “Companhia”), com sede em São Paulo-SP, localizada na Rua Cubatão, 320 – Vila Mariana, é uma sociedade anônima de capital aberto registrada na B3 S.A. – Bolsa, Brasil, Balcão (“B3”), no segmento especial denominado Novo Mercado, sob o código CSED3, onde negocia suas ações ordinárias. A Companhia e suas controladas diretas e indiretas têm como principais atividades a atuação na prestação de ensino em todos os níveis; a administração de atividade de educação básica, educação profissional de nível médio, supletivo, pré-vestibular, superior, profissionalizante, pós-graduação, cursos livres e outras atividades educacionais correlatas; o desenvolvimento do curso em geral e de extensão universitária e pós-graduação por meio presencial ou de qualquer sistema tecnológico de comunicação de dados diretamente para os consumidores, ou por meio de uma rede de parceiros, receptores do sinal televisivo ou de qualquer outro sistema de transmissão de dados; o oferecimento de cursos de aprendizagem, treinamento gerencial e profissional preparatórios para carreira jurídica, atualização profissional, extensão universitária, especialização e monógrafos; a prestação de serviço de promoção e organização de eventos relacionados ao setor de educação e cursos; o desenvolvimento e a ampliação do conteúdo dos cursos de pós-graduação oferecidos, bem como o desenvolvimento de novos cursos de pós-graduação nas diversas áreas do conhecimento, ministrados de forma tele presencial à distância; a prestação de serviços relativa a cursos, inclusive cursos de idioma e demais atividades correlatas; a edição de material didático, livros e demais atividades correlatas; a gestão de direitos autorais de obras literárias; a prestação de serviços de assessoria, consultoria, orientação e assistência operacional em gestão empresarial no setor de educação; e a participação em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, na qualidade de sócia ou acionista controladora no setor de educação.

Em 31 de dezembro de 2024, a Cruzeiro do Sul Educacional e suas controladas contavam com dezessete instituições de ensino superior, sendo universidades, centros universitários e faculdades, quatro colégios, uma holding e uma empresa patrimonial, conforme abaixo:

- Universidade Cruzeiro do Sul, São Paulo – SP;
- Universidade Cidade de São Paulo, São Paulo – SP;
- Universidade de Franca, Franca – SP;
- Centro Universitário Módulo, Caraguatatuba – SP;
- Centro Universitário do Distrito Federal, Brasília – DF;
- Centro Universitário Nossa Senhora do Patrocínio, Salto e Itu – SP;
- Faculdade São Sebastião, São Sebastião – SP;
- Faculdade Caraguatatuba, Caraguatatuba – SP;
- Sociedade Educacional Santa Rita – RS;
- CESUCA – Complexo de Ensino Sup. de Cachoeirinha – RS;
- Sociedade Educacional São Bento – RS;
- Sociedade Educacional Santa Tereza – RS;
- Colégio Cruzeiro do Sul, São Paulo – SP;
- Colégio Alto Padrão, Franca – SP;
- Colégio Itu, Itu – SP;

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Colégio Salto, Salto – SP;
- Grupo Veritas – RS;
- Grupo Unipê – PB;
- Sociedade Educacional Braz Cubas, Mogi das Cruzes – SP;
- Centro de Estudos Superiores Positivo, Curitiba – PR;
- CESA - Complexo de Ensino Superior Arthur Thomas, Londrina – PR;
- FAPI - Centro de Ensino Superior de Pinhais – PR.

1.2. Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76, com alterações da Lei nº 11.638/07 e da Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), que estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (“IFRS”) emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”) (atualmente denominadas “normas contábeis IFRS” (IFRS Accounting Standards)), incluindo as interpretações emitidas pelo IFRS Interpretations Committee (IFRIC Interpretations) ou pelo seu órgão antecessor, Standing Interpretations Committee (SIC Interpretations), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas estão sendo divulgados na Nota 4.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderão resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia e suas controladas revisam suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em milhares de reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia e suas controladas.

Em atendimento à Deliberação CVM nº 505/2006, a autorização para emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi cedida pelo Conselho de Administração da Companhia em 31 de março de 2025.

1.3. Consolidação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da Cruzeiro do Sul Educacional S.A. e suas controladas apresentadas abaixo:

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Razão social	31/12/2024	31/12/2023
Participação direta		
Centro de Ensino Unificado do Distrito Federal Ltda. ("UDF")	100,00%	100,00%
Sociedade Empresária de Ensino Superior do Litoral Norte Ltda. ("Módulo")	100,00%	100,00%
Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S.A. ("Unicid" ou "SECID")	100,00%	100,00%
ACEF S.A. ("Unifran" ou "ACEF")	100,00%	100,00%
Participação indireta		
Uni Cidade Trust de Recebíveis S.A. ("Trust")	100,00%	100,00%
Instituição de Ensino São Sebastião Ltda. ("FASS")	100,00%	100,00%
Colégio São Sebastião – Educação Infantil e Ensino Fundamental Ltda. ("Colégio São Sebastião") (Nota 1.8)	-	100,00%
Sociedade de Educação Nossa Senhora do Patrocínio S/S Ltda. ("CEUNSP")	100,00%	100,00%
Veritas Educacional A Participações. S.A. ("Veritas")	100,00%	100,00%
CESUCA Complexo de Ensino Superior De Cachoeirinha Ltda. ("CESUCA")	99,99%	99,99%
Sociedade Educacional São Bento Ltda. ("São Bento")	99,99%	99,99%
Sociedade Educacional Santa Rita Ltda. ("Santa Rita")	100,00%	100,00%
Sociedade Educacional Santa Tereza Ltda.	99,99%	99,99%
IPÊ Educacional Ltda. ("Unipê")	100,00%	100,00%
IPÊ Patrimonial Ltda. ("Patrimonial")	100,00%	100,00%
Sociedade Educacional Braz Cubas Ltda. ("Braz Cubas")	100,00%	100,00%
Centro de Estudos Superiores Positivo Ltda. ("CESPO")	100,00%	100,00%
CESA - Complexo de Ensino Superior Arthur Thomas Ltda. ("CESA")	100,00%	100,00%
Centro de ensino superior de Pinhais Ltda. ("FAPI") (Nota 5)	100,00%	-

As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2024. O controle é obtido quando a Companhia e suas controladas estiverem expostas ou tiverem o direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiverem a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à controlada.

As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da Companhia. Quando necessário, são feitos ajustes para que as políticas contábeis fiquem alinhadas com as da Companhia, utilizando práticas contábeis consistentes.

Os ativos, passivos e o resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia e suas controladas obtiverem o controle.

Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa relacionados com transações entre controladas são totalmente eliminados na consolidação.

A variação na participação societária da controlada, sem perda de exercício de controle, é contabilizada como transação patrimonial, com seus efeitos registrados no patrimônio líquido, e não só no resultado do exercício.

1.4. Demonstrações dos fluxos de caixa ("DFC") e do valor adicionado ("DVA")

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa (IAS 7). A Companhia apresenta as operações de pagamentos de juros de empréstimos, financiamentos e passivo de arrendamento como atividade de financiamento.

A DVA foi preparada de acordo com o Pronunciamento CPC 9 - Demonstração do Valor Adicionado

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

e com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras. Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as normas contábeis IFRS.

1.5. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024

Alteração ao IAS 1/CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis

O IAS 1 - "*Presentation of financial statements*", para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu a alteração ao IAS 1 "*Classification of liabilities as current or non-current*", cuja data de aplicação era para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, que determinava que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: *covenants*), mesmo que a mensuração contratual do *covenant* somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses.

Subsequentemente, em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contém cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob *covenants* somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante.

Somente *covenants* com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data.

Essa alteração não tem impacto sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

Não há outras normas CPC, IFRS ou interpretações IFRIC que entraram em vigor no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

1.6. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

IFRS 18 "Apresentação e Divulgação das Demonstrações Financeiras"

Em 9 de abril de 2024, o IASB publicou o IFRS 18 – "*Presentation and Disclosure in Financial Statements*", nova norma que aborda a apresentação e divulgação de demonstrações financeiras, com foco em atualizações nas demonstrações dos resultados. O IFRS 18 irá substituir o IAS 1 – "*Presentation of financial statements*" e é aplicável para os exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2027 e se aplica, também, para os períodos comparativos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

IFRS 19 “Subsidiárias sem Obrigação Pública de Prestação de Contas: Divulgações”

Em maio de 2024, o IASB publicou o IFRS 19 – “*Subsidiaries without Public Accountability: Disclosures*”, essa nova norma permite que certas subsidiárias elegíveis de entidades controladoras que reportam sob IFRS apliquem requisitos de divulgação reduzidos. A nova norma IFRS 19 tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2027.

Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros

Em 30 de maio de 2024, o IASB emitiu alterações ao IFRS 9 - Instrumentos Financeiros e IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação para responder a questões práticas recentes, melhorar o entendimento, bem como incluir novos requisitos aplicáveis à empresas em geral e não apenas à instituições financeiras.

As alterações:

- (a) esclarecem a data de reconhecimento e desreconhecimento de alguns ativos e passivos financeiros, com uma nova exceção para alguns passivos financeiros liquidados por meio de um sistema de transferência eletrônica de caixa;
- (b) esclarecem e adicionam orientação para avaliar se um ativo financeiro atende ao critério de somente pagamento de principal e juros ("SPPI test"), incluindo situações de ocorrência de um evento contingente;
- (c) adicionam novas divulgações para certos instrumentos com termos contratuais que podem alterar os fluxos de caixa (como alguns instrumentos financeiros com características vinculadas ao cumprimento de metas ESG); e
- (d) atualizam as divulgações para instrumentos de patrimônio designados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("FVOCI").

As referidas alterações têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2026. A Companhia não espera que essas alterações tenham um impacto material em suas operações ou demonstrações financeiras.

A Companhia está avaliando os impactos das novas normas em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

1.7. Reforma tributária sobre o consumo

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional (“EC”) nº 132, que estabelece a Reforma Tributária (“Reforma”) sobre o consumo. Vários temas, inclusive as alíquotas dos novos tributos, ainda estão pendentes de regulamentação por leis complementares (“LC”).

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Aprovado na Câmara dos Deputados em 10 de julho, o projeto chegou ao Senado no dia 22 de julho, e foi aprovado em 12 de dezembro de 2024, retornado para a Câmara dos Deputados para uma segunda votação, que ocorreu em 15 de dezembro de 2024. Em 16 de janeiro de 2025, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou o Projeto de Lei Complementar, transformando-o na Lei Complementar 214/2025.

O modelo da Reforma está baseado em um IVA repartido (“IVA dual”) em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS), que substituirá os tributos PIS, Cofins e IPI, e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá os tributos ICMS e ISS.

Foi também criado um imposto seletivo (“IS”), de competência federal, que incidirá sobre produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de LC.

Em 17 de dezembro de 2024, foi concluída a aprovação, pelo Congresso Nacional, do primeiro projeto de lei complementar (PLP) 68/2024, que regulamentou parte da Reforma. O PLP 68/2024 foi sancionado com vetos pelo presidente da República em 16 de janeiro de 2025, tornando-se a Lei Complementar nº 214/2025.

Embora a regulamentação e instituição do Comitê Gestor do IBS tenha sido inicialmente tratada no PLP nº 108/2024, segundo projeto de regulamentação da Reforma, que ainda será apreciado pelo Senado Federal, parte da tratativa já foi incorporada ao PLP nº 68/2024, aprovado como acima mencionado que, entre outras previsões, determinou a instituição, até 31 de dezembro de 2025, do referido Comitê, responsável pela administração do referido imposto.

A transição para o novo sistema tributário começará em 2026 e se estenderá até 2032, permitindo que a sociedade e os setores econômicos se adaptem gradualmente às novas regras. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por leis complementares. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024.

1.8. Alienação Colégio São Sebastião

Em 21 de novembro de 2024, a Companhia, por meio de sua controlada Módulo, celebrou o Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças do Colégio São Sebastião.

O preço total da venda foi de R\$657, sendo R\$375 a vista no fechamento do contrato, e R\$282 a prazo, com o recebimento para o dia 31 de março de 2025, corrigido pela variação positiva do CDI entre a data de fechamento e a data do efetivo recebimento.

O lucro líquido do Colégio São Sebastião, até o momento da venda, é de R\$142, não apresentando efeito significativo no contexto do consolidado da Companhia.

1.9. Continuidade operacional

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentou capital circulante líquido negativo no

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

montante de R\$64.643 (ativo circulante consolidado de R\$847.519 e passivo circulante consolidado de R\$912.162), cujo principal impacto está atrelado as obrigações por aquisição de participações societárias com liquidações previstas no curto prazo. A Companhia e suas controladas geraram fluxo de caixa positivo de R\$718.902 através de suas atividades operacionais durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e, baseada em suas projeções, conclui que a geração de caixa prevista para os próximos 12 meses será suficiente para liquidação das obrigações de curto prazo e capacidade de continuidade operacional.

Vale ressaltar, também, que em 05 de fevereiro de 2025 a Companhia realizou a 2ª emissão de debêntures simples no valor de R\$300.000, com prazo de liquidação até 05 de fevereiro de 2030.

Esse recurso será integralmente utilizado pela emissora para reforço de caixa no âmbito da gestão ordinária dos negócios, maiores detalhes na nota 31.2.

2. Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão sumariadas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1. Combinação de negócios

Combinações de negócios são contabilizadas aplicando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida.

Ao adquirir um negócio, a Companhia e/ou suas controladas avaliam os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida.

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida ao valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, na demonstração do resultado.

Os ativos de indenização devem ser reconhecidos e mensurados com base em premissas consistentes com aquelas utilizadas para mensurar o item objeto da indenização, estando sujeitos à avaliação da Administração quanto às perdas potenciais por valores incobráveis e também sujeitos a quaisquer limitações contratuais para o montante da indenização que decorre de passivo contingente não reconhecido na data da aquisição, por não ter sido possível mensurar o seu valor justo com confiabilidade nessa data. Os ativos atrelados às garantias sobre os processos de ex-mantenedor estão sendo demonstrados conforme a Nota 9, bem como a movimentação sobre os passivos de contingências relacionado a tais garantias estão sendo demonstrados conforme a Nota

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia e/ou suas controladas que se espera que sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a essas unidades.

Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida.

Todas as aquisições efetuadas foram realizadas pela aquisição integral das quotas das empresas adquiridas, ou seja, sem o envolvimento e, conseqüentemente, a necessidade de mensurar a participação não controladora pelo seu valor justo, ou pela participação proporcional de não controladores sobre os ativos líquidos identificáveis, apurados na data de aquisição.

2.2. Classificação circulante e não circulante

A Companhia e/ou suas controladas apresentam ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade;
- está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado;
- espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço;
- é caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2)/IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedado durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando:

- espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade;

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço;
- a entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

A Companhia e/ou suas controladas classificam todos os demais passivos no não circulante.

Os ativos passivos fiscais diferidos são classificados no ativo não circulante.

2.3. Tributos

Imposto de renda e contribuição social - Correntes

O imposto de renda e a contribuição social da Companhia e suas controladas são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para o imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

O imposto de renda e a contribuição social nas sociedades que aderiram ao Prouni foram apurados considerando os critérios estabelecidos pela Instrução Normativa da Receita Federal especificamente aplicáveis ao Prouni e o lucro da exploração sobre as atividades isentas.

De acordo com a Instrução Normativa da Receita Federal nº 1394, de 12/09/2013 (IN 1394/13), a instituição privada de ensino superior, com fins lucrativos ou sem fins lucrativos, não beneficente, que aderir ao Prouni nos termos do artigo 5º da Lei nº 11.096 de 2005, ficará isenta na proporção da ocupação efetiva das bolsas (Poeb) durante o período de vigência do termo de adesão dos seguintes tributos: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), Contribuição para o PIS/Pasep; Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL); e Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ). A isenção é apurada através do lucro da exploração, observando o disposto da IN 1394/13.

Tributos diferidos

Tributos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizadas, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas e créditos e perdas tributárias não utilizadas possam ser utilizados, exceto:

- quando o ativo fiscal diferido relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável ou prejuízo fiscal;
- sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas,

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ativos fiscais diferidos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos ativos fiscais diferidos líquidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente, são de 25% para imposto de renda e 9% para contribuição social.

Tributos diferidos relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também são reconhecidos no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de tributos diferidos são reconhecidos de acordo com a transação que originou o tributo diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Tributos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal, e os tributos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

Tributos sobre as vendas

As regras do Prouni definem que estão isentas do PIS e da Cofins as receitas auferidas pela Companhia e suas controladas sobre todas as atividades operacionais vinculadas à graduação tradicional e tecnológica. Para as demais receitas de ensino superior, a incidência do PIS e da Cofins segue as alíquotas de 0,65% e 3%, respectivamente e, para as atividades não relacionadas ao ensino superior, a incidência do PIS é apurado pela alíquota de 1,65% e da Cofins a 7,6%. Vale ainda destacar que, a partir de julho de 2015, a Companhia e suas controladas passaram a recolher PIS e Cofins sobre os rendimentos com aplicações financeiras, com alíquotas de 0,65% e 4%, respectivamente.

Sobre as receitas das atividades de ensino, incide o ISS, e, de acordo com cada município, as alíquotas são de 2% a 5%.

2.4. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia e suas controladas consideram equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

conhecido de caixa, e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

2.5. Instrumentos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Todos os ativos e passivos financeiros são inicialmente registrados pela Companhia e suas controladas quando se tornam parte de disposições contratuais de determinado instrumento.

2.5.1. Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia e suas controladas para a gestão desses ativos.

Todos os ativos financeiros são reconhecidos a valor justo, acrescido, no caso de ativos financeiros não contabilizados, a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que são atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- ativos financeiros ao custo amortizado;
- ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados;
- ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais);
- ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou a serem obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios. Não obstante os critérios para os instrumentos de dívida serem classificados pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, conforme descrito acima, os instrumentos de dívida podem ser designados pelo valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se isso eliminar, ou reduzir significativamente, um descasamento contábil.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram;
- a Companhia e suas controladas transferiram seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiram uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e: (a) a Companhia e suas controladas transferiram substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia e suas controladas nem transferiram nem retiveram substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiram o controle do ativo.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência, além do contas a receber de alunos (uma perda de crédito esperada vitalícia).

Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais.

2.5.2. Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme apropriado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Todos os passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos, financiamentos, debêntures e contas a pagar, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da Companhia e controladas incluem fornecedores, outras contas a pagar, empréstimos, financiamentos e debêntures.

Mensuração subsequente

A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito a seguir.

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Essa categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia e/ou controladas que não são designados como instrumentos de *hedge* nas relações de *hedge* definidas pelo CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros.

Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros forem atendidos. A Companhia e suas controladas não designaram nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros ao custo amortizado

Após o reconhecimento inicial, empréstimos, financiamentos e debêntures contraídos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos, financiamentos e debêntures contraídos sujeitos a juros.

Desreconhecimento

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

2.5.3. Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial consolidado se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

2.6. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e, em certos casos, implícita, dos respectivos ativos e passivos. Os saldos de contas a receber da Companhia estão ajustados a valor presente conforme demonstrado na Nota 7.

2.7. Investimentos em controladas

Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos da Companhia em suas controladas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial. Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento em uma controlada é reconhecido inicialmente ao custo. O valor contábil do investimento é ajustado para fins de reconhecimento das variações na participação da Companhia no patrimônio líquido da controlada a partir da data de aquisição. O ágio relativo à controlada é incluído no valor contábil do investimento, não sendo, no entanto, amortizado nem individualmente testado para fins de redução no valor recuperável dos ativos.

A demonstração do resultado reflete a participação da Companhia nos resultados operacionais da controlada. Eventual variação em outros resultados abrangentes dessas investidas é apresentada como parte de outros resultados abrangentes da Companhia. Adicionalmente, quando houver variação reconhecida diretamente no patrimônio da controlada, a Companhia reconhecerá sua participação em quaisquer variações, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, a Companhia não possui efeitos em outros resultados abrangentes ou registrados diretamente no patrimônio líquido derivados das demonstrações financeiras de suas controladas.

Ganhos e perdas não realizados em decorrência de transações entre a Companhia e a controlada são eliminados em proporção à participação na controlada. A soma da participação da Companhia nos resultados de uma controlada é apresentada na demonstração do resultado, fora do lucro operacional, representando o resultado após os impostos e participações de não controladores nas controladas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre seu investimento em sua controlada. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que o investimento na controlada sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece a perda, quando aplicável, no resultado do exercício.

Ao perder influência significativa sobre a controlada, mensura e reconhece qualquer investimento retido ao valor justo. Eventual diferença entre o valor contábil da controlada, no momento da perda de influência significativa, e o valor justo do investimento retido e dos resultados da alienação serão reconhecidos no resultado.

2.8. Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

Custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos como parte do custo do imobilizado em construção. A Companhia não possui ativos qualificáveis nos exercícios apresentados.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e/ou suas controladas e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

Ativo	Prazo
Acervo bibliográfico	10 anos
Equipamento de informática	05 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Instalações	10 anos
Equipamentos audiovisuais	10 anos
Benfeitorias em propriedades de terceiros	(a)
Direito de uso	(b)

(a) Com base nos contratos de locação, a vida útil das benfeitorias em propriedades de terceiros gira em torno de 03 a 20 anos, variando de acordo com o período de utilização dos ativos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (b) Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos, que varia em torno de 03 a 20 anos.

O valor residual e a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

2.9. Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

A vida útil de um ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As vidas úteis estimadas são as seguintes:

Ativo	Prazo
Carteira de clientes	04 a 09 anos
Marcas	25 anos a 25 anos e meio
Licenças MEC	Indefinida
Cláusulas de não concorrência	05 anos
Polos de ensino	04 anos e 05 meses a 14 anos e 01 mês
Produção de materiais – EaD	04 anos
Softwares	Até 05 anos

Valorização da carteira de clientes

A valorização da carteira de clientes foi estimada através do método de fluxo de caixa descontado, baseada nas informações internas de alunos remanescentes e geração de caixa desses alunos até a formatura, considerando receitas, custos diretos e índice de contribuição de outras despesas e ativos para a geração desse resultado.

Licenças MEC

As licenças concedidas pelo MEC para o curso de Medicina foram estimadas através do método de mensuração pela abordagem da renda. Esse método é uma derivação do método do fluxo de caixa descontado. O princípio fundamental é que o valor de um ativo intangível corresponde ao valor presente das diferenças entre os fluxos de caixa de dois cenários: um considerando a geração de fluxos de caixa atual e outro, uma reconstrução do ativo considerando a curva de evolução necessária para que os fluxos sejam equiparados. Considerando ser um ativo intangível de vida útil indefinida, foi efetuado teste de recuperabilidade conforme descrito na Nota 12.3.

2.10. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido do valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflita o custo médio ponderado de capital aplicável para a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

O critério é também aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

específicos descritos a seguir.

Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura

Teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito anualmente ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

Após a conclusão dos testes de recuperação dos ativos, que foram realizados para a data-base de 31 de outubro de 2024, a Companhia não identificou elementos que indiquem a necessidade de constituição de provisão para *impairment* em 31 de dezembro de 2024.

Ativos intangíveis, imobilizados e direito de uso com vida útil definida

Ativos intangíveis, imobilizados e direito de uso com vida útil definida são amortizados e depreciados, respectivamente, bem como avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável, sempre que houver indicação de perda do valor econômico do ativo. A avaliação da existência de indicativos de perda do valor econômico é realizada no mínimo anualmente, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

2.11. Arrendamento

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento, ou seja, se transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

Companhia como arrendatário

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para fazer frente aos seus compromissos com arrendamentos e ativos de direito de uso, que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento.

O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos,

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, de acordo com o prazo contratual.

Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Vide políticas contábeis para a redução ao valor recuperável de ativos não financeiros na Nota 2.11.

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos a serem realizados durante o prazo do arrendamento (fluxo de caixa descontado real). Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa (tais como a inflação, que é incorporada ao passivo de arrendamento e direito de uso quando aplicada na data-base de reajuste dos aluguéis) e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia, e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Companhia exercendo a opção de rescindir a arrendamento.

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa, geralmente percentuais sobre a receita líquida sobre os serviços prestados da Companhia, são reconhecidos como custos dos serviços prestados no período em que ocorre o evento ou a condição que gera esses pagamentos.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo e financiamento incremental (taxa nominal) na data de início, porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma modificação na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, cujo prazo seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor (a Companhia tem como política considerar ativos de baixo valor aqueles cujo valor quando novo é igual ou inferior a R\$ 20). Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.12. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia e/ou suas controladas possuem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia e/ou suas controladas esperam que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado, do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.13. Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia e/ou suas controladas possuem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

Plano de remuneração baseado em ações

Os executivos da Companhia podem receber remuneração que são baseadas em ações (liquidáveis em dinheiro).

Os valores relativos à remuneração baseada em ações, liquidáveis em caixa, são registrados como uma provisão a pagar, com sua contrapartida no resultado do exercício, com base no valor justo das *units* no período de aquisição ao direito de exercício. O valor justo desse passivo é revisado e atualizado a cada período de divulgação de resultados trimestrais e anuais, de acordo com a variação do valor justo do benefício outorgado e a aquisição do direito de exercício pelos beneficiários.

2.14. Adiantamentos de clientes

São apresentados no passivo circulante e correspondem aos valores recebidos antecipadamente, relativos a cursos que serão ministrados no período seguinte e que são reconhecidos no resultado do exercício de acordo com o regime de competência em decorrência da obrigação de desempenho definida pelo CPC 47/IFRS 15 - Contratos com Clientes.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.15. Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício dividido pelo número médio ponderado de ações em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média ponderada das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados.

A Companhia e/ou suas controladas não possuem operações com instrumentos diluidores que influenciam o cálculo do lucro diluído, portanto, o lucro diluído por ação é igual ao valor do lucro básico por ação.

2.16. Receita diferida

Com a mudança do CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento Mercantil para a Norma CPC 06 (R2) - Arrendamentos, foi identificado um arrendamento em uma controlada indireta da CEUNSP, que, nos termos da norma, não se qualificam como arrendamento mercantil, e sim como um retro arrendamento do imóvel. A operação de *sale and leaseback* resultou em um ganho auferido na transação, e, à luz da norma, esse ganho foi registrado no passivo da Companhia como uma receita diferida que está sendo amortizado ao longo do prazo do arrendamento.

2.17. Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for favorável que benefícios econômicos sejam gerados para a Companhia e/ou suas controladas e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e tributos ou encargos sobre vendas.

O CPC 47/IFRS 15 estabelece um modelo de cinco etapas que se aplicam sobre a receita obtida a partir de um contrato com cliente, independentemente do tipo de transação da receita:

- quando as partes aprovarem o contrato e estiverem comprometidas em cumprir suas respectivas obrigações;
- quando a entidade puder identificar os direitos de cada parte em relação aos bens ou serviços transferidos;
- quando a entidade puder identificar os termos de pagamento para os bens ou serviços a serem transferidos;
- quando o contrato possuir substância comercial;
- quando for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito em troca dos bens ou serviços que serão transferidos ao cliente.

A seguir apresentamos as políticas adotadas nas receitas advindas das atividades operacionais da

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Companhia.

Prestação de serviços

As receitas incluem mensalidades de ensino superior (graduação e pós-graduação), ensino médio e fundamental, presenciais ou à distância, mensalidade de cursos de extensão e taxas de serviços. As receitas são registradas quando os serviços são prestados.

2.18. Receitas financeiras e despesas financeiras

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizados e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos e recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros está incluída na rubrica "Receita financeira", na demonstração do resultado.

3. Avaliação das informações por segmento

Em função da concentração de suas atividades, substancialmente, na atividade de ensino superior, a Companhia está organizada e é gerenciada em uma única unidade de negócio. Os cursos oferecidos pela Companhia, embora sejam destinados a um público diverso e entregues em formatos diferentes, como campi e polos, não são controlados e gerenciados pela Administração como segmentos independentes, sendo os resultados da Companhia acompanhados, monitorados e avaliados de forma integrada.

4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e suas controladas requerem que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo riscos que podem causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, estão relacionados a seguir.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, que é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia e/ou suas controladas ainda não tenham se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Provisão para demandas judiciais

A Companhia e suas controladas reconhecem provisão para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A Companhia e suas controladas diretas e indiretas estão sujeitas, no curso normal dos negócios, a fiscalizações, processos judiciais e procedimentos administrativos em matérias cível, tributária, trabalhista, ambiental, societária e direito do consumidor, entre outras. Dependendo do objeto das investigações sobre os processos judiciais ou procedimentos administrativos, a Companhia e suas controladas podem ser adversamente afetadas, independentemente do respectivo resultado final.

Conforme exposto, não é possível garantir que essas autoridades não atuarão a Companhia e suas controladas, nem que essas atuações não se converterão em processos administrativos e, posteriormente, judiciais, tampouco o resultado final tanto dos eventuais processos administrativos quanto dos judiciais.

Tributos

Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de tributos já registrada. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O método do passivo de contabilização do imposto de renda e contribuição social é usado para imposto de renda diferido gerado por diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e os respectivos valores fiscais. O montante do imposto de renda e contribuição social diferido ativo é revisado na data de cada balanço e reduzido ao montante que não seja mais

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

realizável através de lucros tributáveis futuros. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas quando da definição da necessidade de registrar o ativo fiscal.

Provisão para perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa

A provisão para perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa é calculada de acordo com as diretrizes do CPC 48/IFRS 9. Como consequência da adoção da norma, a Companhia passou a mensurar a provisão para créditos de liquidação duvidosa com base na perda esperada e não mais na perda incorrida.

A Companhia utiliza o expediente prático previsto na norma e aplica o modelo simplificado na mensuração da perda esperada para a vida toda do contrato, através da utilização de dados históricos e da segmentação da carteira de recebíveis em grupos que possuem o mesmo padrão de recebimento e os mesmos prazos de vencimento.

Taxa incremental sobre o empréstimo do arrendatário e períodos de contrato

A Companhia não tem condições de determinar a taxa implícita de desconto a ser aplicada a seus contratos de arrendamento. Portanto, a taxa incremental sobre o empréstimo do arrendatário é utilizada para o cálculo do valor presente dos passivos de arrendamento no registro inicial do contrato.

A taxa incremental sobre empréstimo do arrendatário é a taxa de juros que o arrendatário teria que pagar ao tomar emprestados os recursos necessários para a aquisição de ativo semelhante ao ativo objeto do contrato de arrendamento, por prazo semelhante e com garantia semelhante, com valor similar ao direito de uso do ativo em ambiente econômico similar.

A obtenção dessa taxa envolve um elevado grau de julgamento e deve ser função do risco de crédito do arrendatário, do prazo do contrato de arrendamento, da natureza e qualidade das garantias oferecidas e do ambiente econômico em que a transação ocorre. O processo de apuração da taxa utiliza preferencialmente informações prontamente observáveis, a partir das quais deve proceder aos ajustes necessários para se chegar à sua taxa incremental de empréstimo.

A adoção do CPC 06 (R2)/IFRS 16 permite que a taxa incremental seja determinada para um agrupamento de contratos, uma vez que essa escolha está associada à validação de que os contratos agrupados possuem características similares.

A Companhia adotou o referido expediente prático de determinar agrupamentos para seus contratos de arrendamento em escopo por entender que os efeitos de sua aplicação não divergem materialmente da aplicação aos arrendamentos individuais. O tamanho e a composição das carteiras foram definidos conforme as seguintes premissas: (a) ativos de naturezas similares; e (b) prazos remanescentes com relação à data de aplicação inicial similares.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Determinação do prazo de arrendamento

Ao determinar o prazo do arrendamento, a Administração considera todos os fatos e circunstâncias que criam um incentivo econômico para o exercício de uma opção de prorrogação ou para o não exercício da opção de rescisão. As opções de prorrogação (ou períodos após as opções de rescisão) são incluídas no prazo do arrendamento somente quando há certeza razoável de que o arrendamento será prorrogado (ou que não será rescindido).

Para arrendamentos de centros acadêmicos, os fatores a seguir normalmente são os mais relevantes:

- se a rescisão (ou não prorrogação) incorrer em multas significativas, é razoavelmente certo de que a Companhia irá efetuar a prorrogação (ou não irá efetuar a rescisão);
- se houver benfeitorias em imóveis de terceiros com saldo residual significativo, é razoavelmente certo de que a Companhia irá prorrogar (ou não rescindir) o arrendamento.

Adicionalmente, a Companhia considera outros fatores, incluindo as práticas passadas referentes aos períodos de utilização de tipos específicos de ativos (arrendados ou próprios) e de duração de arrendamentos e os custos e a disrupção nos negócios necessários para a substituição do ativo arrendado.

Essa avaliação é revisada caso ocorra um evento ou uma mudança significativa nas circunstâncias que afete a avaliação inicial e esteja sob o controle do arrendatário, por exemplo, se uma opção é de fato exercida (ou não exercida) ou se a Companhia fica obrigada a exercê-la (ou não a exercer).

5. Combinação de negócios

5.1. FAPI - Centro de Ensino Superior de Pinhais

A Companhia, através de sua controlada indireta Centro de Estudos Superiores Positivo Ltda. ("CESPO"), realizou em junho de 2024 o acordo de investimento com os acionistas do Centro de Ensino Superior de Pinhais Ltda. ("FAPI"), para a aquisição de participação societária equivalente a 100% (cem por cento) do capital social total da empresa investida, com assunção do controle a partir de 12 de junho de 2024. A aquisição foi motivada pelo interesse da Companhia em expandir sua operação de medicina.

O preço pago é composto da seguinte forma:

Descrição	Valor
Pago na data do fechamento	161.256
Ajuste de preço (i)	2.522
Parcela retida	21.312
Total da contraprestação	185.090

(i) Em 10 de outubro de 2024, houve o ajuste de preço da aquisição.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Alocação do valor justo

Em cumprimento aos dispositivos do CPC 15 (R1)/IFRS 3 – Combinações de Negócios, a Administração da Companhia concluiu por meio de laudo de PPA todas as mensurações nos valores justos dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos na data de aquisição, perfazendo as alocações abaixo apresentadas.

Segue posição dos saldos reconhecidos na combinação de negócio em 12 de junho de 2024:

Descrição	Posição em 30/06/2024	Revisão da alocação	Alocação final
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	3.340	-	3.340
Contas a receber	729	-	729
Tributos a recuperar	95	-	95
Outros créditos	186	-	186
Contas a receber	503	-	503
Depósitos judiciais	37	-	37
Imobilizado, líquido	791	-	791
Intangível, líquido	-	-	-
Licença MEC	-	215.792	215.792
Direito de uso	7.375	-	7.375
	13.056	215.792	228.848
Passivos			
Fornecedores	(208)	-	(208)
Obrigações trabalhistas	(665)	-	(665)
Obrigações tributárias	(205)	-	(205)
Adiantamentos de clientes	(1.693)	-	(1.693)
Obrigações de arrendamento mercantil	(1.173)	-	(1.173)
Outras contas a pagar	(15.025)	-	(15.025)
Obrigações com partes relacionadas	(12.966)	-	(12.966)
Obrigações tributárias	(3.877)	-	(3.877)
Provisão para demandas judiciais	(1.744)	-	(1.744)
Obrigações de arrendamento mercantil	(6.202)	-	(6.202)
	(43.758)	-	(43.758)
Total de ativos identificáveis líquidos	(30.702)	215.792	185.090
Ágio	215.792	(215.792)	-
Total da contraprestação	185.090	-	185.090

Metodologia para o reconhecimento do ativo intangível

Ativo	R\$	Prazo esperado de amortização
Licença MEC	215.792	Indefinido

O ativo intangível Licença MEC foi avaliado utilizando a metodologia de Fluxo de Caixa Descontado (FCD), que considera os benefícios econômicos futuros projetados e os traz a valor presente por meio de uma taxa de desconto (WACC) de 15,30% ao ano e perpetuidade em 3,5% ao ano, equivalente ao IPCA de longo prazo. Considerando as características do ativo e sua relevância estratégica para a operação da empresa, foi atribuído a ele uma vida útil indefinida, com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros por tempo indeterminado, em conformidade com os critérios estabelecidos pelas normas contábeis aplicáveis.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Saída de caixa líquida na aquisição da FAPI:

	Junho/2024
Preço de Aquisição	185.090
Parcela retida	(23.834)
Saldos de caixa e equivalentes de caixa adquiridos	(3.340)
Efeito líquido no fluxo de caixa da adquirente	157.916

Impacto das aquisições nos resultados da Companhia

O resultado do período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2024 inclui receitas e despesas atribuíveis aos negócios adicionais gerados pela FAPI, a partir de junho de 2024, uma vez que a transação de aquisição dessa investida se concretizou em 12 de junho de 2024.

A receita incluída na demonstração consolidada do resultado desde junho de 2024 inclui o valor de receitas líquidas gerado pela FAPI de R\$18.795. A FAPI também contribuiu com o lucro de R\$7.747 no mesmo período.

Caso a aquisição da FAPI fosse em 1 de janeiro de 2024, a receita líquida seria de R\$26.602, com prejuízo no período de R\$12.440.

Cláusulas de reembolso de contingências

A Companhia possui cláusula contratual para eventuais desembolsos financeiros para contingências originadas em eventos passados, ocorridos antes da data de aquisição da FAPI.

6. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Caixa	-	14	141	26
Banco conta movimento	3.714	1.346	10.355	11.584
Equivalentes de caixa	55.216	-	544.835	511.305
Total	58.930	1.360	555.331	522.915

O grupo de caixa e equivalentes de caixa é composto pelos numerários mantidos em caixa, contas correntes bancárias e aplicações financeiras de curto prazo que possuem prazo de realização inferior a 90 dias, sem risco de alteração de valor quando do resgate antecipado.

Em 31 de dezembro de 2024, as aplicações de renda fixa estão concentradas em operações de CDB, substancialmente indexadas à variação de 95% a 103% do CDI (100% a 103% do CDI em 31 de dezembro de 2023), com instituições financeiras nacionais que possuam *rating* correspondente a AAA, divulgados pelas três principais agências de risco.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Mensalidades (i)	91.747	145.528	273.579	431.751
Crédito universitário (ii)	15.985	10.383	115.088	87.959
Acordos em andamento (iii)	9.260	7.812	50.980	30.765
Cartões a receber (iv)	8.980	19.029	17.707	70.507
FIES a receber (v)	658	1.325	14.945	18.314
Outras contas a receber	388	652	389	1.278
Subtotal	127.018	184.729	472.688	640.574
Provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (vi)	(65.578)	(109.773)	(234.726)	(344.323)
Ajuste a valor presente	(2.305)	(1.551)	(18.258)	(12.837)
Total	59.135	73.405	219.704	283.414
Circulante	55.665	70.753	191.012	261.128
Não circulante	3.470	2.652	28.692	22.286

- (i) Corresponde às mensalidades a receber dos alunos provenientes da prestação de serviços da atividade de ensino.
- (ii) Compreende as mensalidades a receber objeto de financiamento próprio (Creducsul) e privado (Pravaler).
- (iii) Referem-se a títulos negociados de acordo com a política de cobrança, em que os juros e multas podem ou não ser isentos de acordo com a negociação. Tais negociações ocorrem, principalmente, por meio de cartões (crédito e débito) ou boletos. Caso haja receita financeira, ela é reconhecida no momento do recebimento.
- (iv) Cartões a receber é representado por valores de mensalidades pagos com cartões de crédito. Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia e suas Controladas anteciparam R\$58.498 do saldo a receber de cartão de crédito.
- (v) O FIES é um financiamento educacional operacionalizado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e que tem o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal como agentes financeiros. Os valores contratados pelos alunos são repassados em forma de Certificados Financeiros do Tesouro Série E (CFT-E), que são títulos públicos emitidos pelo Tesouro Nacional. Esses títulos podem ser utilizados para compensação de tributos federais ou convertidos em caixa.

Para que o aluno contrate o FIES, é necessário que seja apresentado fiador ou que o aluno opte pelo Fundo Garantidor do Fundo de Financiamento Estudantil (FG-Fies), um fundo administrado pela CEF com finalidade de compartilhar o risco em operações de crédito educativo. O parcelamento próprio é uma modalidade de cobrança que permite aos alunos pagarem a dívida no dobro do tempo do curso. Os valores são atualizados conforme o reajuste dos preços dos serviços e sem a incidência de juros.

- (vi) A Companhia e suas controladas constituem provisão para créditos de liquidação duvidosa por meio de análise dos saldos de mensalidades e acordos conforme suas faixas de vencimento e estimativa de perda de cada carteira. Também são constituídas provisões para parcelamentos próprios e FIES, de acordo com a estimativa da futura inadimplência. Nessa metodologia, a cada faixa de vencimento de cada carteira é atribuído um percentual de probabilidade de perda, a qual é recorrentemente provisionada. A Administração da Companhia avalia constantemente a necessidade da alteração nos percentuais de provisão para perda com o objetivo de refletir o impacto causado pelo ambiente macroeconômico do país. Os montantes são considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização das mensalidades, negociações a receber e outros ativos a receber conforme as diretrizes do CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros.

A movimentação da provisão para créditos para perdas estimadas com liquidação duvidosa está demonstrada a seguir.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora	Consolidado
Saldos em 31/12/2022	85.730	290.907
Constituições de provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (i)	45.916	131.439
Baixa contra contas a receber (ii)	(21.873)	(78.023)
Saldos em 31/12/2023	109.773	344.323
Constituições de provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (i)	47.120	172.492
Combinação de negócios FAPI	-	623
Baixa contra contas a receber (ii)	(91.315)	(282.712)
Saldos em 31/12/2024	65.578	234.726

- (i) No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia e suas controladas fizeram uma atualização das estimativas de inadimplência de suas carteiras. Detalhamento no parágrafo abaixo.
- (ii) Quando o atraso atinge uma faixa de vencimento superior a 1 ano o título é baixado (até 2023, a faixa de vencimento era 2 anos), bem como a respectiva provisão para perdas. Mesmo para os títulos baixados, os esforços de cobrança continuam e os respectivos recebimentos são reconhecidos diretamente ao resultado quando de sua realização.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, além de revisar processos, a Companhia e suas controladas revisitaram o seu modelo de provisão da carteira de recebíveis realizando uma análise que considera um horizonte de 24 meses (janeiro de 2023 a dezembro de 2024). O trabalho foi realizado visando estabelecer maior aderência ao perfil da carteira no período pós-pandemia, quando ocorreu um movimento de expansão mais acelerado no EaD. Além disso, a Companhia revisitou sua política de baixa de títulos vencidos no contas a receber, reduzindo o prazo de 720 para 360 dias.

O ajuste na carteira de 2024, assumindo atualização das estimativas de inadimplência, foi de R\$39.533, sendo: (i) R\$20.078 referentes à nova curva de provisão de PECLD, (ii) R\$3.413 referentes à baixa de títulos vencidos acima de 360 dias, (iii) R\$6.125 milhões referentes ao crescimento da carteira no ano ao longo do ano e (iv) para a carteira de financiamento próprio, foi provisionado 100% dos títulos a receber de uma parcela de clientes com baixa probabilidade de pagamento, resultando em uma provisão adicional de R\$9.917.

A composição dos valores a receber por faixa de vencimento é apresentada a seguir.

	Controladora				Consolidado			
	31/12/2024	%	31/12/2023	%	31/12/2024	%	31/12/2023	%
A vencer	27.769	21%	33.427	18%	159.623	34%	185.122	29%
Crédito universitário	14.143	11%	9.434	5%	101.961	22%	83.058	13%
Acordos em andamento	3.054	2%	2.959	2%	20.862	4%	11.931	2%
Cartões a receber	8.980	7%	19.029	10%	17.707	4%	70.507	11%
FIES a receber	658	1%	1.325	1%	14.945	3%	18.314	3%
Mensalidades a receber	546	0%	28	0%	3.759	1%	34	0%
Outras contas a receber	388	0%	652	0%	389	0%	1.278	0%
Vencidos	99.249	79%	151.302	82%	313.065	66%	455.452	71%
Até 180 dias	63.338	50%	59.473	32%	214.191	46%	191.821	30%
Acima de 180 dias	35.911	29%	91.829	50%	98.874	20%	263.631	41%
Total	127.018	100%	184.729	100%	472.688	100%	640.574	100%

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
IRRF sobre aplicação financeira (i)	426	24.227	9.776	35.870
INSS a recuperar	-	-	2.358	15
IRRF sobre folha de pagamento	6	1	56	49
Demais impostos a recuperar	32	1	404	433
Total	464	24.229	12.594	36.367
Circulante	464	24.229	12.594	36.367

- (i) Recebimento da restituição de imposto de renda ("IR") do saldo negativo de 2022 e compensação, com IR a recolher sobre folha de pagamento, do saldo negativo de 2023.

9. Outros créditos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativo indenizatório sobre provisão de contingência e despesas recuperáveis (i)	-	-	75.899	82.714
Adiantamentos a fornecedores	16.156	12.232	28.058	27.769
Adiantamentos a funcionários	209	225	2.456	3.083
Dividendos a receber (ii)	42.949	64.640	-	-
Outros	2.691	3.029	9.594	7.970
Total	62.005	80.126	116.007	121.536
Circulante	60.666	77.295	88.582	41.463
Não circulante	1.339	2.831	27.425	80.073

- (i) Conforme o contrato de compra e venda da CEUNSP, Módulo, Unipê, Braz Cubas e CESPO, existem garantias atreladas aos processos prováveis judiciais/administrativos em discussão em que a Companhia figura no polo passivo da ação. No caso de julgamentos desfavoráveis, esses valores serão de responsabilidade dos vendedores, sendo reembolsados os valores à Companhia e suas controladas, conforme apresentado na Nota 19.4.

- (ii) Dividendos a receber da controlada SECID.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Investimentos

10.1. Movimentação dos investimentos

	Controladora					Total
	Módulo	UDF	Unicid	Unifran	Acervo	
Saldo em 31 de dezembro de 2022	28.179	139.881	282.814	356.136	55	807.065
Equivalência patrimonial	(5.246)	32.450	95.615	98.570	-	221.389
Amortização de mais valia (i)	-	-	(511)	(449)	-	(960)
Equivalência patrimonial total	(5.246)	32.450	95.104	98.121	-	220.429
Aumento de capital (Nota 17)	4.300	-	57.600	15.700	-	77.600
Distribuição de lucros	-	(25.221)	(22.709)	(23.410)	-	(71.340)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	27.233	147.110	412.809	446.547	55	1.033.754
Equivalência patrimonial	(8.589)	25.813	183.806	120.333	-	321.363
Amortização de mais valia (i)	-	-	(511)	(449)	-	(960)
Equivalência patrimonial total	(8.589)	25.813	183.295	119.884	-	320.403
Aumento de capital (Nota 17)	8.453	-	172.252	45.130	-	225.835
Distribuição de lucros	-	(27.236)	(53.945)	(176.297)	-	(257.478)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	27.097	145.687	714.411	435.264	55	1.322.514
Saldo patrimonial das controladas	18.071	102.436	565.022	318.035	-	993.564
Ágio	9.026	43.251	126.789	107.924	-	287.030
Mais valia	-	-	22.600	9.305	-	31.905
Saldo em 31 de dezembro de 2024	27.097	145.687	714.411	435.264	55	1.322.514

- (i) Efeito das amortizações dos intangíveis identificados quando da combinação de negócios, reconhecidas na forma de ajuste à equivalência patrimonial na Companhia.

10.2. Sumário do balanço patrimonial e da demonstração do resultado das controladas diretas

	31 de dezembro de 2024			
	Módulo	UDF	Unicid	Unifran
% de participação	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Ativo circulante	3.596	51.393	269.540	390.211
Ativo não circulante	34.493	137.025	1.804.861	953.536
Total do ativo	38.089	188.418	2.074.401	1.343.747
Passivo circulante	4.464	29.662	580.153	179.785
Passivo não circulante	15.554	56.320	929.226	845.927
Patrimônio líquido	18.071	102.436	565.022	318.035
Total do passivo e patrimônio líquido	38.089	188.418	2.074.401	1.343.747
Receita líquida	22.343	152.638	1.115.009	608.413
Custo dos serviços prestados	(19.829)	(88.412)	(536.580)	(308.768)
Despesas operacionais, líquidas	(7.959)	(27.698)	(225.312)	(95.151)
Despesas financeiras, líquidas	(2.487)	(14.224)	(164.477)	(83.726)
Imposto de renda e contribuição social	(657)	3.509	(4.834)	(435)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(8.589)	25.813	183.806	120.333

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31 de dezembro de 2023			
	Módulo	UDF	Unicid	Unifran
% de participação	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Ativo circulante	5.352	65.408	479.089	203.026
Ativo não circulante	42.180	138.619	1.666.249	988.155
Total do ativo	47.532	204.027	2.145.338	1.191.181
Passivo circulante	6.926	43.092	517.286	147.728
Passivo não circulante	22.399	57.076	1.365.144	714.583
Patrimônio líquido	18.207	103.859	262.908	328.870
Total do passivo e patrimônio líquido	47.532	204.027	2.145.338	1.191.181
Receita líquida	23.956	146.594	980.297	563.670
Custo dos serviços prestados	(19.531)	(80.559)	(484.426)	(278.913)
Despesas operacionais, líquidas	(6.360)	(25.354)	(216.100)	(98.078)
Despesas financeiras, líquidas	(2.271)	(10.998)	(179.877)	(86.769)
Imposto de renda e contribuição social	(1.040)	2.767	(4.279)	(1.340)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(5.246)	32.450	95.615	98.570

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Imobilizado**11.1. Controladora**

Movimentação	Saldos em 31/12/2022	Adições	Baixas	Transf.	Saldos em 31/12/2023	Adições	Baixas	Transf.	Saldos em 31/12/2024
Custo									
Acervo bibliográfico	13.418	275	-	-	13.693	1	(5)	-	13.689
Equipamentos de informática	31.065	826	(33)	-	31.858	821	(156)	-	32.523
Máquinas e equipamentos (ii)	39.309	12.598	(20)	58	51.945	2.449	(442)	-	53.952
Móveis e utensílios	24.135	3.442	-	-	27.577	1.068	(17)	-	28.628
Instalações	2.567	439	-	(2)	3.004	41	-	-	3.045
Benfeitorias em propriedades de terceiros	46.692	5.498	-	31.743	83.933	3.180	-	5.829	92.942
Imobilizações em andamento (i)	17.857	14.427	-	(31.799)	485	9.014	-	(5.829)	3.670
Outras imobilizações	6.916	1.091	(1.196)	-	6.811	590	(743)	-	6.658
	181.959	38.596	(1.249)	-	219.306	17.164	(1.363)	-	235.107
Depreciação									
Acervo bibliográfico	(10.378)	(527)	-	-	(10.905)	(509)	-	-	(11.414)
Equipamentos de informática	(23.320)	(3.256)	31	-	(26.545)	(2.319)	155	-	(28.709)
Máquinas e equipamentos	(22.456)	(2.414)	19	-	(24.851)	(3.045)	378	-	(27.518)
Móveis e utensílios	(14.534)	(1.526)	-	-	(16.060)	(1.722)	5	-	(17.777)
Instalações	(2.430)	(43)	-	-	(2.473)	(63)	-	-	(2.536)
Benfeitorias em propriedades de terceiros	(13.171)	(7.634)	-	-	(20.805)	(10.019)	-	-	(30.824)
Outras imobilizações	(2.589)	(963)	704	-	(2.848)	(1.100)	473	-	(3.475)
	(88.878)	(16.363)	754	-	(104.487)	(18.777)	1.011	-	(122.253)
	93.081	22.233	(495)	-	114.819	(1.613)	(352)	-	112.854

(i) O grupo de imobilizações em andamento corresponde substancialmente a gastos com reforma de imóveis e adequação dos ambientes para a utilização das aulas nos campi. Após a validação e finalização das obras para utilização do espaço, os valores são transferidos para a rubrica "Benfeitorias em propriedades de terceiros" e depreciados conforme contrato de locação.

(ii) O grupo de máquinas e equipamentos corresponde à modernização nos equipamentos para laboratórios e audiovisuais.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11.2. Consolidado

Movimentação	Saldos em 31/12/2022	Adições	Baixas	Transf.	Reclassif.	Saldos em 31/12/2023	Adições	Baixas	Combinação de negócios	Transf.	Saldos em 31/12/2024
Custo											
Terrenos	80.390	-	-	-	-	80.390	-	-	-	-	80.390
Prédios	104.058	-	-	-	-	104.058	-	-	-	-	104.058
Acervo bibliográfico	77.534	674	-	-	-	78.208	48	(6)	-	-	78.250
Equipamentos de informática	123.543	6.459	(198)	-	40	129.844	6.881	(702)	56	-	136.079
Máquinas e equipamentos (ii)	158.787	40.498	(531)	299	19	199.072	12.745	(742)	983	-	212.058
Móveis e utensílios	103.633	9.351	(228)	-	(2)	112.754	5.155	(295)	-	3	117.617
Instalações	28.891	475	-	(2)	-	29.364	41	-	-	-	29.405
Benfeitorias em propriedades de terceiros	204.900	19.213	(1)	124.385	-	348.497	11.863	(2.360)	-	34.576	392.576
Imobilizações em andamento (i)	82.304	50.980	-	(124.682)	-	8.602	38.969	(31)	-	(34.579)	12.961
Outras imobilizações	14.459	1.093	(1.235)	-	-	14.317	599	(778)	-	-	14.138
	978.499	128.743	(2.193)	-	57	1.105.106	76.301	(4.914)	1.039	-	1.177.532
Depreciação											
Prédios	(20.502)	(3.434)	-	-	-	(23.936)	(3.432)	-	-	-	(27.368)
Acervo bibliográfico	(67.032)	(3.048)	-	-	-	(70.080)	(2.419)	-	-	-	(72.499)
Equipamentos de informática	(96.865)	(9.631)	189	-	-	(106.307)	(8.939)	577	(19)	-	(114.688)
Máquinas e equipamentos	(98.301)	(11.592)	107	-	70	(109.716)	(13.629)	444	(229)	-	(123.130)
Móveis e utensílios	(72.812)	(6.749)	200	-	-	(79.361)	(6.926)	130	-	-	(86.157)
Instalações	(26.164)	(650)	-	-	-	(26.814)	(654)	-	-	-	(27.468)
Benfeitorias em propriedades de terceiros	(69.269)	(27.367)	-	-	-	(96.636)	(34.253)	325	-	-	(130.564)
Outras imobilizações	(7.770)	(1.851)	732	-	(70)	(8.959)	(2.143)	512	-	-	(10.590)
	(458.715)	(64.322)	1.228	-	-	(521.809)	(72.395)	1.988	(248)	-	(592.464)
	519.784	64.421	(965)	-	57	583.297	3.906	(2.926)	791	-	585.068

(i) O grupo de imobilizações em andamento corresponde substancialmente a gastos com reforma de imóveis e adequação dos ambientes para a utilização das aulas nos campi. Após a validação e finalização das obras para utilização do espaço, os valores são transferidos para a rubrica "Benfeitorias em propriedades de terceiros" e depreciados conforme contrato de locação.

(ii) O grupo de máquinas e equipamentos corresponde à modernização nos equipamentos para laboratórios e audiovisuais.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Intangível

12.1. Controladora

Movimentação	Saldos em 31/12/2022	Adições	Transf.	Saldos em 31/12/2023	Adições	Transf.	Saldos em 31/12/2024
Custo							
Produção de materiais - EaD	18.257	4.504	-	22.761	5.514	-	28.275
Softwares (i)	50.014	11.855	13.602	75.471	2.061	24.307	101.839
Softwares em andamento (i)	10.659	12.587	(13.602)	9.644	15.737	(24.307)	1.074
Total do custo	78.930	28.946	-	107.876	23.312	-	131.188
Amortizações							
Produção de materiais - EaD	(15.826)	(937)	-	(16.763)	(1.956)	-	(18.719)
Softwares	(38.748)	(17.649)	-	(56.397)	(10.443)	-	(66.840)
Total da amortização	(54.574)	(18.586)	-	(73.160)	(12.399)	-	(85.559)
Total	24.356	10.360	-	34.716	10.913	-	45.629

(i) Os valores de adições em softwares no período estão, substancialmente, relacionados aos projetos de transformação digital nos sistemas de *backoffice*, acadêmico e comercial da Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12.2. Consolidado

Movimentação	Saldos em 31/12/2022	Adições	Reclassif.	Transf.	Saldos em 31/12/2023	Adições	Baixas	Combinação de negócios	Transf.	Saldos em 31/12/2024
Custo										
Ágio em aquisições de investimentos	1.111.115	-	-	-	1.111.115	-	(3.026)	-	-	1.108.089
Mais valia - Marcas	194.127	-	-	-	194.127	-	-	-	-	194.127
Mais valia - Carteira de clientes	116.543	-	-	-	116.543	-	-	-	-	116.543
Mais valia - Licenças MEC	252.054	-	-	-	252.054	-	-	215.792	-	467.846
Mais valia - Polos de ensino	93.333	-	-	-	93.333	-	-	-	-	93.333
Mais valia - Relacionamento com clientes	10.844	-	-	-	10.844	-	(936)	-	-	9.908
Mais valia - Cláusula de não concorrência	24.177	-	-	-	24.177	-	(282)	-	-	23.895
Marcas	761	1	-	-	762	-	-	-	-	762
Produção de materiais - EaD	43.657	6.127	-	-	49.784	8.369	-	-	-	58.153
Softwares (i)	128.852	15.111	-	45.990	189.953	4.233	-	-	106.758	300.944
Softwares em andamento (i)	37.140	60.008	(57)	(45.990)	51.101	58.109	-	-	(106.758)	2.452
Total do custo	2.012.603	81.247	(57)	-	2.093.793	70.711	(4.244)	215.792	-	2.376.052
Amortização										
Mais valia - Marcas	(30.456)	(6.856)	-	-	(37.312)	(6.856)	-	-	-	(44.168)
Mais valia - Carteira de clientes	(94.519)	(10.301)	-	-	(104.820)	(8.560)	-	-	-	(113.380)
Mais valia - Polos de ensino	(23.117)	(6.695)	-	-	(29.812)	(6.696)	-	-	-	(36.508)
Mais valia - Relacionamento com clientes	(10.725)	(104)	-	-	(10.829)	(15)	936	-	-	(9.908)
Mais valia - Cláusula de não concorrência	(18.355)	(2.841)	-	-	(21.196)	(2.598)	282	-	-	(23.512)
Marcas	(26)	-	-	-	(26)	-	-	-	-	(26)
Produção de materiais - EaD	(40.047)	(1.226)	-	-	(41.273)	(2.762)	-	-	-	(44.035)
Softwares	(94.092)	(44.874)	-	-	(138.966)	(26.791)	-	-	-	(165.757)
Total da amortização	(311.337)	(72.897)	-	-	(384.234)	(54.278)	1.218	-	-	(437.294)
Total	1.701.266	8.350	(57)	-	1.709.559	16.433	(3.026)	215.792	-	1.938.758

(i) Os valores de adições em softwares no período estão, substancialmente, relacionados aos projetos de transformação digital nos sistemas de *backoffice*, acadêmico e comercial da Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2024, os saldos, líquidos de amortização, dos intangíveis identificados por unidades geradoras de caixa estavam representados da forma a seguir.

	Ágio	Marcas	Carteira de Clientes	Licenças MEC	Polos de Ensino	Cláusula de não Concorrência
Módulo	9.026	-	-	-	-	-
UDF	43.251	-	-	-	-	-
Unicid	126.789	6.660	-	15.940	-	-
Unifran	107.924	6.284	-	3.021	-	-
FASS	7.728	-	-	-	-	-
CEUNSP	63.219	6.567	-	-	-	-
Veritas	102.609	22.302	-	112.564	-	-
Unipê	201.922	29.373	-	37.637	-	-
Braz Cubas	216.503	20.430	-	-	6.754	44
CESPO	218.535	58.343	3.163	82.892	50.071	339
CESA	10.583	-	-	-	-	-
FAPI	-	-	-	215.792	-	-
	1.108.089	149.959	3.163	467.846	56.825	383

Os ativos classificados como *softwares* correspondem à aquisição e custos de implementação de *softwares* operacionais da Companhia e suas controladas. Sua taxa de amortização é de no mínimo em 20% anuais para aquisições de sistemas de *softwares*.

Os ágios gerados nas aquisições são mensurados como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração dos resultados.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas de valor recuperável. Ágios e outros ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, porém a perda de valor recuperável é testada, no mínimo, uma vez ao ano.

As parcelas dos ágios não alocadas foram identificadas através de laudo de mensuração do valor justo de ativos adquiridos e passivos assumidos e alocação do preço de aquisição dos negócios adquiridos, conforme CPC 15 (R1)/IFRS 3 - Combinação de Negócios.

O valor de licença MEC (Ministério da Educação), que foi identificado com vida útil indefinida de acordo com estudo preparado por empresa independente, também é submetido anualmente à análise de recuperabilidade (teste de *impairment*).

12.3. Teste de redução ao valor recuperável para unidades geradoras de caixa contendo ágio nas aquisições de participações

Em 31 de outubro de 2024, a Administração efetuou a análise de recuperabilidade de seus ativos intangíveis de vida útil indefinida e não identificou indicadores de *impairment*. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não existia necessidade de registrar qualquer provisão para perda em seus ativos intangíveis.

A Companhia considera como unidade geradora de caixa (*business unit*) a gestão acadêmica, comercial e administrativa das unidades de cada entidade existente, conforme disposto no item 6

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

do CPC 01 (R1)/IAS 36 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, conforme demonstrado a seguir.

Entidades	UGCs em 31/12/2024	UGCs em 31/12/2023
Unifran	Unifran	Unifran
Unicid	Unicid	Unicid
UDF	UDF	UDF
CEUNSP	CEUNSP	CEUNSP
Veritas	Sul	Sul
Módulo	Litoral Norte	Litoral Norte
FASS	Litoral Norte	Litoral Norte
Colégio São Sebastião	-	Litoral Norte
Ipê Educacional	Nordeste	Nordeste
Ipê Patrimonial	Nordeste	Nordeste
Sociedade Educacional Braz Cubas	Braz Cubas	Braz Cubas
Centro de Estudos Superior Positivo	CESPO	CESPO
CESA – Complexo de Ensino Superior Arthur Thomas	CESPO	CESPO
FAPI - Centro de Ensino Superior de Pinhais	CESPO	-

O valor recuperável de uma UGC é determinado com base em cálculos do valor em uso. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, antes do imposto de renda e da contribuição social, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela Administração para um período de cinco anos. Os valores referentes aos fluxos de caixa posteriores ao período de cinco anos foram extrapolados com base nas taxas de crescimento estimadas apresentadas a seguir.

Principais premissas utilizadas nas projeções de fluxos de caixa descontados

As principais premissas utilizadas no cálculo do valor recuperável são taxa média de desconto nominal, números de alunos, ganho de margem anual pelo período de cinco anos e crescimento do EBITDA projetado, conforme a seguir.

Premissas	31/12/2024	31/12/2023
Taxa de desconto (i)	14,05%	13,01%
Período de projeção (ii)	5 anos	5 anos
Crescimento de alunos (iii)	2,0%	2,0%
Crescimento na perpetuidade (iv)	3,6%	4,5%
Crescimento da receita (v)	7,2%	7,2%
Crescimento da margem EBITDA (vi)	0,5%	0,5%

- (i) A taxa de desconto (WACC) foi calculada considerando o custo do capital próprio e o custo da dívida, ponderados pela proporção de cada um na estrutura de capital da Companhia sem considerar os efeitos fiscais.
- (ii) As projeções devem abranger, como regra geral, o período máximo de cinco anos, a menos que se justifique, fundamentadamente, um período mais longo.
- (iii) Crescimento na captação de alunos na EaD e no Presencial em 2% entre 2025 e 2029.
- (iv) Taxa de perpetuidade de 3,6% a.a. A Companhia acredita ser viável o alcance dos resultados projetados para períodos superior a cinco anos, dadas sua experiência e capacidade de gestão na integração e expansão de geração de caixa de unidades adquiridas, bem como nas características específicas que o setor possui, como baixa penetração e altas taxas de crescimento no histórico recente.
- (v) Crescimento de receita através de novas turmas, reposicionamento de preço e captação de alunos advindo de novas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

praças.

(vi) Ganho de margem EBITDA ajustado 0,5%, com ganho de eficiência devido à escalabilidade do negócio.

Análise de sensibilidade das premissas

Considerando o cenário em que ocorra redução na taxa de crescimento de alunos e perpetuidade e aumento na taxa de desconto (principais premissas) em 10%, não foi identificada necessidade de ajuste ao valor recuperável.

Os valores utilizados nas principais premissas representam a melhor estimativa da Administração do futuro das unidades geradoras de caixa e foram baseadas em fontes internas (dados históricos) e externas (Censo do Ensino Superior).

13. Debêntures

13.1. Composição

Modalidade	Emissão	Encargos financeiros	Consolidado	
			31/12/2024	31/12/2023
Debêntures – ACEF (i)	2ª	Taxa CDI + 1,60 a.a.	136.026	140.230
Debêntures – SECID (ii)	1ª	Taxa CDI + 1,40 a.a.	-	180.119
Debêntures – ACEF	3ª	Taxa CDI + 1,35 a.a.	87.161	114.109
Debêntures – SECID	2ª	Taxa CDI + 1,40 a.a.	325.393	409.489
Debêntures – SECID	3ª	Taxa CDI + 1,54 a.a.	176.591	-
Debêntures – ACEF	5ª	Taxa CDI + 1,35 a.a.	298.237	-
			1.023.408	843.947
		Circulante	172.311	198.080
		Não circulante	851.097	645.867

- (i) No dia 21 de dezembro de 2023, a Assembleia Geral de Debenturistas da 2ª Emissão da ACEF aprovou a implementação do reperfilamento de dívida (renegociação para alongamento de prazo), alterando o vencimento para o dia 24/12/2028. O reperfilamento faz parte da estratégia de gestão de capital ativa da Companhia.
- (ii) No dia 25 de abril de 2024, a 1ª Emissão da SECID foi liquidada com parte dos recursos captados, no dia 24 de abril de 2024, pela 3ª Emissão de Debêntures da SECID no valor de R\$173.250.

As debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e fidejussória, para distribuição pública e com esforços restritos de distribuição, possuem as características a seguir.

Empresa	Emissão	Série	Data da emissão	Vencimento	Quant.	Valor unitário	Valor emissão	Pagamento principal e juros	Garantias
ACEF	2ª	Única	24/09/2018	24/12/2028	3.000	100	300.000	Semestral (Jun. e Dez.)	(i)
ACEF	3ª	Única	23/12/2019	23/12/2026	155.000	1	155.000	Semestral (Jun. e Dez.)	(ii)
SECID	2ª	Única	02/03/2020	02/03/2027	470.000	1	470.000	Mensal	(iii)
SECID	3ª	Única	12/04/2024	12/04/2029	173.250	1	173.250	Trimestral (Jul. Out. Abr. e Jan.)	(iv)
ACEF	5ª	Única	27/06/2024	27/06/2029	300.000	1	300.000	Semestral (Jun. e Dez.)	(v)

- (i) A Companhia cedeu fiduciariamente em favor dos debenturistas: (a) a totalidade dos direitos creditórios da titularidade de Santa Rita e CESUCA decorrentes dos pagamentos de mensalidades e taxas dos alunos; (b) eventual fração, se houver necessidade de

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

complemento do valor mínimo, dos direitos creditórios da titularidade da Companhia, decorrentes dos pagamentos de mensalidades e taxas dos alunos; (c) alienação fiduciária das ações de Santa Rita e Veritas; (d) alienação fiduciária das quotas de Santa Tereza, São Bento e CESUCA; e (e) fiança da Companhia, que é solidariamente responsável por todas as obrigações e garantias às debêntures.

- (ii) A Companhia cedeu fiduciariamente em favor dos debenturistas: (a) alienação fiduciária das quotas da Braz Cubas; (b) a totalidade dos direitos creditórios da titularidade da Braz Cubas decorrentes dos pagamentos de mensalidades e taxas dos alunos; e (c) fiança da Companhia, que é solidariamente responsável por todas as obrigações e garantias às debêntures.
- (iii) A Companhia cedeu fiduciariamente em favor dos debenturistas: (a) alienação fiduciária de 100% das quotas da CESPO; (b) alienação fiduciária de 100% das quotas da CESA; (c) a totalidade dos direitos creditórios da titularidade da CESPO; (d) a totalidade dos direitos creditórios da titularidade da CESA; e (e) fiança da Companhia, que é solidariamente responsável por todas as obrigações e garantias às debêntures.
- (iv) A Companhia cedeu fiduciariamente em favor dos debenturistas: (a) alienação fiduciária das quotas da Unipê; (b) a totalidade dos direitos creditórios da titularidade da Unipê, decorrentes dos pagamentos de mensalidades e taxas dos alunos; e (c) fiança da Companhia, que é solidariamente responsável por todas as obrigações e garantias às debêntures.
- (v) A Companhia, é a fiadora do contrato, e obrigando-se, como devedora solidária e principal pagadora de todos os valores devidos pela emissora, até a final liquidação das debêntures.

13.2. Cláusulas restritivas (*Covenants*)

As debêntures contêm cláusulas restritivas que requerem a manutenção de determinados índices financeiros, os quais são apurados anualmente, com base nas demonstrações financeiras consolidadas da fiadora, Cruzeiro do Sul Educacional.

Para a 2^a, 3^a e 5^a emissão da ACEF, o resultado do quociente da divisão da dívida financeira líquida e o EBITDA Ajustado deverá ser igual ou inferior a 3,0x, descontados de todos os impactos do IFRS 16/CPC 06 (R2).

Para a 2^a e 3^a emissões da SECID, o resultado do quociente da divisão da dívida financeira líquida e o EBITDA Ajustado deverá ser igual ou inferior 3,0x, descontados de todos os impactos do IFRS 16/CPC 06 (R2) e das obrigações por aquisição de participações societárias.

Na data de medição de 31 de dezembro de 2024, a Companhia atingiu todos os índices requeridos descritos acima.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13.3. Movimentação

	Consolidado
	31/12/2024
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.063.396
Custo de reperfilamento (i)	(937)
Pagamento de juros	(140.332)
Pagamento de principal	(211.055)
Apropriação dos juros	132.199
Amortização do custo	676
Saldos em 31 de dezembro de 2023	843.947
Novas captações	473.250
Custo de captação	(3.676)
Pagamento de juros	(118.127)
Pagamento de principal	(284.375)
Apropriação dos juros	111.199
Amortização do custo	1.190
Saldos em 31 de dezembro de 2024	1.023.408

(i) Custo de reperfilamento da 2ª emissão de debêntures da ACEF (alongamento do prazo da dívida).

Em 31 de dezembro de 2024, o cronograma de vencimento era o seguinte:

Ano	2ª emissão ACEF	3ª emissão ACEF	2ª emissão SECID	3ª emissão SECID	5ª emissão ACEF	Consolidado
2025	33.516	27.099	86.393	24.998	305	172.311
2026	34.170	60.062	84.000	43.312	47.932	269.476
2027	34.170	-	155.000	43.312	100.000	332.482
2028	34.170	-	-	43.312	100.000	177.482
Acima de 2029	-	-	-	21.657	50.000	71.657
	136.026	87.161	325.393	176.591	298.237	1.023.408

14. Arrendamentos

O passivo de arrendamento é decorrente do reconhecimento de pagamentos futuros e do direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes.

Ao mensurar os passivos de arrendamento para aqueles arrendamentos anteriormente classificados como operacionais, a Companhia descontou os pagamentos do arrendamento utilizando a sua taxa nominal incremental de empréstimo com características e prazos semelhantes aos contratos de arrendamento.

Contratos por prazo e taxa de desconto:

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Prazos Contratuais	Taxa
3 anos	10,53%
6 anos	10,98%
9 anos	10,49%
Mais de 10 anos	10,04%

14.1. Movimentação do direito de uso

Descrição	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2023	334.150	1.129.737
Adição por combinação de negócios - FAPI	-	7.375
Adição de novos contratos / Alterações contratuais	7.608	19.098
Baixas por descontinuidade dos arrendamentos	-	(23.436)
Remensuração decorrente dos ajustes por inflação corrente (i)	(3.996)	(2.723)
Depreciação no exercício	(38.324)	(127.450)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	299.438	1.002.601
Direito de uso	486.052	1.583.244
(-) Depreciação acumulada	(186.614)	(580.643)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	299.438	1.002.601

(i) Remensuração apurada com base em índice de inflação previsto, apurando a nova prestação mensal para contratos que tiveram aniversário no período.

Descrição	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2022	336.569	1.152.355
Adição de novos contratos / Renovações contratuais	23.671	69.778
Baixas por descontinuidade dos arrendamentos	-	(347)
Remensuração decorrente dos ajustes por inflação corrente (i)	12.244	35.132
Depreciação no exercício	(38.334)	(127.181)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	334.150	1.129.737
Direito de uso	482.441	1.587.324
(-) Depreciação acumulada	(148.291)	(457.587)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	334.150	1.129.737

(i) Remensuração apurada com base em índice de inflação previsto, apurando a nova prestação mensal para contratos que tiveram aniversário no período.

14.2. Movimentação do passivo de arrendamento

Descrição	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2023	409.730	1.325.883
Adição por combinação de negócios - FAPI	-	7.375
Adição de novos contratos / Alterações contratuais	7.608	19.098
Baixas por descontinuidade dos arrendamentos	-	(30.343)
Remensuração decorrente dos ajustes por inflação corrente (i)	(3.996)	(2.723)
Contraprestação paga	(65.787)	(215.435)
Apropriação de encargos financeiros	39.695	122.763
Saldo em 31 de dezembro de 2024	387.250	1.226.618
Circulante	39.053	128.610
Não circulante	348.197	1.098.008

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (i) Remensuração apurada com base em índice de inflação previsto, apurando a nova prestação mensal para contratos que tiveram aniversário no período.

Descrição	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2022	398.613	1.306.655
Adição de novos contratos / Renovações contratuais	23.671	69.778
Baixas por descontinuidade dos arrendamentos	-	(671)
Remensuração decorrente dos ajustes por inflação corrente (i)	12.244	35.132
Contraprestação paga	(65.587)	(212.625)
Apropriação de encargos financeiros	40.789	127.614
Saldo em 31 de dezembro de 2023	409.730	1.325.883
Circulante	30.403	107.778
Não circulante	379.327	1.218.105

- (i) Remensuração apurada com base em índice de inflação previsto, apurando a nova prestação mensal para contratos que tiveram aniversário no período.

As parcelas fixas dos contratos de aluguel, conforme apresentado acima, foram reconhecidas a valor presente (considerando a taxa de juros nominal incremental quando da adoção inicial, do início do contrato ou de sua eventual modificação de escopo) como direito de uso em contrapartida do passivo de arrendamento. Adicionalmente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia e suas controladas registraram, segundo o regime de competência, diretamente no resultado o montante de R\$2.254 (R\$2.722 em 31 de dezembro de 2023) relacionado aos contratos que não atendem as premissas para a capitalização como direito de uso da norma (ausência do controle substancial do bem).

Além dos valores apresentados acima, a Companhia e suas controladas possuem três contratos de arrendamento que contêm termos de pagamentos variáveis, em complemento aos valores fixos de arrendamento. A cláusula variável está relacionada ao atingimento de metas por faturamento nos cursos ministrados nos respectivos locais. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, não houve atingimento de tais parâmetros, portanto, não houve qualquer desembolso adicional.

Alguns dos membros do grupo de controle da Companhia detêm participação majoritária das sociedades Motriz Participações Ltda., HG Cruzeiro do Sul Empreendimentos e Participações S.A. e FP Incorporadora Ltda., que são proprietárias de imóveis locados pela Companhia e suas controladas. Os valores envolvidos no âmbito dos referidos contratos de locação representaram em 31 de dezembro de 2024 R\$130.853 (R\$147.893 em 31 de dezembro de 2023) de direito de uso e R\$159.348 (R\$170.248 em 31 de dezembro de 2023) de passivo de arrendamento.

14.3. Maturidade dos contratos

Os saldos de arrendamento a pagar relacionados aos compromissos futuros para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 estão apresentados a seguir.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Até um ano	76.252	70.221	240.461	230.596
Um ano até cinco anos	335.517	348.371	929.194	992.012
Cinco anos até dez anos	159.702	200.345	501.534	612.989
Dez anos até quinze anos	4.810	19.487	245.215	320.363
Acima de quinze anos	-	-	-	12.497
Juros embutidos	(189.031)	(228.694)	(689.786)	(842.574)
	387.250	409.730	1.226.618	1.325.883

14.4. Impactos nas demonstrações financeiras do exercício

A Companhia e suas controladas reconheceram no resultado do exercício nas rubricas “Custos” e “Despesas financeiras”, respectivamente, as despesas de depreciação e juros. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, tais impactos alcançam os valores de R\$127.450 (R\$127.181 em 31 de dezembro de 2023) e R\$122.763 (R\$127.614 em 31 de dezembro de 2023), respectivamente.

14.5. Ofício circular CVM nº 02/2019

Em atendimento ao aludido ofício, a Companhia e suas controladas apresentam os saldos comparativos do passivo de arrendamento, do direito de uso, da despesa financeira e da despesa de depreciação e amortização considerando o efeito da inflação futura projetada nos fluxos dos contratos de arrendamento, descontados pela taxa nominal.

					31/12/2024
	2024	2025	De 2026 até 2030	De 2031 até 2035	Consolidado De 2036 até 2040
Passivo de arrendamento					
Contábil - IFRS 16/CPC 06 (R2)	1.226.618	1.098.008	547.440	205.415	-
Fluxo com projeção de inflação	1.226.618	1.197.065	907.640	512.016	-
Variação		9,02%	65,80%	149,26%	0,00%
Direito de uso líquido					
Contábil - IFRS 16/CPC 06 (R2)	1.002.601	873.853	365.643	118.527	-
Fluxo com projeção de inflação	1.002.601	969.970	686.250	371.408	-
Variação		11,00%	87,68%	213,35%	0,00%
Despesa financeira					
Contábil - IFRS 16/CPC 06 (R2)		111.850	378.621	159.484	39.830
Fluxo com projeção de inflação		119.236	506.230	324.050	115.040
Variação		6,60%	33,70%	103,19%	188,83%
Direito de depreciação					
Contábil - IFRS 16/CPC 06 (R2)		128.749	508.209	247.116	118.527
Fluxo com projeção de inflação		138.591	723.905	609.359	486.371
Variação		7,64%	42,44%	146,59%	310,35%

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Obrigações trabalhistas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Salários a pagar (i)	28.304	29.890	55.800	59.966
Provisão para férias e encargos	11.420	14.000	40.707	40.943
INSS a recolher	4.741	4.708	17.346	16.662
FGTS a recolher	1.574	1.552	5.912	5.349
Outras obrigações	112	756	810	1.757
Provisão para benefícios dos administradores (Notas 17.3 e 17.4)	4.399	13.487	4.399	13.487
Total	50.550	64.393	124.974	138.164
Circulante	47.391	53.430	121.815	127.201
Não circulante	3.159	10.963	3.159	10.963

(i) A provisão de PLR/Bônus foi estimado considerando o atingimento de 100% do target e proporcionalidade para os desligados.

16. Obrigações tributárias

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
IRRF a recolher	5.626	5.038	19.191	17.903
PIS e Cofins a recolher	7.712	7.830	12.930	11.458
ISS a recolher	1.724	1.509	6.599	5.888
Impostos retidos	1.121	997	2.770	3.043
IRPJ e CSLL	-	-	1.508	51
Parcelamentos	-	-	125.848	134.965
Total	16.183	15.374	168.846	173.308
Circulante	16.183	15.374	63.221	57.434
Não circulante	-	-	105.625	115.874

16.1. Parcelamentos**16.1.1. Composição**

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os saldos de parcelamentos são representados por:

Composição	Encargos Financeiros	Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023
Proies (i)	Taxa de juros Selic	110.321	117.187
Refis (ii)	Taxa de juros Selic	8.452	13.587
Pert (iii)	Taxa de juros Selic	3.506	3.980
Simplificado RFB	Taxa de juros Selic	841	-
FGTS (iv)	Taxa de juros remuneratórios	354	211
IPTU (v)	Unidade Financeira Municipal (UFM)	161	-
PGFN (vi)	Taxa de juros Selic	2.213	-
Total		125.848	134.965

(i) Proies – Demais débitos e previdenciários: refere-se ao parcelamento proveniente da controlada Braz Cubas – Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior, instituído pela Lei nº 12.688/2012. Esse

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

programa consiste na renegociação de dívidas tributárias com o governo federal, convertendo até 90% dessas dívidas em bolsas de estudo e, assim, reduzindo o pagamento em espécie a 10% do total devido. A dívida foi negociada em novembro de 2017 em 180 parcelas.

- (ii) Refis: refere-se aos parcelamentos proveniente das controladas SECID, Braz Cubas e Unipê, através da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, de débitos vencidos até 2008; da Lei nº 12.996, de 18 de junho de 2015, de débitos vencidos até 2013; e a reabertura em todos os períodos habilitados, de acordo com a Lei nº 11.941.
- (iii) Pert: refere-se aos parcelamentos de todos os débitos vencidos até 2017, provenientes das controladas SECID e Unipê, através da Lei nº 13.496, de 24 de outubro de 2017.
- (iv) FGTS: parcelamento definido pela Resolução CCFGTS nº 765, de 09 de dezembro de 2014, que permite parcelar débitos em qualquer esfera oriundos de FGTS. A controlada Unipê aderiu em setembro de 2014 referente a dívida de 2005, em 180 parcelas.
- (v) PDD IPTU e ISS: Refere-se aos parcelamentos de débitos vencidos até 2023, provenientes da controlada FAPI, regido pelas Leis Complementares nº 74/2010 e regido pela Lei Complementar nº 136/2017.
- (vi) PGFN: Parcelamento federal – definido EDITALPGDAU N. 2/2023 – DEBITOSPVIDENCIARIOS, EDITALPGDAU N 3/2023 – DEBITOSPVIDENCIARIOS e EDITALPGDAU N. 2/2023 – DEMAISDEBITOS. A controlada FAPI aderiu em maio e junho de 2023 referente dívida de 2023, em 36 e 60 parcelas.

16.1.2. Movimentação

Consolidado	31/12/2023	Combinação de negócios	Atualização monetária	Pagamentos	31/12/2024
Parcelamentos					
Proies	119.137	-	6.736	(14.008)	111.865
Refis	13.587	-	534	(5.669)	8.452
Pert	3.980	-	239	(713)	3.506
Simplificado RFB	-	939	34	(132)	841
FGTS	211	178	16	(51)	354
IPTU	-	227	-	(66)	161
ISS	-	27	-	(27)	-
PGFN	-	2.623	66	(476)	2.213
Total parcelamentos	136.915	3.994	7.625	(21.142)	127.392
Saldo a compensar Proies	(1.950)				(1.544)
Parcelamento líquido do crédito Proies	134.965				125.848

Consolidado	31/12/2022	Atualização monetária	Pagamentos	31/12/2023
Parcelamentos				
Proies	120.624	9.670	(11.157)	119.137
Refis	20.317	1.066	(7.796)	13.587
Pert	4.291	363	(674)	3.980
PPD ISS	399	-	(399)	-
Simplificado RFB	550	10	(560)	-
FGTS	237	4	(30)	211
Total parcelamentos	146.418	11.113	(20.616)	136.915
Saldo a compensar Proies				(1.950)
Parcelamento líquido do crédito Proies				134.965

Em 31 de dezembro de 2024, o cronograma de vencimento era o seguinte:

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Período	Consolidado
1 ano	20.245
2 a 3 anos	38.653
Mais de 3 anos	66.950
	125.848

17. Partes relacionadas

17.1. Controladora

	31/12/2024			31/12/2023		
	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Adto. para futuro aumento de capital (i)						
SECID	15.470	-	-	172.252	-	-
ACEF	-	-	-	45.130	-	-
Módulo	4.860	-	-	8.453	-	-
Dividendos a receber (Nota 9)						
ACEF	-	-	-	23.410	-	-
UDF	-	-	-	22.709	-	-
SECID	42.949	-	-	18.521	-	-
Outras partes relacionadas						
HG Cruzeiro do Sul Empr. e Part. S.A. (ii)	-	767	(8.657)	-	706	(8.534)
FP Incorporadora Ltda. (ii)	-	584	(6.511)	-	530	(6.423)
Motriz Participações Ltda. (ii)	-	115	(1.243)	-	98	(1.213)
Outros (iii)	1.186	-	-	1.186	-	2.235
	64.465	1.466	(16.411)	291.661	1.334	(13.935)

17.2. Consolidado

	31/12/2024			31/12/2023		
	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Outras partes relacionadas						
Motriz Participações Ltda. (ii)	-	1.673	(19.490)	-	1.558	(18.719)
HG Cruzeiro do Sul Empr. e Participações S.A. (ii)	-	1.164	(13.166)	-	1.078	(12.997)
FP Incorporadora Ltda. (ii)	-	584	(6.511)	-	530	(6.423)
Outros (iii)	1.186	-	-	1.186	-	2.235
	1.186	3.421	(39.167)	1.186	3.166	(35.904)

- (i) Os adiantamentos para futuro aumento de capital correspondem a valores enviados pela Companhia às suas controladas com expectativa de integralização ao seu capital social em um período de até 12 meses, sendo os principais da SECID e ACEF para pagamento das debêntures (parcelas da 1ª, 2ª e 3ª emissão) e contas a pagar por aquisições de participações societárias.
- (ii) Refere-se ao montante total das parcelas mensais de aluguel dos seguintes imóveis: campi São Miguel Paulista, Anália Franco e Pinheiros, ginásio de esportes, clínica veterinária, UDF, Módulo e campus CEUNSP – Salto. Os contratos de aluguel celebrados entre as partes possuem prazo de vigência entre 3 e 15 anos, contendo cláusula de prorrogação automática, com reajuste anual pelo índice IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), tomando como base a data de sua assinatura. A totalidade das obrigações com os respectivos arrendamentos estão demonstradas na Nota 14. Os impactos de resultado correspondem aos juros e contraprestações incorridos sobre passivos de arrendamentos firmados com as respectivas empresas, conforme descrito na Nota 14.2.
- (iii) A controladora registrou créditos a receber de determinados acionistas, registrado na rubrica de “Outros créditos” (Nota 9) na linha “Outros”.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17.3. Renovação de contratos de locação de imóveis

A Companhia é locatária de 10 imóveis onde estão instaladas unidades de ensino do Grupo Cruzeiro do Sul Educacional S.A., cujo proprietários desses imóveis são membros das famílias fundadoras (acionistas).

Em maio de 2024, foi acordado entre as partes extinguir os contratos atuais e celebrar novos contratos com as seguintes condições (i) substituição do IGPM pelo IPCA (com ajuste pelo IPCA desde janeiro de 2023), (ii) prazo de 5 anos com renovação automática, e (iii) quitação mútua dos contratos extintos. Os novos contratos seguirão termos de mercado semelhantes aos praticados com terceiros independentes.

17.4. Remuneração dos administradores

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, é de responsabilidade da Assembleia Geral fixar o montante global ou individual da remuneração dos administradores. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a remuneração total (salários e participação nos lucros) dos conselheiros e diretores estatutários da Companhia foi de R\$15.686 (R\$9.144 em 31 de dezembro de 2023), registrada na rubrica “Despesas gerais e administrativas”, a qual está dentro dos limites aprovados na Assembleia Geral juntamente com as contas anuais, em consonância com o orçamento anual aprovado pelo Conselho de Administração.

Adicionalmente, em setembro de 2020, a Companhia, em função da possibilidade da realização de determinados eventos de liquidez, celebrou acordo de bônus de retenção com alguns membros da Administração. Em março de 2024 foi liquidado o saldo remanescente de 2023 (R\$8.112 em 31 de dezembro de 2023).

17.5. Programa de Incentivo de Longo Prazo Baseado em Ações – *Phantom Shares* e PPR Diferido

Em reunião realizada pelo Conselho de Administração em 15 de dezembro de 2022, foi aprovado o Programa de Incentivo de Longo Prazo Baseado em Ações – *Phantom Shares* e PPR Diferido, que estabelece os termos e as condições para o pagamento de um prêmio em dinheiro, referenciado ao valor da ação da Companhia.

O Programa de Incentivo de Longo Prazo concedido pela Cruzeiro do Sul tem o intuito de incentivar seus executivos a tomar decisões, adotar ações e liderar suas equipes para exceder as expectativas de ganhos de capital e retorno de investimentos dos acionistas. Consiste em dois programas distintos – *Phantom Shares* e PPR Diferido, sendo esse último vinculado à métrica de retorno das ações da Companhia.

Os programas de *Phantom Shares* e PPR Diferido envolvem o pagamento de um valor em caixa ao beneficiário, calculado com base em uma quantidade definida de *units*. As *units* são valores de referência baseados na cotação média da ação da Companhia. Até 31 de dezembro de 2024, a Companhia outorgou 5.500.020 *units* (1.020.195 na 1ª outorga, em 16 de dezembro de 2022, 2.409.825 na 2ª outorga, em 16 de agosto de 2023 e 2.095.286 na 3ª outorga, em 06 de setembro de 2024).

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O programa de PPR Diferido representa 70% das *units* concedidas, no qual a quantidade de *units* de referência para o pagamento em caixa varia conforme o *Total Shareholder Return* (TSR), que deverá ser analisado de duas maneiras: i) comparado a um custo de capital próprio estimado; e ii) comparado com o retorno das ações de um grupo definido de empresas do mesmo setor.

Em 31 de dezembro de 2024 o valor do passivo correspondente a esse prêmio está registrado no passivo não circulante na rubrica “Obrigações trabalhistas”, e sua contrapartida no resultado, na rubrica “Salários e encargos sociais”, no montante de R\$4.399 (R\$5.375 em 31 de dezembro de 2023).

17.5.1. Programa de Incentivo de Longo Prazo – *Phantom Shares*

O programa de *Phantom Shares* contempla o direito sobre as *units*, cuja concessão (*grant date*) foi aprovada e registrada em ata da reunião do Conselho de Administração ocorrida em 10 de fevereiro de 2022.

Para adquirir o direito de receber o pagamento em caixa referente às *units*, os beneficiários devem permanecer na Companhia por um período de 3 anos (por outorga). O valor da *unit* é definido com base na média ponderada pelo volume dos preços da ação CSED3 (VWAP) na B3, nos 45 pregões anteriores à data da primeira Reunião Ordinária do Conselho de Administração que ocorrerá no ano de 2025 (1ª outorga), 2026 (2ª outorga) e de 2027 (3ª outorga).

17.5.2. Programa de Incentivo de Longo Prazo – PPR Diferido

O objetivo do programa PPR Diferido é alinhar os interesses dos beneficiários com os da Companhia no longo prazo, para garantir a perenidade do negócio e dos resultados alcançados.

As regras para cálculo do valor da *unit* são idênticas às do programa de *Phantom Shares*. Para adquirir o direito de receber o pagamento em caixa das *units*, os beneficiários também devem permanecer na Companhia por um período de 3 anos.

Adicionalmente, o programa estabelece uma meta para distribuição de resultados em caixa com base no *Total Shareholder Return* (TSR), que é o ganho percentual do retorno total do capital investido pelo acionista, calculado pela variação do valor da *unit* e adicionados os dividendos distribuídos.

O percentual de atingimento das metas, comparado com a performance de mercado de certas partes da Companhia, determinará o valor do incentivo de longo prazo a ser distribuído aos beneficiários.

Logo, o PPR Diferido, além de incentivar a permanência do beneficiário nos quadros da Companhia, alinha os pagamentos do programa com a criação de valor para os acionistas.

A Companhia mensura os seus respectivos valores justos tomando como base o valor justo dos instrumentos baseados em ações concedidos, pois não consegue mensurar o valor dos serviços recebidos pelos participantes.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Para determinação do valor justo dos instrumentos, utilizou-se o método de simulação de Monte Carlo para precificação de ativos, considerando que a ação siga um processo estocástico de Wiener Generalizado com o Lema de Itô, também conhecido como Movimento Browniano.

A tabela seguinte apresenta o movimento ocorrido no Plano de Incentivo de Longo Prazo no exercício de 31 de dezembro de 2024 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

	Consolidado
SalDOS em 31 de dezembro de 2022	1.020.195
Canceladas	(394.685)
Concedidas (2ª Outorga)	2.409.825
SalDOS em 31 de dezembro de 2023	3.035.335
Canceladas	(1.184.171)
Concedidas (3ª Outorga)	2.095.286
SalDOS em 31 de dezembro de 2024	3.946.450

18. Adiantamentos de clientes

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Adiantamentos de mensalidades (i)	13.767	10.577	67.249	41.847
Adiantamentos do centro de eventos (ii)	-	-	5.556	5.702
Total	13.767	10.577	72.805	47.549
Circulante	13.767	10.577	72.805	47.549

(i) Mensalidades recebidas antecipadamente que serão reconhecidas no resultado de acordo com o regime de competência.

(ii) Adiantamentos de clientes recebidos antecipadamente para a realização de eventos no espaço de nossos campus. Esses valores são reconhecidos no momento da realização do evento.

19. Provisão para demandas judiciais e depósitos judiciais

Durante o curso normal de seus negócios, a Companhia e suas controladas estão expostas a contingências e riscos. A provisão para demanda judicial é estabelecida por valores atualizados para todos os processos de natureza cível, tributária e trabalhista em discussão nas esferas judiciais e administrativas, com base nas opiniões dos consultores jurídicos, sendo provisionados os casos em que a perda é considerada provável.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, as contingências estão provisionadas relacionadas aos processos cíveis, tributários e trabalhistas, e estão demonstradas a seguir.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Processos cíveis	3.717	3.338	11.182	11.851
Processos tributários	2.090	1.855	8.046	6.297
Processos trabalhistas	2.174	2.796	37.063	42.774
Total	7.981	7.989	56.291	60.922

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação da provisão para as demandas judiciais está descrita a seguir.

	Controladora			Total
	Cíveis (19.1)	Tributários (19.2)	Trabalhistas (19.3)	
Saldos em 31 de dezembro de 2022	3.578	630	5.462	9.670
Adições	844	1.083	1.180	3.107
Reversões	(903)	-	(1.445)	(2.348)
Pagamentos	(572)	-	(2.840)	(3.412)
Atualização monetária	391	142	439	972
Saldos em 31 de dezembro de 2023	3.338	1.855	2.796	7.989
Adições	1.218	-	3.366	4.584
Reversões	(372)	-	(653)	(1.025)
Pagamentos	(906)	-	(3.514)	(4.420)
Atualização monetária	439	235	179	853
Saldos em 31 de dezembro de 2024	3.717	2.090	2.174	7.981

	Consolidado			Total
	Cíveis (19.1)	Tributários (19.2)	Trabalhistas (19.3)	
Saldos em 31 de dezembro de 2022	11.912	4.899	50.676	67.487
Adições	4.782	1.083	11.850	17.715
Reversões	(1.886)	-	(15.582)	(17.468)
Pagamentos	(3.504)	-	(8.741)	(12.245)
Atualização monetária	666	206	2.126	2.998
Processos ex-mantenedor	(119)	109	2.445	2.435
Saldos em 31 de dezembro de 2023	11.851	6.297	42.774	60.922
Combinação de negócios - FAPI	378	1.325	41	1.744
Saldos com combinação de negócios	12.229	7.622	42.815	62.666
Adições	4.046	-	12.571	16.617
Reversões	(1.976)	(1.325)	(3.513)	(6.814)
Pagamentos	(4.039)	-	(14.654)	(18.693)
Atualização monetária	953	296	1.226	2.475
Processos ex-mantenedor	(31)	1.453	(1.382)	40
Saldos em 31 de dezembro de 2024	11.182	8.046	37.063	56.291

As obrigações acessórias entregues pela Companhia estão sujeitas a revisão pelas autoridades fiscais por período prescricional de cinco anos. Outros encargos tributários e previdenciários, referentes a períodos variáveis, também estão sujeitos a revisão pelas autoridades fiscais.

19.1. Processos cíveis com perda provável

Os consultores jurídicos efetuaram levantamento, avaliação e quantificação das ações de natureza jurídica e administrativa para suportar as prováveis perdas com essas causas. A Administração mantém provisão (consolidado) no montante de R\$11.182 em 31 de dezembro de 2024 (sendo R\$11.851 em 31 de dezembro de 2023).

As ações que possuem risco provável envolvem, principalmente, pedidos de indenização por falha na prestação de serviços, danos materiais e morais decorrentes de supostas cobranças indevidas ou alegação de vícios nos serviços prestados de natureza acadêmica e operacional, totalizando

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

prováveis perdas no montante de R\$3.899 em 31 de dezembro de 2024 (R\$4.767 em 31 de dezembro de 2023).

Ações relevantes

O Ministério Público Federal ajuizou uma ação civil pública em 2007 contra a Cruzeiro do Sul, a Unicid e diversas outras universidades do estado de São Paulo questionando a cobrança de taxa de emissão de diploma. A ação foi julgada parcialmente procedente somente para que as universidades não mais cobrassem taxas para expedição de diplomas. Em segunda instância, as universidades foram condenadas também a devolver os valores cobrados de alunos e ex-alunos no período de cinco anos anteriores à citação na ação, acrescidos de juros e correção monetária. Atualmente, aguarda-se o início da fase de liquidação de sentença.

19.2. Processos tributários com perda provável

Os consultores jurídicos efetuaram levantamento e avaliação das várias ações de natureza jurídica e administrativa tributária. Para suportar as prováveis perdas com essas causas, a Administração mantém provisão (consolidada) no montante de R\$8.046 em 31 de dezembro de 2024 (sendo R\$6.297 em 31 de dezembro de 2023).

Entre as ações que possuem risco provável, há casos em que os objetos se referem a assuntos anteriores à aquisição da controlada Braz Cubas pela Companhia, de modo que a responsabilidade dos ex-proprietários está garantida contratualmente. Tais ações totalizam prováveis perdas no montante de R\$3.702 em 31 de dezembro de 2024. Dentro desse montante, destaca-se uma ação contra a Braz Cubas, com valor provisionado de R\$3.702, movida pela União, em que se discute o pagamento da multa de 40% do FGTS diretamente aos empregados, em acordos judiciais ou extrajudiciais, em desconformidade com a legislação, que determina o seu depósito nas contas vinculadas da Caixa Econômica Federal, e a ausência de recolhimento da contribuição rescisória de 10% por ocasião da dispensa sem justa causa de trabalhadores durante a gestão dos antigos acionistas.

19.3. Processos trabalhistas com perda provável

Os processos trabalhistas envolvem, principalmente, reclamações movidas por ex-colaboradores relacionadas ao pagamento de verbas rescisórias, horas extras, adicionais salariais e verbas devidas em razão de responsabilidade subsidiária e discussão acerca do reconhecimento de eventual vínculo empregatício. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia e suas controladas mantêm a provisão de R\$37.063 (R\$42.774 em 31 de dezembro de 2023). Nenhuma dessas ações são, isoladamente, relevantes para serem destacados.

19.4. Contingências prováveis sobre processos de ex-proprietários

Parte dos processos das controladas refere-se a fatos geradores ocorridos durante a gestão dos ex-proprietários, anteriores à aquisição pela Companhia. São então contingências de responsabilidade exclusiva dos ex-proprietários, limitada ao dever de indenizar. Na hipótese de eventuais perdas definitivas nos processos, a Companhia e suas controladas possuem garantias contratuais de ressarcimento. As eventuais perdas definitivas nesses processos serão apuradas e

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

lançadas em conta gráfica para os ressarcimentos, bem como poderão ser compensadas, inclusive, com retenção de pagamentos advindos de contratos de locação celebrados com os ex-proprietários, respeitados os limites e as condições do contrato de compra e venda de quotas celebrado entre as partes.

	Consolidado	Fato gerador ex-proprietários	Indenizável ex-proprietários (R\$)
Processos cíveis	11.182	3.712	3.647
Processos tributários	8.046	5.064	5.064
Processos trabalhistas	37.063	22.276	21.925
Total	56.291	31.052	30.636

Parte dos processos da controlada ACEF avaliados com prognóstico de risco provável refere-se integralmente a fatos geradores ocorridos durante a gestão dos ex-proprietários, anteriores à aquisição pela Companhia, sendo de responsabilidade desses ex-proprietários, nos termos do contrato de aquisição. Assim, na hipótese de os valores provisionados se converterem em perdas definitivas nesses processos que, no montante total consolidado, excedam o valor de R\$14.000 para perdas materializadas e R\$14.000 para perdas não materializadas, a Companhia possui garantias contratuais de ressarcimento, as quais poderão ser compensadas com retenção de pagamentos advindos de contrato de locação celebrado com os ex-proprietários da ACEF, respeitados os limites e as condições do contrato de compra e venda de ações celebrado entre as partes. Até a data de fechamento das demonstrações financeiras, as contingências da controlada ACEF não haviam excedido os limites contratuais acima mencionados para perdas materializadas e perdas não materializadas.

19.5. Processos com perda possível

A Companhia possui processos classificados como probabilidade de perda possível, os quais não são provisionados conforme apresentado a seguir.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Processos cíveis	7.928	6.223	41.771	32.834
Processos tributários	213.290	193.439	280.924	246.698
Processos trabalhistas	6.696	2.587	62.108	39.245
Total	227.914	202.249	384.803	318.777

19.5.1. Processos cíveis com perda possível

Os consultores jurídicos efetuaram levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações de natureza cível, classificadas com risco de perda possível, cujo valor apurado no consolidado, em 31 de dezembro de 2024, era de R\$41.771 (R\$32.834 em 31 de dezembro de 2023).

São ações que envolvem, principalmente, obrigação de fazer cumulada com indenização por danos materiais e morais decorrentes de alegação de vícios nos serviços prestados de natureza acadêmica e operacional, totalizando risco de perda possível de R\$17.518 em 31 de dezembro de 2024 (R\$15.202 em 31 de dezembro de 2023). Nenhuma dessas ações são, isoladamente,

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

relevantes para serem destacados.

19.5.2. Processos tributários com perda possível

Nossos consultores efetuaram levantamento, avaliação e quantificação dos diversos processos de natureza jurídica e administrativa tributária com perda possível, e o valor apurado no consolidado foi de R\$280.924 em 31 de dezembro de 2024 (R\$246.698 em 31 de dezembro de 2023).

Entre os vários processos tributários com risco de perda possível, podemos destacar os descritos a seguir.

Há processos movidos pela Prefeitura do Municipal de São Paulo contra a Controladora, discutindo o cumprimento dos requisitos básicos para a manutenção da imunidade tributária dos períodos de 2008 a 2011, totalizando o valor de R\$174.197. A instituição apresentou defesa em todos os processos, além de garantir integralmente o juízo por meio de seguro garantia. Entre 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2024 foi apurado uma variação no importe de R\$15.066, correspondente à atualização monetária do período.

Há processos administrativos movidos pela Receita Federal contra a ACEF discutindo principalmente verbas que integram a base de cálculo para o recolhimento de contribuições sociais e previdenciárias, entre outras, somando ao risco possível o valor de R\$13.983. A instituição apresentou defesa em todos os processos e aguarda-se decisão final administrativa.

Existem ainda autos de infração instaurados pela Receita Federal contra a Braz Cubas, nos quais se discutem supostas infrações às normas do Prouni. Foi apresentada impugnação, que foi julgada parcialmente procedente, para reconhecer a decadência da contribuição do período de 1/2008 a 11/2008, com a conseqüente redução no valor exigido no Auto de Infração. Atualmente aguarda-se o julgamento de Recurso Voluntário ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), totalizando o valor de R\$7.159.

19.5.3. Processos trabalhistas com perda possível

Nossos consultores efetuaram levantamento, avaliação e quantificação dos diversos processos de natureza trabalhista com perda possível, e o valor apurado no consolidado foi de R\$62.108 em 31 de dezembro de 2024 (R\$39.245 em 31 de dezembro de 2023). As ações são movidas por ex-funcionários contra a Cruzeiro do Sul e suas controladas pleiteando diferenças salariais por equiparação, desvio de função, horas extras e seus reflexos.

19.5.4. Contingências possíveis sobre processos de ex-proprietários

Parte dos processos das controladas refere-se a fatos geradores ocorridos durante a gestão dos ex-proprietários, anteriores à aquisição pela Companhia. São então contingências de responsabilidade exclusivas desses ex-proprietários, limitada ao dever de indenizar. Na hipótese de eventuais perdas definitivas nos processos, a Companhia e suas controladas possuem garantias contratuais de ressarcimento. As eventuais perdas definitivas nesses processos serão apuradas e lançadas para restituição, bem como poderão ser compensadas, inclusive com retenção de pagamentos advindos de contrato de locação celebrado com os ex-proprietários, respeitados os

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

limites e as condições do contrato de compra e venda de quotas celebrado entre as partes.

	Consolidado	Fato gerador ex-proprietários	Indenizável ex-proprietários (R\$)
Processos cíveis	41.771	2.538	2.446
Processos tributários	280.924	36.560	22.479
Processos trabalhistas	62.108	15.596	14.790
Total	384.803	54.694	39.715

19.5.5. Leasing

Em determinados contratos de locação, há discussões em curso, no Judiciário, referentes à majoração de IPTU em períodos passados. Caso venham a ser julgados de forma desfavorável ao proprietário do imóvel, por força da obrigação contratual da locação, a locatária arcará com a eventual condenação, atualmente estimada pelos consultores jurídicos com perda possível de R\$12.811, esse valor está sendo contemplado na linha de processos tributários na nota 19.5.

19.6. Depósitos judiciais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Processos cíveis	320	455	1.969	2.851
Processos tributários	7.243	7.056	11.702	10.842
Processos trabalhistas	2.808	2.142	11.262	10.878
Total	10.371	9.653	24.933	24.571

Dentre os depósitos realizados durante o período compreendido, destacam-se aqueles de natureza trabalhista, que versam sobre depósitos recursais, os quais, em caso de eventual condenação, poderão ser abatidos do valor total da condenação nos processos judiciais ajuizados contra a Controladora e suas controladas.

20. Obrigações por aquisições de participações societárias

20.1. Composição

Modalidade	Encargos financeiros	Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023
ACEF	Taxa CDI	26.327	23.745
SECID	Taxa CDI	268.040	397.646
CESPO	IPCA	11.598	-
		305.965	421.391
	Circulante	260.887	169.438
	Não circulante	45.078	251.953

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20.2. Movimentação

	ACEF (i)	SECID (i)	CESPO (i)	Consolidado
(=) Saldo em 31/12/2022	21.004	351.752	-	372.756
(+) Juros apropriados	2.741	45.894	-	48.635
(=) Saldo em 31/12/2023	23.745	397.646	-	421.391
(+) Aquisição	-	-	23.834	23.834
(+) Juros apropriados	2.582	36.763	706	40.051
(-) Pagamentos de principal	-	(102.393)	(12.522)	(114.915)
(-) Pagamentos de juros	-	(63.976)	(420)	(64.396)
(=) Saldo em 31/12/2024	26.327	268.040	11.598	305.965
Circulante	10.707	250.180	-	260.887
Não circulante	15.620	17.860	11.598	45.078

- (i) Em 31 de dezembro de 2024, o saldo a pagar da ACEF está relacionado a aquisição da Braz Cubas que é corrigido pelo CDI. Os valores da SECID estão representados pelas parcelas retidas nas aquisições da Unipê e CESPO que também são corrigidas pela CDI. Os valores da CESPO estão representados pelas parcelas retidas na aquisição da FAPI que também são corrigidas pelo IPCA.

Em 31 de dezembro de 2024, a parcela não circulante apresentava o cronograma de vencimento a seguir.

Ano	Consolidado
2025	260.887
2026	15.620
Acima de 2028	29.458
Total	305.965

21. Receita diferida

	Consolidado
(=) Saldo em 31/12/2022	10.230
(-) Apropriação	(723)
(=) Saldo em 31/12/2023	9.507
(-) Apropriação	(722)
(=) Saldo em 31/12/2024	8.785
Circulante	722
Não circulante	8.063

Propriedade de arrendamento mercantil

Em 20 de março de 2017, a controlada indireta CEUNSP realizou transação de *sale and leaseback* do imóvel onde está situado o seu campus. A operação consistiu na venda e no aluguel do referido imóvel simultaneamente perante sua parte relacionada Motriz Participações Ltda.

O valor da venda do imóvel foi de R\$25.500, com recebimento de acordo com o fluxo de pagamento estipulado em contrato. O ganho líquido dos custos de venda foi de R\$14.442 e está registrado como receita diferida no passivo circulante e não circulante amortizável pelo prazo de 20 anos, conforme prazo do contrato de aluguel.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Patrimônio líquido

22.1. Capital social

Entre o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2024, não ocorreram alterações no capital social da Companhia.

Posição acionária

A composição acionária da Companhia em 31 de dezembro de 2024 e 2023, é apresentada a seguir.

Acionistas	31/12/2024		31/12/2023	
	Ações	% Part.	Ações	% Part.
Archy LLC	132.707.280	36,40%	132.707.280	36,40%
D2HFP - Fundo de Investimento em Participações	85.679.880	23,50%	85.679.880	23,50%
Gama 1 FIM	42.839.940	11,75%	42.839.940	11,75%
Redmond FIM	42.839.940	11,75%	42.839.940	11,75%
Government of Singapore	15.300.000	4,20%	15.300.000	4,20%
Ações em circulação	45.175.512	12,40%	45.175.512	12,40%
	364.542.552	100,00%	364.542.552	100,00%

22.2. Reserva legal

A reserva legal tem o objetivo de assegurar a integridade do capital social e somente pode ser usada para compensar perdas ou aumentar o capital social.

É constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício social, em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia tem registrado na rubrica “Reserva legal” o valor de R\$41.697 (R\$34.482 em 31 de dezembro de 2023).

22.3. Reserva de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros, conforme artigo 196 da Lei nº 6.404.76, é representada pelo lucro líquido não distribuído após constituição da reserva legal e dos dividendos mínimos obrigatórios.

Em 31 de dezembro de 2024, do resultado do exercício foi destinado o valor de R\$91 à reserva de retenção de lucros (R\$35.432 em 31 dezembro de 2023). Essa proposta seguirá para aprovação na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em abril de 2025.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia tem registrado na rubrica “Retenção de lucros” o valor de R\$45.523 (R\$45.432 em 31 de dezembro de 2023).

22.4. Dividendos

O Estatuto da Companhia prevê dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado pela constituição da reserva legal, conforme a Lei das Sociedades por Ações.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 30 de abril de 2024, por meio de Assembleia Geral Ordinária, foi aprovada a distribuição de dividendos no montante de R\$60.000 (R\$23.858 de dividendos mínimos obrigatórios e R\$36.142 de dividendos adicionais) referente ao exercício social encerrado de 2023, já declarados como dividendos intercalares em reunião do Conselho de Administração realizada em 09 de novembro de 2023 e integralmente pagos no dia 08 de dezembro de 2023.

Em 22 de agosto de 2024, por meio da Reunião do Conselho da Administração, *ad referendum* da Assembleia Geral Ordinária que deliberará sobre as demonstrações financeiras relativas ao exercício social de 2024, a ser realizada até o dia 30 de abril de 2025, foi aprovada a distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$60.000 cujo pagamento foi realizado no dia 04 de setembro de 2024.

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	144.306	100.455
Base para reserva legal	144.306	100.455
Apropriação para reserva legal (Art.193 da Lei nº 6.404)	7.215	5.023
Base para dividendo mínimo obrigatório	137.091	95.432
Dividendo mínimo obrigatório - 25%	34.273	23.858
Dividendos adicionais	25.727	36.142
Dividendos adicionais propostos (i)	77.000	-
Destinação para reserva de retenção de lucros	91	35.432
Quantidade de ações em 31 de dezembro	364.542.552	364.542.552
Dividendo por ação - em reais	0,3758	0,1646

- (i) Os dividendos adicionais propostos declarados com montantes superiores aos dividendos mínimos obrigatórios após o exercício contábil a que se refere às demonstrações financeiras, por não se constituírem uma obrigação presente, são apresentados destacados no patrimônio líquido, não sendo constituído o respectivo passivo até sua efetiva aprovação, de acordo com as normas do ICPC-08, e serão pagos em data a ser definida em AGO em abril de 2025.

Essa proposta seguirá para aprovação na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em abril de 2025.

22.5. Ações em tesouraria

Conforme fato relevante divulgado em 12 de agosto de 2022, a Companhia aprovou a abertura de um programa de recompra de ações ("Programa de Recompra"). Ele objetiva a manutenção de ações de emissão da Companhia em tesouraria, que podem posteriormente ser canceladas ou alienadas no âmbito de potenciais aquisições de empresas, em linha com o plano de expansão da Companhia já divulgado ao mercado, observada a regulamentação aplicável. Também visa otimizar a estrutura de capital da Companhia, uma vez que, na visão da Administração, o valor de mercado atual das ações não reflete os fundamentos do modelo de negócio. A Companhia poderia adquirir até 6% do seu capital social, representado por 22.909.334 (vinte e dois milhões, novecentas e nove mil, trezentas e trinta e quatro) ações.

No dia 23 de junho de 2023, o Conselho de Administração aprovou o encerramento do Programa de Recompra aprovado em 12 de agosto de 2022, conforme fato relevante divulgado na mesma data. Por meio do Programa de Recompra, foram feitas as movimentações a seguir.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2023	
	Quantidade	Valor
Saldo inicial	5.602.700	23.133
Recompra de ações em tesouraria (i)	11.676.988	35.852
Cancelamento de ações (ii)	(17.279.688)	(58.985)
Saldo final	-	-

(i) Recompras foram realizadas de janeiro a abril de 2023.

(ii) Foram efetivados cancelamentos de ações mantidas em tesouraria, de emissão da Companhia, sem valor nominal, em 10 de fevereiro (aprovado em RCA no dia 18 de janeiro de 2023), 3 de abril (aprovado em RCA no dia 28 de março de 2023) e 24 de novembro (aprovado em RCA no dia 9 de novembro de 2023). Foram canceladas 7.775.520 (no montante de R\$31.373), 6.997.968 (no montante de R\$22.170) e 2.506.200 (no montante de R\$5.441) ações ordinárias, respectivamente.

23. Resultado por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o período. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia não detém ações ordinárias potenciais com efeitos diluidores.

Lucro por ação - Básico	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	144.306	100.455
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias	364.542.552	365.978.906
Lucro por ação em R\$	0,3959	0,2745

Lucro por ação - Diluído	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	144.306	100.455
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias	364.542.552	365.978.906
Lucro por ação em R\$	0,3959	0,2745

24. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

24.1. Instrumentos financeiros

As atividades da Companhia e/ou de suas controladas as expõem a diversos riscos de mercado (incluindo cambial, de taxa de juros de valor justo, de taxa de juros de fluxo de caixa), risco de crédito e risco de liquidez.

A Companhia e/ou suas controladas apresentam exposições aos riscos advindos do uso de instrumentos financeiros descritos a seguir.

24.1.1. Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam apenas o risco de taxa de juros. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

empréstimos, financiamentos, debêntures e aplicações financeiras.

24.1.2. Risco de taxa de juros

Risco de taxa de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variação nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia aos riscos de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, aos empréstimos e financiamentos, debêntures e aplicações financeiras, sujeitos a taxas de juros variáveis.

As taxas de juros contratadas sobre aplicações financeiras estão mencionadas na Nota 4 e sobre debêntures nas Notas 13, respectivamente.

24.1.3. Sensibilidade à taxa de juros

Os instrumentos financeiros ativos da Companhia e suas controladas são representados por caixa e equivalentes de caixa e estão registrados pelo valor de custo, acrescidos de rendimentos ou encargos incorridos, os quais em 31 de dezembro de 2024, se aproximam dos valores de mercado. Os principais riscos atrelados às operações da Companhia e suas controladas estão ligados à variação do CDI para aplicações financeiras, empréstimos, financiamentos e debêntures. No cenário provável, foi considerada a premissa de se manter, na data do vencimento da operação, o que o mercado vem sinalizando através das curvas obtidas através do relatório FOCUS do Banco Central do Brasil. Dessa maneira, no cenário provável, não há impacto sobre o valor justo do instrumento financeiro. A Companhia e suas controladas consideraram uma deterioração de 25% e 50% para as variáveis de risco.

Para a análise de sensibilidade do passivo de arrendamento, utilizamos como base o IGPM e IPCA, pois representa, substancialmente, a taxa de reajuste da maioria dos nossos contratos.

As tabelas a seguir demonstram a análise de sensibilidade preparada pela Administração da Companhia e o efeito das operações em aberto considerando um ano de correção a partir de 31 de dezembro de 2024:

Cenário em 31 de dezembro de 2024 (Controladora)

Operação	Risco	Taxa	31/12/2024	Provável	Varição 25%	Varição 50%
Equivalentes de caixa (Nota 6)	Aplicações financeiras (risco de perda em função da redução do CDI)	(CDI 10,83%)	58.930	58.930	57.335	55.740
Passivo de arrendamento (Nota 14)	Dívida (risco de aumento de juros/dívida em função do aumento de IGPM e IPCA)	(IGPM 6,54%)	387.250	387.250	393.582	399.913

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Cenário em 31 de dezembro de 2024 (Consolidado)

Operação	Risco	Taxa	31/12/2024	Provável	Variação 25%	Variação 50%
Equivalentes de caixa (Nota 6)	Aplicações financeiras (risco de perda em função da redução do CDI)	(CDI 10,83%)	555.331	555.331	540.302	525.272
Debêntures (Nota 13)	Dívida (risco de aumento de juros/dívida em função do aumento do CDI e valorização da dívida)	(CDI 10,83%)	1.023.408	1.023.408	1.051.105	1.078.803
Passivo de arrendamento (Nota 14)	Dívida (risco de aumento de juros/dívida em função do aumento de IGPM e IPCA)	(IGPM 6,54%)	1.226.618	1.226.618	1.246.673	1.266.728

24.1.4. Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber) e de financiamento, incluindo depósitos e aplicações financeiras em bancos e instituições financeiras.

Os valores contábeis dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito, representado pela possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de seus alunos.

O risco de crédito dos alunos é administrado pela Companhia e por cada controlada, estando sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecidos pela Companhia em relação a esse risco. O saldo a receber de mensalidades é denominado em reais, e a Administração monitora o risco do saldo a receber dos alunos. As mensalidades são cobradas mensalmente com base no contrato firmado entre a Companhia e os alunos.

Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela gestão financeira da Companhia de acordo com a política por esta estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma. A Companhia e suas controladas têm como política a aplicação de recursos em bancos de primeira linha e em produtos financeiros com baixo nível de exposição e alto nível de liquidez. Praticamente todo o excesso de caixa é aplicado em certificados de depósito bancário emitidos por essas instituições.

24.1.5. Risco de liquidez

Consiste na eventualidade de a Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir seus compromissos em virtude dos diferentes prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

A Companhia e suas controladas gerenciam o risco de liquidez mantendo adequadas suas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos, através do monitoramento contínuo dos índices de liquidez e dos fluxos de caixa previstos e reais. O fluxo de

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

caixa da Companhia e de suas controladas é realizado de forma centralizada pelo departamento de Finanças da Companhia, que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez das entidades para assegurar que tenham caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais.

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Ativo Circulante	847.519	861.873
Passivo Circulante	912.162	796.404
Liquidez Corrente (>=1)	0,93	1,08

Os principais passivos financeiros da Companhia e suas controladas referem-se a debêntures contratadas, contas a pagar a fornecedores, além de contas a pagar por aquisição de participação societária. O principal propósito desses passivos financeiros é captar recursos para as operações da Companhia. Na tabela a seguir estão analisados os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente do título ou do passivo. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados, portanto, para as rubricas de “Debêntures”, “Obrigações tributárias”, “Passivos de arrendamento” e “Obrigações por aquisição de participação societária” não serão conciliados com o balanço patrimonial.

Passivos financeiros	Nota	Controladora			Total
		31 de dezembro de 2024			
		Menos de 1 ano	Entre 2 e 3 anos	Acima de 3 anos	
Adiantamento de clientes	18	13.767	-	-	13.767
Fornecedores		41.795	-	-	41.795
Obrigações tributárias	16	16.183	-	-	16.183
Passivos de arrendamento	14	76.252	216.386	283.642	576.280
		147.997	216.386	283.642	648.025

Passivos financeiros	Nota	Controladora			Total
		31 de dezembro de 2023			
		Menos de 1 ano	Entre 2 e 3 anos	Acima de 3 anos	
Adiantamento de clientes	18	10.577	-	-	10.577
Fornecedores		33.589	-	-	33.589
Obrigações tributárias	16	15.374	-	-	15.374
Passivos de arrendamento	14	70.221	211.250	356.950	638.421
		129.761	211.250	356.950	697.961

Passivos financeiros	Nota	Consolidado			Total
		31 de dezembro de 2024			
		Menos de 1 ano	Entre 2 e 3 anos	Acima de 3 anos	
Adiantamento de clientes	18	72.805	-	-	72.805
Debêntures	13	269.116	728.883	270.733	1.268.732
Fornecedores		80.765	-	-	80.765
Obrigações tributárias	16	65.412	48.905	103.189	217.506
Obrigações por aquisição de participação societária	20	265.024	16.953	40.887	322.864
Passivos de arrendamento	14	240.461	626.787	1.049.186	1.916.434
		993.583	1.421.528	1.463.995	3.879.106

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Passivos financeiros	Nota	Consolidado			Total
		31 de dezembro de 2023			
		Menos de 1 ano	Entre 2 e 3 anos	Acima de 3 anos	
Adiantamento de clientes	18	47.549	-	-	47.549
Debêntures	13	266.344	501.959	233.915	1.002.218
Fornecedores		77.870	-	-	77.870
Obrigações tributárias	16	62.130	44.633	143.393	250.156
Obrigações por aquisição de participação societária	20	179.745	273.525	-	453.270
Passivos de arrendamento	14	230.596	660.157	1.277.704	2.168.457
		864.234	1.480.274	1.655.012	3.999.520

24.1.6. Gestão do capital

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que esta mantenha uma classificação de crédito forte e um capital livre de problemas, a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode ajustar o pagamento de dividendos aos acionistas, devolver o capital a eles ou emitir novas ações. Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024. A Companhia incluiu na dívida líquida os empréstimos, financiamentos, debêntures e passivos de arrendamento (circulante e não circulante), menos caixa e equivalentes de caixa, e optou por apresentar o consolidado por considerar mais relevante.

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Debêntures (Nota 13)	1.023.408	843.947
Passivo de arrendamento (Nota 14)	1.226.618	1.325.883
(=) Total dívida bruta	2.250.026	2.169.830
(-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	(555.331)	(522.915)
(=) Total dívida líquida	1.694.695	1.646.915
Patrimônio líquido (Nota 22)	1.470.789	1.386.483
Dívida líquida e patrimônio líquido	3.165.484	3.033.398
% Dívida líquida sobre o patrimônio líquido	115,2%	118,8%

24.2. Valor justo

A Companhia e suas controladas aplicam as regras de hierarquização para avaliação dos valores justos de seus instrumentos financeiros, o que requer a divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia:

- Nível 1 – Preços de mercado cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. Os preços cotados incorporam as premissas do mercado no que diz respeito a alterações climáticas, tais como o aumento das taxas de juros e da inflação, bem como alterações devido ao risco ESG;
- Nível 2 – Informações, além dos preços cotados incluídas no nível 1, que são observáveis pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

seja, derivados dos preços);

- Nível 3 – Informações para os ativos ou passivos que não são baseadas em dados observáveis pelo mercado (ou seja, premissas não observáveis). É o caso dos títulos patrimoniais não cotados e dos instrumentos em que o risco ESG dá origem a um ajuste não observável significativo.

A Companhia não possui instrumentos financeiros mensurados a valor justo. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023, todos os instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas foram mensurados pelo custo amortizado, conforme segue:

Classificação contábil

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativos – Custo amortizado				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	58.930	1.360	555.331	522.915
Contas a receber (Nota 7)	59.135	73.405	219.704	283.414
Outros créditos (Nota 8)	62.005	80.126	116.007	121.536
Total	180.070	154.891	891.042	927.865
Passivos – Custo amortizado				
Debêntures (Nota 13)	-	-	1.023.408	843.947
Fornecedores	41.795	33.589	80.765	77.870
Passivos de arrendamento (Nota 14)	387.250	409.730	1.226.618	1.325.883
Obrigações por aquisição de participação societária (Nota 20)	-	-	305.965	421.391
Total	429.045	443.319	2.636.756	2.669.091

25. Imposto de renda e contribuição social – Corrente e diferido**25.1. Reconciliação da alíquota efetiva**

A reconciliação do resultado com imposto de renda e contribuição social dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 está apresentada a seguir.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	144.304	100.463	146.720	104.356
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto pela alíquota combinada	(49.063)	(34.157)	(49.885)	(35.481)
Principais adições e exclusões:				
Despesas não dedutíveis	(1.045)	(1.484)	(2.317)	(4.479)
Adições (exclusões) líquidas sem a constituição de diferido(i)	(4.247)	(4.164)	(11.240)	(16.725)
Equivalência patrimonial	108.937	74.946	-	-
Adicional e PAT	-	-	1.268	1.139
Efeitos sobre prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de CSLL	(54.580)	(35.149)	(65.179)	(53.720)
Isonção Prouni (ii)	-	-	124.939	105.365
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	2	(8)	(2.414)	(3.901)
IRPJ e CSLL – Corrente	(36)	(46)	(13.288)	(4.872)
IRPJ e CSLL – Diferido	38	38	10.874	971

(i) As principais exclusões (adições) são principalmente oriundas de: estornos e constituições de determinadas provisões, tais como

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

provisões para crédito de liquidação duvidosa, contingências e remuneração variável; e realização de saldo de mais valia relacionado às combinações de negócios.

- (ii) Isenção do IRPJ e da CSLL referente ao Prouni, calculada na proporção da ocupação efetiva das bolsas (Poeb) sobre as atividades beneficiadas.

25.2. Composição de imposto de renda e contribuição social diferidos

Controladora	31/12/2024	31/12/2023
Passivo		
Outras diferenças temporárias do lucro real	(17)	(55)
Total tributos diferidos, líquidos	(17)	(55)

Consolidado	31/12/2024	31/12/2023
Ativo		
Prejuízos fiscais/ Base negativa CSLL (i)	9.805	11.518
IR/CS diferido sobre incorporação reversa Santa Rita	-	194
Arrendamento IFRS 16/CPC 06 (R2)	27.115	23.710
Amortizações mais valia	33.183	33.534
Provisão de contingências	5.690	7.404
PECLD	26.029	16.877
Outras diferenças temporárias do lucro real (ii)	12.523	11.030
Total tributos diferidos ativos	114.345	104.267
Passivo		
Outras diferenças temporárias do lucro real	(17)	(55)
Reserva de reavaliação	(14.880)	(15.638)
Total diferido passivo	(14.897)	(15.693)
Tributos diferidos, líquidos	99.448	88.574

- (i) A Companhia e suas controladas possuem créditos fiscais de IRPJ sobre prejuízos fiscais e CSLL sobre base negativa; entretanto, a contabilização de ativos diferidos sobre créditos fiscais somente ocorre quando há segurança razoável de sua realização.
- (ii) Os principais valores de outras diferenças temporárias são originados principalmente de provisões trabalhistas.

25.3. Movimentação dos saldos de ativos e passivos fiscais diferidos

Os saldos e a movimentação de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos são demonstrados com seus efeitos no resultado a seguir.

Controladora	31/12/2023	Efeitos no resultado	31/12/2024
Passivo			
Outras diferenças temporárias do lucro real	(55)	38	(17)
Total tributos diferidos, líquidos	(55)	38	(17)

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Consolidado	31/12/2023	Efeitos no resultado	31/12/2024
Ativo			
Prejuízos fiscais/ Base negativa CSLL	11.518	(1.713)	9.805
IR/CS diferido sobre incorporação reversa Santa Rita	194	(194)	-
Arrendamento IFRS 16/CPC 06 (R2)	23.710	3.405	27.115
Amortizações mais valia	33.534	(351)	33.183
Provisão de contingências	7.404	(1.714)	5.690
PECLD	16.877	9.152	26.029
Outras diferenças temporárias do lucro real	11.030	1.493	12.523
Total tributos diferidos ativos	104.267	10.078	114.345
Passivo			
Outras diferenças temporárias do lucro real	(55)	38	(17)
Reserva de reavaliação	(15.638)	758	(14.880)
Total diferido passivo	(15.693)	796	(14.897)
Tributos diferidos, líquidos	88.574	10.874	99.448

Controladora	31/12/2022	Efeitos no resultado	31/12/2023
Passivo			
Outras diferenças temporárias do lucro real	(93)	38	(55)
Total tributos diferidos, líquidos	(93)	38	(55)

Consolidado	31/12/2022	Efeitos no resultado	31/12/2023
Ativo			
Prejuízos fiscais/ Base negativa CSLL	15.613	(4.095)	11.518
IR/CS diferido sobre incorporação reversa Santa Rita	2.973	(2.779)	194
Arrendamento IFRS 16/CPC 06 (R2)	20.689	3.021	23.710
Amortizações mais valia	33.498	36	33.534
Provisão de contingências	9.879	(2.475)	7.404
PECLD	9.651	7.226	16.877
Outras diferenças temporárias do lucro real	11.784	(754)	11.030
Total tributos diferidos ativos	104.087	180	104.267
Passivo			
Outras diferenças temporárias do lucro real	(93)	38	(55)
Reserva de reavaliação	(16.391)	753	(15.638)
Total diferido passivo	(16.484)	791	(15.693)
Tributos diferidos, líquidos	87.603	971	88.574

Os montantes a seguir foram utilizados como base para contabilização dos impostos diferidos ativos sobre prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de CSLL.

	31/12/2024	
	Saldos disponíveis (i)	Base utilizada p/ IR/CS diferidos ativos
Prejuízo fiscal	1.203.154	24.391
Base de cálculo negativa de CSLL	1.231.435	41.186

	31/12/2023	
	Saldos disponíveis (i)	Base utilizada p/ IR/CS diferidos ativos
Prejuízo fiscal	1.010.559	26.988
Base de cálculo negativa de CSLL	1.056.598	53.008

(i) Conforme Instrução CVM, a Controladora não apresenta histórico de rentabilidade e não constituiu ativos diferidos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25.4. Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos por ano de realização

Faixa de vencimento	Consolidado	
	Total em 31/12/2024	%
2025	18.489	16%
2026	10.446	9%
2027	12.214	11%
2028	12.158	11%
2029 em diante	61.038	53%
	114.345	100%

26. Receita líquida

A tabela a seguir apresenta a conciliação da receita bruta e líquida para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receita bruta				
Cursos de graduação	2.687.377	2.124.622	8.355.771	6.843.817
Cursos de pós-graduação	73.998	82.135	118.519	123.438
Cursos técnicos e colégio	44.920	22.030	85.975	64.600
Outras receitas	4.296	3.149	16.751	12.585
	2.810.591	2.231.936	8.577.016	7.044.440
Deduções da receita bruta				
Descontos e devoluções	(2.115.787)	(1.625.825)	(5.917.487)	(4.665.109)
Tributos	(24.855)	(22.842)	(91.177)	(81.544)
	(2.140.642)	(1.648.667)	(6.008.664)	(4.746.653)
Receita líquida	669.949	583.269	2.568.352	2.297.787

27. Custos e despesas por natureza

	31/12/2024				31/12/2023			
	Custos dos serviços prestados	Despesas gerais, administrativas e comerciais	Outras receitas, líquidas	Total	Custos dos serviços prestados	Despesas gerais, administrativas e comerciais	Outras receitas, líquidas	Total
Salários e encargos sociais	(160.559)	(121.492)	-	(282.051)	(158.028)	(101.184)	-	(259.212)
Publicidade e propaganda	-	(128.348)	-	(128.348)	-	(102.650)	-	(102.650)
Custos com parceria	(96.129)	-	-	(96.129)	(77.676)	-	-	(77.676)
Despesas com serviços de terceiros	(15.521)	(43.755)	-	(59.276)	(16.002)	(19.446)	-	(35.448)
Manutenção e reparos	(27.056)	(22.837)	-	(49.893)	(15.469)	(25.559)	-	(41.028)
Despesas com PECLD (Nota 7)	-	(47.120)	-	(47.120)	-	(45.916)	-	(45.916)
Depreciação do direito de uso	(36.914)	(1.410)	-	(38.324)	(38.334)	-	-	(38.334)
Depreciação e amortização	-	(31.176)	-	(31.176)	-	(34.949)	-	(34.949)
Gastos prediais	(19.844)	(10.059)	-	(29.903)	(21.744)	(1.771)	-	(23.515)
Materiais de consumo	(4.280)	(776)	-	(5.056)	(5.098)	(2.015)	-	(7.113)
Receitas com aluguéis	-	-	2.811	2.811	-	-	3.261	3.261
Outras receitas (despesas), líquidas (i)	(3.339)	(20.563)	601	(23.301)	(2.230)	(13.772)	3.214	(12.788)
	(363.642)	(427.536)	3.412	(787.766)	(334.581)	(347.262)	6.475	(675.368)

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2024				Consolidado 31/12/2023			
	Custos dos serviços prestados	Despesas gerais, administrativas e comerciais	Outras receitas, líquidas	Total	Custos dos serviços prestados	Despesas gerais, administrativas e comerciais	Outras receitas, líquidas	Total
Salários e encargos sociais	(765.969)	(181.181)	-	(947.150)	(698.251)	(177.491)	-	(875.742)
Custos com parceria	(235.319)	-	-	(235.319)	(197.499)	-	-	(197.499)
Publicidade e propaganda	-	(183.814)	-	(183.814)	-	(153.240)	-	(153.240)
Despesas com PECLD (Nota 7)	-	(172.492)	-	(172.492)	-	(131.439)	-	(131.439)
Depreciação do direito de uso	(126.040)	(1.410)	-	(127.450)	(127.181)	-	-	(127.181)
Depreciação e amortização	-	(126.673)	-	(126.673)	-	(137.219)	-	(137.219)
Despesas com serviços de terceiros	(58.780)	(54.507)	-	(113.287)	(57.938)	(27.775)	-	(85.713)
Manutenção e reparos	(45.800)	(35.183)	-	(80.983)	(33.754)	(41.939)	-	(75.693)
Gastos prediais	(49.825)	(10.457)	-	(60.282)	(50.746)	(2.100)	-	(52.846)
Materiais de consumo	(19.653)	(3.915)	-	(23.568)	(21.075)	(6.703)	-	(27.778)
Receitas com aluguéis	-	-	25.714	25.714	-	-	25.258	25.258
Outras receitas (despesas), líquidas (i)	(15.844)	(43.330)	6.041	(53.133)	(11.567)	(41.849)	6.860	(46.556)
	(1.317.230)	(812.962)	31.755	(2.098.437)	(1.198.011)	(719.755)	32.118	(1.885.648)

(i) Os valores estão representados, principalmente, ganhos e perdas de processos judiciais, baixa e perdas de ativo fixo e custos pedagógicos.

28. Resultado financeiro**28.1. Receitas financeiras**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receitas sobre aplicações financeiras	2.057	30.734	55.540	89.512
Juros e encargos recebidos sobre mensalidades	2.473	1.891	8.704	7.113
Outras receitas	3.511	703	11.652	7.237
Total das receitas financeiras	8.041	33.328	75.896	103.862

28.2. Despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Juros sobre passivo de arrendamento	(39.695)	(40.789)	(122.763)	(127.614)
Encargos financeiros sobre debêntures	-	-	(111.199)	(132.199)
Financiamentos estudantis, descontos concedidos e encargos financeiros sobre cartões de crédito	(18.329)	(16.639)	(88.843)	(76.138)
Juros sobre obrigações a pagar de aquisição de controladas	-	-	(40.051)	(48.635)
Garantias, comissões bancárias e parcelamentos	(6.497)	(2.686)	(26.637)	(23.806)
Ajuste a valor presente	(754)	(76)	(5.421)	543
Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos	-	-	-	(85)
Outras despesas financeiras	(1.048)	(1.005)	(4.177)	(3.711)
Total despesas financeiras	(66.323)	(61.195)	(399.091)	(411.645)

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

29. Transações que não afetam o caixa

A Companhia realizou durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 as transações que não envolvem o uso de caixa ou equivalentes de caixa, conforme requerido pelo pronunciamento contábil CPC 03 (R2)/IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa, apresentadas a seguir.

	31/12/2024	
	Controladora	Consolidado
Imobilizado:		
Varição no saldo de fornecedores a pagar	644	2.803
Adição de arrendamentos (IFRS 16/CPC 06 (R2))	7.608	19.098
Baixa de arrendamentos (IFRS 16/CPC 06 (R2))	-	(23.436)
	8.252	(1.535)
Intangível:		
Varição no saldo de fornecedores a pagar	849	2.938
	849	2.938

30. Seguros

A Companhia e suas controladas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos, por montantes considerados pela Administração como suficientes (não auditado) para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

A tabela a seguir apresenta as importâncias seguradas em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

	31/12/2024	31/12/2023
Incêndio, raio, explosão de qualquer natureza	2.039.581	2.017.781
Perda ou pagamento de aluguel	84.000	84.000
Impacto de veículo terrestre e demais, aéreo e/ou espacial	60.000	60.000
Danos elétricos	24.000	24.000
Roubo de bens	4.320	2.730
Outros	228.710	221.110

31. Eventos subsequentes

31.1. Renúncia do CEO Fabio Fossen

Em 16 de janeiro de 2025 Sr. Fabio Fossen renunciou ao cargo de Diretor Presidente, o qual seguiu exercendo a função até 14 de fevereiro de 2025.

Diante disso, o Conselho de Administração se reuniu e elegeu o Sr. Renato Padovese para o cargo de Diretor Presidente de forma interina, cargo que passou a ocupar a partir de 14 de fevereiro de 2025. O Sr. Renato Padovese é atualmente membro do Conselho de Administração e faz parte de uma das famílias fundadoras da Companhia, onde tem atuado por mais de trinta anos, sendo seu último cargo diretivo o de Codiretor Presidente em 2021.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

31.2. Emissão de debêntures

Em 23 de janeiro de 2025, foi aprovada em Reunião do Conselho de Administração (“RCA”), a realização, pela Companhia (“Emissora”), em favor dos debenturistas da 2ª emissão de debêntures simples da Companhia (“Emissora”), composta de 300.000 (trezentas mil) debêntures, com valor nominal unitário de mil reais, totalizando o montante de R\$300.000 na data de emissão (“Emissão” e “Oferta”). No dia 05 de março de 2025, foi creditado o valor de R\$300.000 (líquido do custo de captação), na respectiva data de emissão, sobre as quais incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% da Taxa CDI + 1,35% ao ano, sendo que os pagamentos da remuneração serão realizados semestralmente todo dia 5 (cinco) dos meses de fevereiro e agosto de cada ano, a partir da Data de Emissão, sendo o primeiro pagamento devido em 05 de agosto de 2025 e o último dia 05 de fevereiro 2030.

Esses recursos serão integralmente utilizados pela Emissora para reforço de caixa no âmbito da gestão ordinária dos negócios da Emissora e/ou de sociedades do seu Grupo Econômico.

31.3. *Rating* “AA(bra)”

Em 21 de março de 2025, a Companhia recebeu, pela primeira vez, o *Rating* Nacional de Longo Prazo “AA(bra)” da Fitch Ratings. Este *rating* também foi atribuído à 2ª Emissão de Debêntures, no valor de R\$300.000, com vencimento em 2030 (Nota 31.2). A perspectiva do *rating* corporativo é Estável.

Este *rating* reflete nosso histórico consistente de desempenho operacional na indústria brasileira de educação superior privada, destacando nossas marcas reconhecidas, bons indicadores de qualidade acadêmica e um importante fluxo de receita dos cursos de medicina. A classificação também considera nosso robusto perfil financeiro e forte disciplina financeira.

A Perspectiva Estável incorpora a expectativa de que continuaremos ampliando nossa base de negócios, com gradual incremento das margens de EBITDA e manutenção de alavancagem líquida abaixo de 2,0 vezes.

Certificate Of Completion

Envelope Id: 843E4509-9BB6-4FC8-B2A9-7456F8354ACE

Status: Completed

Subject: Complete with Docusign: DFs CSE 2024

LoS / Área: Assurance (Audit, CMAAS)

Tipo de Documento: Relatórios ou Deliverables

Source Envelope:

Document Pages: 114

Signatures: 1

Envelope Originator:

Certificate Pages: 2

Initials: 0

Marcos Galasso

AutoNav: Enabled

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3732, 16º e 17º

Envelopeld Stamping: Enabled

andares, Edifício Adalmiro Dellape Baptista B32, Itai

Time Zone: (UTC-03:00) Brasilia

São Paulo, São Paulo 04538-132

marcos.galasso@pwc.com

IP Address: 134.238.159.42

Record Tracking

Status: Original

31 March 2025 | 20:30

Holder: Marcos Galasso

marcos.galasso@pwc.com

Location: DocuSign

Status: Original

31 March 2025 | 20:36

Holder: CEDOC Brasil

BR_Sao-Paulo-Arquivo-Atendimento-Team

Location: DocuSign

@pwc.com

Signer Events

Vinicius Rego

vinicius.rego@pwc.com

PwC BR

Security Level: Email, Account Authentication (None), Digital Certificate

Signature Provider Details:

Signature Type: ICP Smart Card

Signature Issuer: AC SyngularID Multipla

Electronic Record and Signature Disclosure:

Not Offered via Docusign

Signature



Signature Adoption: Drawn on Device

Using IP Address: 201.56.164.188

Timestamp

Sent: 31 March 2025 | 20:33

Viewed: 31 March 2025 | 20:33

Signed: 31 March 2025 | 20:36

In Person Signer Events

Signature

Timestamp

Editor Delivery Events

Status

Timestamp

Agent Delivery Events

Status

Timestamp

Intermediary Delivery Events

Status

Timestamp

Certified Delivery Events

Status

Timestamp

Carbon Copy Events

Status

Timestamp

Igor Fernandes

igor.fernandes@pwc.com

Manager

Security Level: Email, Account Authentication (None)

Electronic Record and Signature Disclosure:

Not Offered via Docusign



Sent: 31 March 2025 | 20:33

Carbon Copy Events	Status	Timestamp
Karen Barbieri karen.barbieri@pwc.com PwC BR Security Level: Email, Account Authentication (None) Electronic Record and Signature Disclosure: Not Offered via DocuSign	COPIED	Sent: 31 March 2025 20:33
Marcos Galasso marcos.galasso@pwc.com Security Level: Email, Account Authentication (None) Electronic Record and Signature Disclosure: Not Offered via DocuSign	COPIED	Sent: 31 March 2025 20:36 Viewed: 31 March 2025 20:36 Signed: 31 March 2025 20:36
Natalia Paz natalia.paz@pwc.com Security Level: Email, Account Authentication (None) Electronic Record and Signature Disclosure: Not Offered via DocuSign	COPIED	Sent: 31 March 2025 20:33

Witness Events	Signature	Timestamp
----------------	-----------	-----------

Notary Events	Signature	Timestamp
---------------	-----------	-----------

Envelope Summary Events	Status	Timestamps
Envelope Sent	Hashed/Encrypted	31 March 2025 20:33
Certified Delivered	Security Checked	31 March 2025 20:33
Signing Complete	Security Checked	31 March 2025 20:36
Completed	Security Checked	31 March 2025 20:36

Payment Events	Status	Timestamps
----------------	--------	------------